

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA  
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

**JAQUELINE DIAS DA SILVA**

**A ORO-NASALIDADE VOCÁLICA EM AMBIENTE NASAL EM COMUNIDADES  
AFRO-BRASILEIRAS NOS MUNICÍPIOS DE BARRA DO BUGRES E POCONÉ-MT**

**CÁCERES-MT**

**2022**

**JAQUELINE DIAS DA SILVA**

**A ORO-NASALIDADE VOCÁLICA EM AMBIENTE NASAL EM COMUNIDADES  
AFRO-BRASILEIRAS NOS MUNICÍPIOS DE BARRA DO BUGRES E POCONÉ-MT**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística, sob a orientação do(a) professor(a) Dr.(a) Antônio Carlos Santana de Souza

**CÁCERES-MT**

**2022**

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

S586a SILVA, Jaqueline Dias da.  
A Oro-Nasalidade Vocálica em Ambiente Nasal em Comunidades Afro-Brasileiras nos Municípios de Barra do Bugres e Poconé-MT / Jaqueline Dias da Silva – Cáceres, 2022.

156 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.

Orientador: Antônio Carlos Santana de Souza

1. Sociolinguística. 2. Variação Linguística. 3. Oro-Nasalidade Vocálica. 4. Quilombolas. 5. Afro-Brasileiros. I. Jaqueline Dias da Silva. II. A Oro-Nasalidade Vocálica em Ambiente Nasal em Comunidades Afro-Brasileiras nos Municípios de Barra do Bugres e Poconé-MT: .

CDU 81-116

**JAQUELINE DIAS DA SILVA**

**A ORO-NASALIDADE VOCÁLICA EM AMBIENTE NASAL EM COMUNIDADES  
AFRO-BRASILEIRAS NOS MUNICÍPIOS DE BARRA DO BUGRES E POCONÉ-MT**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antonio Carlos Santana de Souza  
Orientador – PPGL/UNEMAT

---

Profa. Dra. Mônica Cidele da Cruz  
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

---

Profa. Dra. Dircel Aparecida Kailer  
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

---

Prof. Dr. Miguel Gutierrez Maté  
Avaliador Externo – UNA

---

Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida  
Avaliador Externo – FFLCH/USP

---

Prof. Dr. Marcelo Jacó Krug  
Suplente Externo – PPGL-UFFS/UNA

---

Profa. Dra. Cristiane Schmidt  
Suplente Interno – PPGL-UFPA

**APROVADA EM: 22/02/2022**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico a todas às mães que tiveram que interromper o sonho da pós-graduação pela falta de apoio à maternidade na academia.

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos...

À CAPES e FAPEMAT pela bolsa concedida.

Ao Prof. Antônio Carlos Santana de Souza pelo acolhimento, respeito, generosidade, empatia e paciência que foram fundamentais para a conclusão desta tese. Agradeço também pela valiosa contribuição com as gravações sem as quais este trabalho não teria sido desenvolvido.

Aos professores, Profa. Dra. Mônica Cidele da Cruz, Profa. Dra. Dircel Aparecida Kailer, Prof. Dr. Joachim Steffen, Prof. Cristiane Horst e Profa. Dra. Cristiane Schmidt pela leitura atenta e cuidadosa que culminaram em valiosas contribuições para a melhoria da tese.

Aos funcionários da secretaria, da coordenação e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT/Cáceres pela solicitude de sempre.

Aos funcionários e professores do curso de Letras da UNEMAT/Sinop que fizeram nascer em mim esse amor pela pesquisa.

Ao grupo Mamães na Pós-Graduação por tornar a maternidade mais leve, pelo apoio, incentivo e trocas de experiência que foram fundamentais e fontes de motivação durante esta caminhada.

Às amigas do grupo Mulheres Cientistas, Profa. Fernanda de Castro Nakamura, Profa. Marciana Farinha e Profa. Daiane Dala Zen, pela parceria, boas vibrações e conversas que, mesmo à distância, fizeram um enorme carinho no coração.

Às ex-colegas de turma da graduação e hoje amigas do grupo Flores de Lis que sempre me incentivaram com mensagens, ligações e muitas energias positivas para que este sonho se concretizasse. Vocês foram incríveis!

Ao meu amado esposo Marcio Zambott pela compreensão e paciência com minha ausência por diversas vezes durante este longo percurso, sempre sendo rocha firme, apoiando e torcendo por minhas conquistas. Seu apoio e incentivo incondicional foram fundamentais.

À maior razão de eu ter conseguido terminar este trabalho, minha filha, Gabriela Dias Zambott, motivo da minha força, da minha garra e persistência. Seus pequenos olhos e sorriso cheios de amor me motivam todos os dias a vencer.

À minha família pelas energias positivas, palavras de afeto e encorajamento sem os quais o caminho teria sido muito mais pesado e árduo.

*Uma gota de leite  
me escorre entre os seios.  
Uma mancha de sangue  
me enfeita entre as pernas.  
Meia palavra mordida  
me foge da boca.  
Vagos desejos insinuam esperanças.  
Eu-mulher em rios vermelhos  
inauguro a vida.  
Em baixa voz  
violento os tímpanos do mundo.  
Antevejo.  
Antecipo.  
Antes-vivo  
Antes – agora – o que há de vir.  
Eu fêmea-matriz.  
Eu força-motriz.  
Eu-mulher  
abrigo da semente  
moto-contínuo  
do mundo.*

**“Eu - Mulher” - Conceição Evaristo, no livro  
“Poemas da recordação e outros movimentos”.  
Belo Horizonte, Nandyala, 2008.**

## RESUMO

Este trabalho, desenvolvido sob a linha de pesquisa “Estudos do processo de variação e mudança”, e área de concentração “Estudo de processos linguísticos”, do Programa de pós-graduação em Linguística da Unemat, campus de Cáceres, teve como objetivo analisar e descrever, à luz dos aportes teóricos e metodológicos da Sociolinguística, o processo de oralização vocálica na fala de moradores das comunidades quilombolas São José do Baixio, em Barra do Bugres, Morrinho e Campina de Pedra, em Poconé, as três na região sul de Mato Grosso. As variáveis dependentes analisadas foram: i) a oro-nasalidade vocálica de [a] em ambiente nasal, e; b) o processo de nasalização da vogal [a] em contexto nasal. Para esta pesquisa, consideramos 1186 dados que foram analisados segundo fatores linguísticos e extralinguísticos. Tais dados foram compilados por meio de entrevistas realizadas com 15 participantes nativos, homens e mulheres, de duas faixas etárias, dessas comunidades quilombolas. Os dados foram submetidos à investigação e análise por meio do programa computacional R. Os resultados mostram que os participantes têm preferência pela utilização do processo de oralização vocálica, o que aparece como uma diferença em relação a outras variedades do português popular brasileiro. O estudo é de relevância para área de análise e descrição de línguas e pode contribuir para futuras pesquisas ligadas à variação linguística de comunidades quilombolas, especialmente do sul de Mato Grosso, com o objetivo de saber se é possível encontrar os mesmos processos linguísticos nas demais comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Sociolinguística. Variação linguística. Oro-nasalidade vocálica. Quilombolas. Afro-brasileiros.



## **ABSTRACT**

### **VOCALIC ORO-NASALITY IN A NASAL ENVIRONMENT IN AFRO-BRAZILIAN COMMUNITIES IN THE CITIES OF BARRA DO BUGRES AND POCONÉ-MT**

This work, developed under the research line “Studies of the process of variation and change”, and the concentration area “Study of linguistic processes”, of the Postgraduate Program in Linguistics at Unemat, campus de Cáceres, aimed to analyze and to describe, in light of the theoretical and methodological contributions of Sociolinguistics, the vowel oralization process in the speech of residents of Quilombola communities São José do Baixio, in Barra do Bugres, Morrinho and Campina de Pedra, in Poconé, the three in the southern region of Mato Thick. The dependent variables analyzed were: i) the vowel orality of [a] in the nasal environment, and; b) the process of nasalization of the vowel [a] in the nasal context. For this research, we considered 1186 data that were analyzed according to linguistic and extralinguistic factors. Such data were compiled through interviews carried out with 15 native participants, men and women, of two age groups, from these quilombola communities. The data were subjected to investigation and analysis using the computer program R. The results show that the participants prefer to use the phenomenon of vocalic oralization, which appears to be a difference in relation to other varieties of popular Brazilian Portuguese. The study is relevant for the area of analysis and description of languages and may contribute to future research related to linguistic variation in quilombola communities, especially in southern Mato Grosso, with the objective of finding out if it is possible to find the same linguistic phenomena in other communities quilombolas.

**Keywords:** Sociolinguistics. Linguistic variation. Vocal orality. Quilombolas. Afro-Brazilians.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das línguas africanas .....	38
Figura 2 - Localização das línguas afro-asiáticas na África.....	39
Figura 3 - Localização das línguas Khoi-san na África.....	40
Figura 4 - Localização das línguas Nilo-saarianas na África .....	40
Figura 5 - Localização das línguas Nigero-congolesas na África. ....	41
Figura 6 -: Mapa da presença africana no Brasil .....	44
Figura 7 - Distribuição das comunidades quilombolas no Brasil.....	58
Figura 8 - Comunidades Quilombolas de Mato Grosso .....	63
Figura 9 - Rio de rejeitos após o rompimento da barragem TB01, em Nossa Senhora do Livramento/MT .....	65
Figura 10 - Antônio Mulato.....	67
Figura 11 - Mapa da localização geográfica da comunidade Campina de Pedra/ Poconé-MT .....	69
Figura 12 - Comunidade Campina de Pedra.....	72
Figura 13 - Entrada da comunidade Morrinho – Poconé/MT .....	73
Figura 14 - Localização das comunidades do Complexo Vão Grande.....	76
Figura 15 - Aparelho fonador humano .....	83
Figura 16 - Janela inicial do RStudio .....	103
Figura 17 - Definindo diretório de trabalho.....	104
Figura 18 - Estrutura dos dados.....	105
Figura 19 - Cálculo de frequência e proporção da variável faixa etária versus variável dependente.....	105
Figura 20 - Utilizando o pacote ggplot.....	106
Figura 21 - Painel de visualização de gráficos .....	107

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Frequência de realização da variante oral nas comunidades quilombolas.....	120
Gráfico 2 - Realização da vogal [a] segundo o contexto precedente.....	125
Gráfico 3 - Proporção de realização da vogal [a] segundo o contexto fônico seguinte .....	128
Gráfico 4 - Realização da vogal [a] segundo a tonicidade da sílaba. ....	131
Gráfico 5 - Realização da vogal [a] enquanto pretônica, tônica e postônica.....	132
Gráfico 6 - Proporção da realização da vogal [a] segundo sua posição na sílaba .....	134
Gráfico 7 - Frequência de realização da variante oral para cada classe morfológica.....	137
Gráfico 8 - Proporção da realização da vogal [a] segundo a classe morfológica da palavra. ....	138
Gráfico 9 - Proporção da realização da vogal [a] segundo o sexo/ gênero. ....	140
Gráfico 10 - Frequência de realização da variante oral segundo o sexo/gênero .....	142
Gráfico 11 - Frequência da realização da variante oral segundo a faixa etária .....	143
Gráfico 12 - Proporção da realização da vogal [a] segundo a faixa etária. ....	144

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Parâmetros articulatorios e nomenclatura das vogais .....	90
Quadro 2 - Movimentos dos lábios na produção das vogais .....	91
Quadro 3 - Vogais tônicas orais .....	92
Quadro 4 - Vogais nasais do Português brasileiro.....	94
Quadro 5 - O percurso da pesquisa Sociolinguística.....	100
Quadro 6 - Distribuição das variáveis independentes .....	109
Quadro 7 - Corpus delimitado para a pesquisa.....	113
Quadro 8 - Participantes da pesquisa.....	114
Quadro 9 - Dados sobre a oro-nasalidade de [a] em ambiente nasal.....	116

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Frequência e Proporção de realizações nasais e orais .....	119
Tabela 2 - Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo a região.....	119
Tabela 3 - Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo seu contexto fônico precedente. .....	124
Tabela 4 - Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo seu contexto fônico seguinte. .....	126
Tabela 5 - Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo a tonicidade da sílaba.....	129
Tabela 6 - Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo sua intensidade enquanto sílaba átona.....	133
Tabela 7 - Posição da vogal [a] na sílaba. ....	135
Tabela 8 - Classificação morfológica do item lexical em que ocorre o processo. ....	136
Tabela 9 - Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo o sexo/ gênero.....	139
Tabela 10 - Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo a faixa etária.....	142

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>19</b>
<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: POR UMA LINGUÍSTICA SOCIAL.....</b>	<b>19</b>
1.1 A Sociolinguística.....	19
1.2. Variação e mudança.....	25
1.2 O panorama Sociolinguístico no Brasil .....	28
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>32</b>
<b>ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA ORIGEM DO PORTUGUÊS BRASILEIRO .....</b>	<b>32</b>
2.1 Contato Linguístico.....	32
2.2 O contato com o Português Europeu .....	35
2.3 As Línguas africanas.....	38
2.3.1 A presença das línguas africanas no contexto brasileiro .....	42
2.4 O contato com as línguas indígenas.....	46
2.5 O debate sobre a formação da estrutura do Português Brasileiro .....	49
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>53</b>
<b>QUILOMBOS NO BRASIL .....</b>	<b>53</b>
3.1 História, cultura e identidade: Quilombos e Quilombolas no espaço brasileiro.....	53
3.1.1 O percurso de instalação dos quilombos no Brasil .....	55
3.2 Estudos Sociolinguísticos em comunidades quilombolas no Brasil .....	59
3.3 Comunidades afro-brasileiras do Mato Grosso.....	62
3.4 Comunidades afro-brasileiras no município de Poconé em Mato Grosso.....	68
3.4.1 Campina de Pedra .....	69
3.4.2 Morrinho .....	72
3.4.3 São José do Baixio .....	75
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>78</b>

<b>A FONÉTICA E FONOLOGIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: AS VOGAIS .....</b>	<b>78</b>
4.1 Fonética e Fonologia do Português brasileiro.....	78
4.2 As vogais orais e nasais .....	89
4.3 As vogais nasais.....	92
<b>CAPÍTULO V .....</b>	<b>97</b>
<b>PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>97</b>
5.1 Breve incursão sobre a pesquisa Sociolinguística .....	97
5.2 Transcrição e quantificação dos dados .....	101
5.3 Variáveis: dependente e independente.....	107
<b>CAPÍTULO VI.....</b>	<b>111</b>
<b>ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>111</b>
6.1 O caso da oro-nasalidade vocálica de [a] em ambiente nasal em Poconé-MT e Barra do Bugres-MT.....	111
6.2 As variáveis linguísticas e extralinguísticas .....	114
6.3 Análise dos dados .....	118
6.3.1 Frequência de realização das variáveis dependentes segundo a região .....	119
6.3.2 Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo seu contexto fônico precedente .....	123
6.3.3 Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo seu contexto fônico seguinte ..	125
6.3.4 Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo a tonicidade. ....	129
6.3.5 Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo a classificação morfológica dos itens lexicais.....	136
6.3.6 Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo o sexo/gênero. ....	138
6.3.7 Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo a faixa etária. ....	142
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>150</b>

## INTRODUÇÃO

De acordo com Venâncio (2007)<sup>1</sup> muitos migrantes africanos vieram para o continente americano como mão de obra forçada. Ainda no continente africano dava-se início ao processo de escravização, no qual os africanos eram presos por traficantes e levados a uma longa viagem até à costa do oceano Atlântico para ficarem à espera dos navios negreiros.

Ao embarcarem, homens e mulheres eram marcados a ferro, e se iniciava a longa viagem de travessia do Atlântico, na qual, os africanos eram submetidos às condições insalubres de sobrevivência e também à violência. Na chegada ao Brasil, os africanos eram identificados por sexo e idade, tinham seus nomes trocados e eram designados aos trabalhos nos latifúndios, minas de diamante e ouro, fazendas, e também trabalho doméstico.

A constituição de quilombos foi uma das principais ações de resistência ao sistema escravocrata, combinada às fugas e às revoltas. As comunidades remanescentes de quilombos constituem-se em atores de relevância ímpar, que devem ser levadas em consideração para se garantir, de fato, o respeito às diversas identidades e variedades linguísticas que contribuíram e ainda contribuem para o desenvolvimento social dos países da América.

A reflexão acerca das variedades linguísticas presentes nas comunidades afro-brasileiras é importante e, com o objetivo de discutir e refletir sobre o tema, o trabalho mostrará um processo específico no falar de comunidades quilombolas de Barra do Bugres e Poconé-MT. Além disso, a pesquisa apresenta como o estudo do tema pode ser aplicado na área da Sociolinguística Quantitativa, por meio da representação, quantificação e análise dos dados.

Ademais, ao observar a lacuna existente na exploração acadêmica do tema, notou-se a viabilidade e oportunidade de elaborar uma pesquisa com ênfase na descrição da oralidade e nasalidade vocálica em ambiente nasal nas variedades linguísticas quilombolas.

Além dessas lacunas que oportunizaram a realização do estudo, existe a motivação pessoal da autora, mulher negra e admiradora incontestável de todo o rico material cultural enraizado na história mato-grossense e, sobretudo, afro-brasileira.

Nesse sentido, o objetivo geral desta tese é apresentar a oralidade e nasalidade vocálica em ambiente nasal em uso nas Comunidades Afro-Brasileiras nos municípios de Barra do Bugres e Poconé em Mato Grosso. Pretendemos mostrar essa variação linguística

---

<sup>1</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. Por uma história social do português no Brasil. Para a história do português brasileiro. Vol. 05. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007. Disponível em: [http://www.lettras.ufmg.br/padrao\\_cms/documentos/nucleos/nupevar/Para%20a%20Hist%C3%B3ria%20do%20Portugu%C3%AAs%20Brasileiro%20Volume%205.pdf#page=353](http://www.lettras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/nucleos/nupevar/Para%20a%20Hist%C3%B3ria%20do%20Portugu%C3%AAs%20Brasileiro%20Volume%205.pdf#page=353) Acesso em: 20 de out. 2021.



presente nas comunidades, com enfoque para a vogal central baixa [a].

Analisamos, também, neste estudo, os elementos linguísticos e discursivos do falar dos afro-brasileiros dessas comunidades. De modo que, para isso, partimos dos pressupostos propostos por Labov (1972), o qual propõe que a variação natural é inerente a todas as línguas de modo que faz parte do seu funcionamento. Consideramos, ainda, os postulados de Tarallo (1985) acerca da pesquisa Sociolinguística. Partimos, também, dos estudos de Calvet (2002) que, com uma visão crítica, expõe conceitos que sustentam a teoria Sociolinguística. Os estudos de Bagno (2008) são considerados neste trabalho, partindo de sua posição quanto ao preconceito linguístico, questões de norma e variação e os processos que ocorrem no Português brasileiro. Scherre e Naro (2001), Lucchesi (2008), Silva (2017), Mollica e Braga (2017) e demais estudiosos para a pesquisa Sociolinguística, contribuem nesta pesquisa com seus postulados acerca da formação do português brasileiro, sobre os fundamentos da Sociolinguística, sobre o contato linguístico.

Verificamos, por meio de áudios, a construção dessa variante [a] em contexto nasal a partir dos usos linguísticos dos afro-brasileiros dessas comunidades. Observamos como se deu a constituição dessas comunidades tanto externa quanto internamente, bem como, analisamos os fatores sociais e históricos que envolveram a instituição e formação das comunidades afro-brasileiras, como de fato, comunidade quilombola.

Sob essa perspectiva, também observamos como ocorrem os usos das variedades linguísticas na comunidade, de modo que pudemos inferir se as variedades utilizadas são as mesmas de quem mora na cidade, ou são as mesmas utilizadas por quem mora na região do Alto Pantanal Mato-grossense, e também entendemos como esse processo se constituiu na fala dessas pessoas.

Nesse sentido, elencamos como hipóteses:

- (i) As comunidades optam, com maior frequência, pela utilização da variante oral;
- (ii) O contexto fônico precedente com vozeadas favorece a ocorrência do processo em maior grau que os demais contextos precedentes;
- (iii) O contexto fônico seguinte com glide nasal e consoantes vozeadas favorece a ocorrência do processo em maior grau que os demais contextos seguintes;
- (iv) A posição do processo na palavra é mais recorrente em sílabas átonas;
- (v) A classe morfológica em que mais haverá ocorrências do processo seria os substantivos e verbos;
- (vi) O sexo/ gênero com maior prevalência para a realização do processo seria o masculino.

(vii) A faixa etária com maior prevalência para a realização do processo seria a segunda.

Para o desenvolvimento da pesquisa, dividimos este trabalho em capítulos. Os quais estão organizados em uma sequência que possibilitará ao leitor um panorama dos estudos e pressupostos que embasam e fundamentam as análises desta tese.

No primeiro capítulo, refletimos sobre a base teórica para a fundamentação deste trabalho, que parte dos pressupostos da Sociolinguística proposta por Labov (1972). O modelo do americano William Labov (1972) é um dos mais representativos desta corrente linguística e, por utilizar a estatística como aporte analítico, é também chamada Sociolinguística Quantitativa. Foi, portanto, Labov quem mais insistiu na relação entre língua e sociedade, e na possibilidade de sistematizar a variação existente que é própria da língua falada.

No segundo capítulo, discutimos os aspectos históricos e sociais do português brasileiro. Buscamos fazer uma breve reflexão sobre a abordagem que leva em consideração que a miscigenação propiciou a construção do falar, os padrões de comportamento, e que a permanência dos falantes na região e a pouca migração fizeram com que esse modo de falar perdurasse até hoje sem perder muitos aspectos de suas características. Souza (2015) apontou em seu estudo sobre o falar das comunidades afro-brasileiras no Rio Grande do Sul, que o português afro-brasileiro designa uma variedade constituída pelos padrões de comportamento linguísticos de comunidades afro-brasileiras.

No capítulo três, trazemos um pouco da história da constituição dos quilombos no Brasil. O fato da denominação de comunidades afro-brasileiras para as comunidades quilombolas, a condição de “remanescente de quilombo” que é também definida de forma dilatada e enfatiza os elementos identidade e território, fatores esses que são fortemente ligados às atitudes dos falantes em relação ao seu modo de falar.

No quarto capítulo, abordamos os pressupostos metodológicos que deram direção para o desenvolvimento do trabalho. O primeiro procedimento metodológico foi uma pesquisa bibliográfica sobre as comunidades afro-brasileiras, denominadas quilombolas, sobre a formação dessas comunidades, sobre a história que antecede esses acontecimentos e que relatam sobre a escravidão e a constituição do quilombo como uma instituição identitária e de organização dos afro-brasileiros e seus descendentes, considerados remanescentes. Seguidamente foram verificadas gravações obtidas por meio de entrevistas livres em pesquisas de campo, gravadas em áudio, no município de Barra do Bugres e de Poconé, em Mato Grosso, com os nativos das comunidades afro-brasileiras.

E, no quinto capítulo, é feito o exercício de análise com os dados, para o qual utilizamos o programa computacional para análises estatísticas R. Apresentamos os resultados

das análises por meio da relação entre as variáveis linguísticas e extralinguísticas, com a intenção de entender a motivação para a realização desse processo nas comunidades.

Por fim, nas considerações finais trazemos nossas conclusões sobre o estudo, bem como a perspectiva de novas pesquisas nesta área, uma vez que entendemos que pesquisar a diversidade linguística presente nas comunidades afro-brasileiras de Barra do Bugres e Poconé, surge como uma forma de evidenciar e caracterizar o falar dessas comunidades, além de fortalecer sua identidade.

A escolha pela pesquisa em comunidades afro-brasileiras justifica-se pelo fato de serem comunidades pouco conhecidas, constituídas por descendentes de africanos que foram escravizados nas antigas fazendas da região, que se instituíram como comunidades, que possuem uma identidade e características linguísticas próprias, fatos que propiciam à Sociolinguística processos para análise.

Nesse sentido, esta pesquisa, partindo da análise linguística do falar dessas comunidades afro-brasileiras, espera alcançar os seguintes objetivos específicos: apresentar novos elementos para o relevante debate acerca da significativa influência de línguas africanas na constituição, caracterização histórica e identitária do português do Brasil; contribuir para a descrição do português falado no Brasil; despertar o interesse para produções relacionadas às diversidades linguísticas da região sul de Mato Grosso; contribuir para a divulgação dos estudos relacionados ao falar mato-grossense.

# CAPÍTULO I

## FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: POR UMA LINGUÍSTICA SOCIAL

Este capítulo trará uma breve descrição que delineará o percurso teórico pelo qual perpassa a Sociolinguística e que consideramos relevantes para o aprofundamento desse estudo no decorrer das seguintes páginas. Ainda, faremos uma concisa ilustração acerca do panorama Sociolinguístico do/no Brasil.

### 1.1 A Sociolinguística

A Linguística tem se destacado como uma área fértil por séculos. Os primeiros estudos que cercam as questões voltadas à linguagem humana surgem muito antes do século XIX, com Aristóteles e Platão, a partir dos pressupostos da Filosofia da Linguagem.

No entanto, é consensual que esse pensamento da Linguística enquanto ciência teve como precursor o suíço Ferdinand de Saussure [1857 – 1913]. O mestre genebrino concentrou seus estudos acerca dos fatos da linguagem e em seu *Curso de Linguística Geral* trouxe concepções que serviram como base para o desenvolvimento dessa disciplina. Entre essas concepções estão as dicotomias saussurianas: língua e fala, diacronia e sincronia, significante e significado, relação associativa e sintagmática, identidade e oposição, etc.

Foi, portanto, Meillet, o primeiro a utilizar a terminologia “fato social” no campo dos estudos da linguagem. O teórico não distinguiu língua e fala e optou por utilizar o termo “linguagem” em seus postulados. Assim, linguagem, para Meillet, não se trata de uma capacidade inata, mas da própria razão da existência do grupo social. O que Meillet quis dizer é que a linguagem é um fato social e, cada língua, toda língua, como noção particular e concreta, é também um fato social.

Tais premissas levaram à emergência do surgimento de uma área que conseguisse relacionar os fatores linguísticos aos extralinguísticos e sociais, foi então que surgiram as primeiras pesquisas em Sociolinguística. Inicialmente a motivação para os estudos Sociolinguísticos foi o fracasso escolar das crianças pertencentes a grupos minoritários e, tais estudos, eram voltados apenas para a descrição da variação e dos processos linguísticos. Na metade da década de 60, no entanto, os estudos em Sociolinguística vinham tomando proporção e maior aceitação, o que fez com que a área fosse ampliando seus objetivos iniciais.

Houve também os estudos voltados à concepção da língua relacionada à etnografia da comunicação. Tais pressupostos, de acordo com o que o linguista Dell Hymes [1927-2009] chamou de antropologia linguística, estavam pautados em descrever e analisar os eventos da fala, bem como relacionar as regras de operação entre falante e interlocutor.

Porém, William Bright, após uma conferência sobre Sociolinguística, em maio de 1964 em Los Angeles, reuniu em uma publicação todos os trabalhos apresentados por nomes como Labov, John Gumperz, Dell Hymes, John Fisher, Charles Ferguson e demais pesquisadores. Bright escreveu a introdução desse compilado de trabalhos em Sociolinguística e tentou sintetizar os objetivos de cada um e suas contribuições

A partir da conferência na Universidade da Califórnia, em 1964, dá-se o nascimento da Sociolinguística, de fato, como uma ciência, se afirmando como um modo diferente de fazer linguística.

Os pressupostos linguísticos mais formais resistiram à análise do efeito dos fatores sociais no estudo da língua e dirigiram seus estudos às implicações internas, tanto psicológicas como estruturais; com isso, consideram a influência dos fatores sociais como uma interferência disfuncional no desenvolvimento normal de uma língua, ou ainda como acontecimentos raros e assistemáticos (LABOV, 1996).

Labov (1983) garante que abstrair a extensão social da língua é algo que requer receio, pois reduz a análise linguística a esclarecimentos simplesmente internos, e, por isso, pode ocorrer que distintas questões sobre o sistema linguístico permaneçam sem solução apropriada. Diferente das teorias estruturalista e gerativista, que creem na língua enquanto uma ferramenta de comunicação, a Sociolinguística afirma que ela deve ser entendida, estudada e analisada como uma relação entre seu uso e o falante em determinada comunidade de fala.

Uma das reservas que se pode manifestar contra as definições da língua que a reduzem a um “instrumento de comunicação” é que elas podem levar a crer em uma relação neutra entre o falante e sua língua. Um instrumento é realmente um utensílio de que se lança mão quando se tem necessidade e que se dispensa em seguida. (CALVET, 2002, p. 57)

Nessa perspectiva e em concordância com Labov (1983) e Calvet (2002), propomos, neste estudo, um olhar atento e cuidadoso à variedade linguística realizada nas comunidades quilombolas de Poconé e Barra Bugres-MT. Isso porque entendemos que a língua está além dessa concepção de “instrumento de comunicação”, ela é fonte que carrega a identidade de um

grupo, que acarreta o comportamento linguístico de um falante de acordo com o lugar que ele ocupa e que transporta o conhecimento e a história de um povo.

Em decorrência dessa nova perspectiva, Labov propõe que a língua seja vista como um sistema heterogêneo e variável, isto é, a língua, ainda que observada como heterogênea, é considerada sistemática, com uma estrutura, fato que apresenta às questões sobre variação e mudança linguística para o centro da análise. Para o autor “O aspecto social da língua é estudado pela observação de qualquer indivíduo, mas o aspecto individual somente pela observação da língua em seu contexto social” (LABOV, 1972, p. 218).

A partir dos estudos de William Labov (1972), fundador da Teoria da Variação e Mudança Linguística, novos campos de pesquisa surgiram e a Sociolinguística se destacou ao caracterizar-se como ciência que estuda a relação entre o social e a língua. Segundo Labov (1972) a língua muda com o passar do tempo e, essa mudança está ligada a fatores sociais e extralinguísticos, transformando-se em função do contexto sócio histórico, com base nas definições e no objeto de pesquisa.

Outrossim, a Sociolinguística analisa os padrões de comportamento linguísticos dentro de uma mesma comunidade de fala e descreve a “variação linguística”, ou seja, as diversas formas dos indivíduos dizerem a mesma coisa em uma determinada comunidade, pois nenhum indivíduo fala em um mesmo estilo ou registro o tempo todo e o mesmo acontece com o grupo ou uma comunidade.

Ao propormos esta investigação Sociolinguística sobre as variedades das comunidades quilombolas, pactuamos com essa ideia que a teoria propõe. Nas comunidades quilombolas pesquisadas, ainda que uma variante linguística esteja em evidência, ela pode estar em concorrência com outras. Para entendermos como cada uma das variantes porta-se, nesta variedade, é importante que observemos os comportamentos linguísticos dos falantes considerando não apenas os aspectos linguísticos, mas também os aspectos sociais desta comunidade.

O que a Sociolinguística faz é “correlacionar as variações existentes na expressão verbal, as diferenças de ordem linguística e social, de modo a entender cada domínio como fenômenos estruturados e regulares” (CAMACHO, 2001, p. 51). Isso quer dizer que, embora cada usuário da língua varie no falar, essa variação possui um parâmetro, que é explicado a partir da estratificação dos indivíduos, levando em consideração os fatores linguísticos e extralinguísticos.

Com os trabalhos de Labov (1972), os estudos relacionados aos fatores sociais que atuam na língua tornaram-se reconhecidos, o que firmou assim a Sociolinguística enquanto área e tornando Labov o maior representante da chamada *teoria da variação linguística*.

O que Labov propõe (1996) origina-se no fato de que, indiscutivelmente, a variação social e estilística forma o comportamento do falante, e implica a possibilidade de escolha em se dizer alguma coisa de diferentes modos, ou seja, as variantes são iguais em seu valor de verdade ou referencial, mas diferente em sua significação social e/ou expressiva.

Assim sendo, a problemática a ser resolvida pela pesquisa linguística incidiria em verificar se tal variação e seus fatores sociais estão relacionados profundamente nos processos mais sistemáticos de mudança linguística, tanto de ordem fonológica como gramatical. Deste modo, para que se entendam os processos de variação e mudança linguísticas, é imprescindível observar e identificar de que lugar, no interior da estrutura social, apareceram e como se ampliaram aos demais grupos sociais.

É presumível que sejam encontradas variações em todos os níveis da língua, ou seja, no nível sintático, lexical, morfológico, fonológico etc. Tais variações condicionam-se tanto por fatores linguísticos como também por fatores sociais, que estão relacionados à origem geográfica, gênero, idade, classe social etc.

É fundamental compreendermos que, para a Sociolinguística, toda língua está sujeita às forças variacionais, que a leva para o sentido da variação ou da unidade. Embora essas forças pareçam ser opostas, elas atuam, dentro do sistema linguístico, de modo ordenado e considerando os fatores condicionadores que podem levar um processo à mudança ou a manutenção de determinado estilo. Segundo propõe Mollica (2017, p. 12) “isso só é possível porque a dinamicidade linguística é inerente e motivada”.

Os fatores sociais são relevantemente inerentes à língua, isso porque a língua não possui característica única de levar à comunicação, mas também uma forma do falante manifestar sua identidade, seu pertencimento ou não a determinada comunidade de fala.

É importante compreender que a língua existe enquanto manifestação de uma cultura, ou seja, manifestação de um grupo socialmente envolvido por práticas e crenças que caracterizam o modo de falar do indivíduo em suas relações. Considera-se, portanto, o exposto por Labov (2008, p. 305):

Estes tipos de teorias crescem vagarosamente: emergem da sujeira e das ruínas do cotidiano, nunca totalmente livres de erros de mensuração e outras irregularidades comuns. Tomam forma, crescem fortes e confiáveis na medida em que mantêm relação com o cotidiano e enquanto são cultivadas por aqueles

que o compreendem. Sua beleza repousa, não em sua simplicidade ou simetria, mas na forte relação com a realidade (LABOV, 2008, p. 305).

Ao tratar da identidade linguística do falante, trata-se de igual modo da realidade e diversidade humana, a qual constrói no decorrer das épocas as distintas formas de relações linguísticas. Entretanto, é necessário compreender que linguagem e homem em sociedade passam por critérios que os classificam.

Dessa forma, a identidade, nos dados coletados nas comunidades quilombolas de Poconé e Barra do Bugres-MT, relacionam-se muito com a memória. Os informantes falam de suas tradições e culturas sempre rememorando as lembranças de seus antepassados, como uma forma de reafirmar essa identidade e tradição. Vejamos a transcrição<sup>2</sup> de uma fala dos entrevistados:

É... teim janêro e teim aqui de meu irmão... Faz eim djanero, dia vinti... i eu faxo último sábadu de julhu. O di julho qui é mais antigu, que era de pai dessa que tá qui... de avô... daí vem vindu tudo a vida. De agora, esti áno é eu qui cuntinuo fazendu. (INFO10M)<sup>3</sup>

Nesse trecho o falante foi questionado sobre as festas de santo<sup>4</sup> que acontecem em sua comunidade e ele, então, rememora uma lembrança de quando a festa já acontecia, organizada por um de seus antepassados. Essa relação é explicada por Candau (2012, p. 16) que afirma que a identidade, ao mesmo tempo que nos modela, nós também a modelamos. Além disso, segundo Candau (2012, p. 16): “isso resume a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa”.

A identidade do falante envolve mais que questões linguísticas, pois envolve também pontos sociais, seu posicionamento perante a sociedade, envolve seu comportamento e dos demais, sobretudo, sob seu comportamento diante do seu falar. “[...] a função da língua de estabelecer contatos sociais e o papel social, por ela desempenhado, de transmitir informações

---

<sup>2</sup> Para esta transcrição tentamos privilegiar a fala do entrevistado.

<sup>3</sup> A codificação do nome do participante foi construída por meio da abreviação da palavra “informante”, mais um número indicando a ordem em que foi entrevistado, seguindo pela inicial da comunidade em que está inserido.

<sup>4</sup> São grandes festas religiosas que comemoram o dia de determinado santo. Sempre se inicia nove dias antes, com uma novena, até a culminância com uma festa em que os organizadores, chamados de festeiros, erguem um mastro com a bandeira do santo, oferecem as refeições gratuitamente para quem participa e há muita música e dança típica.



sobre o falante constituem uma prova cabal de que existe uma íntima relação entre língua e sociedade (MONTEIRO, 2002, p. 16).

No contexto das comunidades quilombolas, pesquisadas, este envolvimento que a identidade acarreta fica muito claro nas declarações dadas pelos informantes no decorrer da entrevista. No trecho a seguir, um entrevistado toca em questões sociais que o levam, ao final da fala nesse trecho, a compreender-se como parte de uma comunidade, identificar-se com ela. Observemos:

Qui essi tempu ieu falei... era tudo cumum... tudinhu comum, né... a cumida, toda a terra era cumum... ninguém era medido né... Tudo trabalhava aqui... nós morava lá e trabalhava aqui né. Vinha de lá beim xedo... vinha beim xêdo, né... aí, ia embora de taide, né. Tinha vinha beim xêdo... ia embó de taide, fazia rancho na roça... rancho... picava, cozinhava memo... e trabalhava... de taide ia embó. Aí saiu a medição... nós tiramos pra cá...

Hodje só nós da irmandade aqui... só a irmandade que é tudo junto, né... Só tá a precuração po caçula aí.

Depois que diz se ganhou a terra dos quilome, né... aí vai ficar tudo de novamente... tudo unido de novo... tudo junto... mais purinquanto, antes de ganhar, né, cada um tá com seu separado né... Assim que o cara do Incra explicou, né... se ganhou, hora que ganhou a terra do quilome, né... aí é tudo unido. (INFO14M)

O participante relembra a união que era característica da comunidade, onde a terra era de todos, não havia medição<sup>5</sup> e todos trabalhavam e gozavam do benefício comum. Então, houve essa medição das terras e cada família ficou com uma área. Ele afirma que, na área em que mora, moram também seus irmãos e enfatiza a união vivida por eles “tudo junto”. No entanto, é possível compreender que esta união, para o informante, não está completa, uma vez que a área ainda não é reconhecida legalmente enquanto território quilombola, então, ele afirma que quando isso ocorrer voltará a ser tudo como era antes: “Depois que diz se ganhou a terra dos quilome, né... aí vai ficar tudo de novamente, tudo unido de novo...”

Esse sentimento de pertencimento, como parte da identidade dos entrevistados, revela-se muito relacionado ao conceito de territorialização, no sentido de que o falante reconhece seu território enquanto forma de vida comunitária e local de pertencimento. Segundo Zigmunt Bauman (2005 *apud* Alves, 2010, p. 07) “o território geográfico interage no tempo histórico

---

<sup>5</sup> A medição, que o falante cita em sua fala, refere-se ao ato de medir a terra e separá-la, identificando um proprietário para cada uma das partes.

com a população que o habita, produzindo territórios simbólicos que respondem pelo sentimento de pertencimento que é experimentado por seus habitantes”

Alves (2010, p. 6) explica que essa territorialidade e ideia de pertencimento local:

[...] recuperam o sentido de ligação contido na noção do sagrado, realizando permanentemente uma tríplice religação entre sociedade, natureza e Deus. Este mecanismo garante a manutenção do sentido de pertencimento na comunidade, ao recuperar o sentido transcendental da religiosidade nas práticas simbólicas culturais e educativas.

Isso fica claro quando observamos as falas dos entrevistados, pois eles sempre retomam lembranças relacionadas às festividades santas e marcam a sua ideia de pertencimento quando falam do território que habitam, enquanto uma área da comunidade quilombola.

Nessa manifestação da variedade linguística existem aspectos que afetam as atitudes dos falantes, o que pode ocasionar, às vezes, uma interferência na estrutura social. Ou seja, a atitude linguística e atitude social correlacionam-se e influenciam nas ações e reações dos falantes. “Pode-se supor que certas atitudes sociais ou manifestações do pensamento sejam influenciadas pelas características que a língua da comunidade apresenta. É o caso de examinar, até que ponto a sociedade é condicionada pela língua e, em que medida a língua é condicionada pela sociedade (MONTEIRO, 2021, p. 17).

Portanto, a manifestação da língua e atitude linguística, nestas comunidades, evoca o sentido de identificar-se como indivíduo quilombola, que preserva suas tradições e que considera seu espaço um ambiente comum, onde suas atitudes são validadas e consideradas elementos de ações e reações positivas.

## **1.2. Variação e mudança**

O objeto de estudo da Sociolinguística é a fala, mais especificamente, o comportamento linguístico dos falantes em determinada comunidade de fala. De tal modo, esta área do conhecimento busca analisar esse comportamento/ fala partindo da relação de fatores linguísticos e extralinguísticos e, como sabemos, a fala não é estática. Ela sofre variações e mudanças. Nesse tópico, nos deteremos em discutir questões voltadas à variação e mudança linguística.

É evidente que cada indivíduo fala de maneira diferente e isso é que chamamos de variação linguística. Uma forma de comprovar essa afirmação é comparar a fala de uma pessoa mais velha com a fala de uma pessoa mais jovem, por exemplo. Ou comparar a fala de uma

pessoa que nasceu e mora na região sul do país com a fala de uma pessoa que nasceu e mora na região norte. Ambas as comparações evidenciarão a presença de variação na fala, nos diversos níveis, tanto com relação ao som das palavras como nas próprias estruturas, a título de exemplo. Bagno e Casseb-Galvão (2017, p. 10) afirmam que:

A certeza de que as línguas mudam com o tempo é facilmente obtida pelo estudo comparativo de documentos escritos no passado e pela simples observação da maneira como os falantes se apropriam dos recursos de uma língua para interagir. Distingue-se facilmente um brasileiro de um português, um carioca de um goiano, uma jovem de uma idosa, uma pessoa mais escolarizada de alguém com menor grau de letramento.

Um equívoco corriqueiro é pensar que a fala popular da Língua Portuguesa não está submetida às regras. É o caso da não concordância nominal que é comum não apenas no Português. Por exemplo, é normal que, na fala popular, se utilize a forma “Os jovem de hoje...”, veja que o plural está marcado no primeiro determinante. Na fala popular não se diz “O jovens de hoje...”, pois existe uma regra do lugar onde se marca o plural nessa variedade da língua. Isso faz com que saibamos que na forma “Os jovem de hoje...”, ainda que haja uma falha na concordância, trata-se de vários jovens, enquanto que a forma “o jovens de hoje...” é inexistente na fala.

Essa variante linguística da não concordância nominal está constantemente em concorrência com a variante da concordância nominal. Esse processo de concorrência e/ou alternância de formas chamamos de variação linguística, enquanto que o resultado disso chamamos de mudança linguística, “uma ou outra das duas formas geralmente triunfa, e a regularidade é alcançada (LABOV 2008, p. 20)”. Entretanto, isso não quer dizer que toda variação linguística vai levar à mudança linguística, mas sim que toda mudança linguística pressupõe uma variação. De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 39), foi Hermann Paul (1880) quem desenvolveu a ideia de que a língua do falante/ouvinte individual encerra a natureza estruturada da língua, a coerência do desempenho falado e a regularidade da mudança.

Por meio do estudo e análise das variáveis sociais, é possível determinar o cenário de variação pesquisado na comunidade de fala, conforme os pressupostos de variável estável e mudança em progresso. Com relação à variável estável, o panorama de variação mantém-se por um período longo, uma vez que não se observa uma predisposição de uma variante linguística a outra.

Contudo, na mudança em progresso há a resolução do processo de variação com a tendência em benefício ou sobreposição de uma das variantes observadas, a qual irá se generalizar e elevar seu uso a categórico, enquanto que as demais inclinariam ao desuso.

Ao olhar o passado é possível identificar indícios que expliquem o presente, é possível também observar o presente para projetar o futuro, isto é, conferir uma mudança em tempo aparente que, para Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 77):

As observações em tempo aparente conectadas às observações em tempo real permitem que se verifique a mudança em progresso. A análise da mudança em tempo aparente é apenas um prognóstico, uma projeção que o pesquisador se arrisca a fazer, portanto, constitui-se como uma hipótese. A articulação entre presente e passado permite evidenciar estágios variáveis e mudanças que aconteceram (tempo real) e que estão em curso (tempo aparente). Convém, contudo, deixar claro que nem toda variabilidade na estrutura linguística envolve mudança, mas toda mudança envolve, obrigatoriamente, variabilidade. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 77)

Para Labov (2008, p. 19) “a explicação da mudança linguística parece envolver três problemas: a origem das variações linguísticas; a difusão e propagação das mudanças linguísticas; e a regularidade da mudança linguística”. O autor afirma que as variações “podem ser induzidas pelos processos de assimilação ou dissimilação, por analogia, empréstimo, fusão, contaminação, variação aleatória ou quaisquer outros processos em que o sistema linguístico interaja com as características físicas ou psicológicas do indivíduo” (LABOV, 2008, p. 20).

O que Labov quis dizer é que existem várias formas de se obter as variantes, o que vai depender é a forma com que foram assimiladas, também o contexto que as envolve, as afinidades entre falantes, questões subjetivas, condições de produção e demais fatores que permeiam as relações entre os interlocutores, assim como, sobre a variante em questão que pode alcançar o *status* de prestígio ou estigma.

Por isso, não se pode pensar na mudança linguística sem pensar o fator social da língua. A mudança não acontece apenas pela escolha do falante em utilizar determinada variante, mas pelo fato dessa escolha estar relacionada a outros fatores. Para a utilização de uma variante, o falante passa por um processo social, ainda que inconsciente, mas que é interpelado por questões como a função dessa variante no contexto e na língua. De acordo com Labov, “[...] somente quando se atribui significado social a tais variações é que elas são imitadas e começam a desenvolver um papel na língua” (LABOV, 2008, p. 43).

Esse processo, segundo Labov (2008), pode ser brusco ou de forma progressiva. O que irá determinar é a quantidade e intensidade das situações produzidas com a variante, a qual com

o tempo começará a fazer parte do léxico do falante sem o mesmo ter definido quando isso ocorreria. Além disso, Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 47) afirmam que “em todos os momentos, o desempenho de um falante está sob a pressão de diferentes forças para mudar em diferentes direções”.

A mudança linguística é mais que uma relação entre fatores como sexo e idade, por exemplo. O estudo que o pesquisador desenvolve para determinar se uma variedade sofreu ou não uma mudança deve levar em consideração demais argumentos que se constroem no decorrer da pesquisa com indícios e dados que irão embasar a hipótese de mudança.

## **1.2 O panorama Sociolinguístico no Brasil**

Nos primeiros séculos da colonização, a população brasileira experimentou o que Matos e Silva (2004) chamou de “Multilinguismo generalizado”. Em determinadas regiões o que predominava era a língua geral, de base tupi, já em outras regiões havia o predomínio das línguas francas africanas, como havia também as variedades pidginizadas ou crioualizadas do português que eram faladas em regiões mais afastadas.

Com isso, devido à grande diversidade linguística e cultural no Brasil Colônia, houve uma intensa e óbvia mudança no português trazido pelos europeus, com destaque à participação dos povos originários e africanos que, como maioria em população, construíram uma nova modalidade da língua para a então nação brasileira.

A constituição da realidade linguística brasileira, de acordo com Lucchesi (2001), é marcada por um cenário bipolarizado, uma vez que as cidades, com pequenas populações e situadas na região litorânea não influenciavam a formação linguística das cidades distantes, as quais eram habitadas, especialmente, pela elite colonial que procurou ao máximo manter as identidades e normas linguísticas do povo lusitano.

Outra questão bastante relevante para pensarmos a realidade Sociolinguística do Brasil é acerca “da dinâmica do multilinguismo/multidialeto no período colonial e fundamentalmente na emergência do antecedente histórico do português popular brasileiro” (MATOS e SILVA, 2004, p. 72).

A maior parte da população colonial eram os africanos e indígenas escravizados. Eles não possuíam contato com a cultura e diversidade linguística europeia e nem como o português padrão, o que os levou a adquirir, o português coloquial como segunda língua, uma vez que mantinham contato apenas com os colonos, com baixa escolarização e pobres.

De acordo com Lucchesi (2012), no período colonial do Brasil, haviam mais de 600 línguas indígenas. Atualmente, existem no Brasil, cerca de 180 línguas indígenas e boa parte

encontram-se próximas à extinção, com poucos falantes já idosos. Lucchesi (2012) aponta que essa diminuição no número de línguas é em razão do desaparecimento dos povos originários devido ao extermínio desses povos, epidemias, redução dos seus meios de subsistência e pelo aculturamento em favor dos costumes do invasor.

Muitos africanos também foram submetidos ao trabalho escravo e trazidos à força para o Brasil. Sua presença foi bastante expressiva, estima-se que foram sequestrados e levados para as colônias, cerca de 4 (quatro) milhões de africanos. Os africanos que desembarcavam no Brasil, de várias regiões da África, traziam consigo também sua língua nativa. Haviam africanos de Golfo de Guiné que traziam línguas da família kwa, e Angola trazendo os falantes das línguas de família banto.

A massa escrava sucessivamente para aqui trazida, desde a quarta década do século XVI até avançado o XIX, mesmo com a extinção do tráfico oficial em 1830, com suas 200/300 línguas, teve de aprender a língua dos senhores, a partir de situações precárias de exposição à língua-alvo, a portuguesa. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 100).

Embora os africanos tenham sofrido um aculturamento violento, por meio da proibição da manifestação de sua cultura e também sua língua, eles foram os atores principais para disseminação da língua portuguesa popular brasileira. Desta forma, várias línguas africanas entraram em contato com o português europeu e formaram a diversidade do português popular do Brasil, com características singulares.

Nesse sentido, a língua do invasor foi tida como um referente por aqueles povos e essa tentativa dos africanos e indígenas em falarem o português europeu pode ter formado o que conhecemos como “língua geral brasileira”, de acordo com Matos e Silva (2000).

Além dessas questões populacionais e demográficas, a escolarização foi um fator de grande importância para a formação do panorama Sociolinguístico do Brasil. A começar pela falta de uma sólida estrutura educacional, o que fez com que a Língua Portuguesa ensinada na escola tivesse aspectos distintos do Português lusitano. Além disso, a educação era elitista e poucos tinham acesso, o que é confirmado por Houaiss (1985) quando afirma que no final do século XVIII apenas 0,5% da população era letrada.

É importante evidenciar que a realidade linguística brasileira atual é formada por três características importantes, que são: multilinguismo, variação linguística e multiculturalismo. Com relação ao multiculturalismo, reconhece-se que o Brasil é um país de diversidade, de povos, de culturas, desde os primórdios da colonização e primeiros habitantes, os indígenas. O português é considerado a língua majoritária no país, mas isso não significa dizer que o Brasil

seja monolíngue, a pensar pelas línguas indígenas que somam aproximadamente 180 no território brasileiro e isso é razão para caracterizá-lo como um país multilíngue. Além disso, como a língua é um sistema dinâmico, sem dúvidas apresenta variação linguística, como em todo lugar em que houve/há vários contatos com culturas e línguas diversas.

Tudo parte de um processo de pensar a língua portuguesa a partir das outras línguas presentes no Brasil, a partir da diferença. A forma de se mencionar era a Língua do Brasil, já no século XX se denominava a Língua Portuguesa no Brasil. Isso vai surgindo por uma necessidade de questões sociais e históricas, de independência. O processo de gramaticalização vem com a invenção da imprensa e com o desenvolvimento tecnológico há a difusão dos dicionários e gramáticas.

Atualmente, muitos estudos têm sido elaborados acerca de evidenciar a análise e descrição das variedades do Português do Brasil. As pesquisas em Sociolinguística começaram a se desenvolver a partir de 1970 como meio de difusão os grupos de pesquisas das universidades.

O projeto NURC – Norma Urbana Culta, desenvolvido em São Paulo, é um dos precursores desses estudos. Esse grupo de pesquisa é responsável por um considerável avanço nas pesquisas sobre a língua falada e tem como objetivo documentar e descrever a norma do português culto falado no Brasil, seguindo um processo gravações, transcrições e análise do *corpus*. As pesquisas foram feitas com informantes com escolaridade de nível superior, nascidos nas cidades de pesquisa e preferencialmente com pais nascidos nessas cidades também (as cidades pesquisadas foram Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).

A natureza das gravações, no projeto NURC, seguiu alguns parâmetros, como: gravações secretas de um diálogo espontâneo; diálogo entre dois informantes; diálogo entre o informante e o documentador; elocuições formais. Os resultados dos dados obtidos neste projeto ainda hoje são objetos de estudos de pesquisadores em várias regiões do Brasil.

Há também o projeto ALiB – Atlas Linguístico do Brasil, que surgiu, por iniciativa da Universidade Federal da Bahia, como uma forma de pesquisadores, em rede, elaborarem o atlas linguístico do Brasil, ou seja, a descrição do português brasileiro baseada na coleta de dados por meio de pesquisas de campo, em diversas regiões do país, partindo de uma rede de pontos de vai de Oiapoque ao Chuí. Este projeto desenvolve-se mais especificamente no campo da Dialetoлогия, com base na Geolinguística.

Atualmente várias instituições de ensino superior no Brasil formaram grupos sob o viés teórico e metodológico da Sociolinguística, como o VARSUL – projeto de Variação linguística da Região Sul do Brasil, na Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade

Federal do Rio Grande do Sul; o PEUL – Programa de Estudos sobre o Uso da Língua, no Rio de Janeiro; o VALCO – projeto de Variação Linguística no Centro Oeste, em Brasília; o VALPB – projeto de Variação Linguística da Paraíba; o ALIP – Amostra Linguística do Interior Paulista, em São José do Rio Preto/SP; Dentre outros projetos.



## **CAPÍTULO II**

### **ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA ORIGEM DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Nesta seção, traremos uma exposição das questões que envolvem a origem do Português Brasileiro. Serão discutidos temas sobre o contato linguístico, a presença das línguas indígenas e línguas africanas no contexto brasileiro.

#### **2.1 Contato Linguístico**

Durante muito tempo, acreditou-se que as línguas mudam por razões internas às próprias línguas, especialmente as mudanças fonéticas. Na formação da gramática tradicional, a mudança linguística foi vista como algo negativo, um sinal de ruína da língua.

Em boa parte do século XIX, alguns linguistas acreditavam que a língua é um organismo vivo e passaram, então, a propor a noção de leis fonéticas, com as quais tentam explicar as mudanças que ocorreram ao longo do tempo nas línguas.

No final do século XIX, isso mudou um pouco, pois o linguista italiano Graziadio Isaia Ascoli (1829-1907), por grande influência dos linguistas alemães Franz Bopp e Friedrich Diez, afirmou que as línguas mudavam não apenas por leis internas, mas também pelo contato entre povos. Substrato é um termo proposto por ele, para dizer que quando uma língua é imposta, adota-se essa língua, mas transferem-se hábitos fonéticos, morfológicos e lexicais da sua língua ancestral, causando uma mudança nessa nova língua imposta.

De acordo com os estudos de Ascoli, é o substrato que explica as diferenças entre as línguas românicas, as quais derivam o latim. Dentro da Itália, Ascoli fez estudos sobre dialetos e trouxe contribuições bastante relevantes para os estudos românicos. Ele afirmou que a parte norte da Itália, onde havia a presença dos povos de língua celta, apresentava diferenças radicais entre a língua dos habitantes do centro sul da Itália onde não havia essa população celta. Com isso, Ascoli traçou uma linha separando a România ocidental da România oriental.

No mesmo período, o linguista Hugo Schuchardt afirmou que não existe nenhuma língua não misturada, defendendo que toda língua é resultado de contato linguístico. O estudioso interessou-se pelos estudos das línguas crioulas, que são línguas que resultaram de um contato linguístico muito intenso.

Ascoli e Schuchardt afastaram-se do enfoque conservador da linguística que conhecemos, porque defendiam o social da língua. Grande parte dos linguistas acreditavam que

a língua era uma estrutura fechada em si mesmo e que podia ser estudada independente de sua dinâmica social, cultural, entre outros. Já outros linguistas, como Ascoli, Schuchardt, Whitney e Breal, faziam questão de colocar dentro do estudo da linguagem o processo social.

Com o advento da Sociolinguística, na década de 60, o contato entre línguas relacionado às questões sociais entra em cena nos estudos novamente. Weinreich, orientador de Labov, em 1953, escreveu o clássico *Language Contact*, no qual traz a noção de que o contato é um dos principais fatores de mudança linguística. O "contato entre as línguas, questões relativas ao surgimento e extinção linguística, multilinguismo, [...] e mudança constituem temas de investigação na área" da Sociolinguística (MOLLICA, 2013, p. 10).

Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 95) afirmam que “estudo de línguas em contato confirma a ideia de que a coexistência estável de longo prazo é muito frequentemente uma ilusão, promovida talvez pela existência de um léxico e de uma morfofonêmica relativamente estáveis”.

Além disso, os autores consideram que as línguas sofrem interferências e influências devido ao contato linguístico. Os autores declaram que quando um falante aprende, pela primeira vez, uma regra de uma língua diferente da sua, ele não a aprende perfeitamente, pois é influenciado por sua própria língua e não possui uma experiência linguística completa nessa segunda língua. Nesse sentido, ainda que aquilo que o falante aprendeu seja de uma outra língua, isso será um tipo de mudança linguística, porque será a realização de algo de determinada língua por um falante com competência e experiência linguística de outra língua. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006)

“Também encontramos na maioria das comunidades de fala formas distintas da mesma língua que coexistem, grosso modo, na mesma proporção em todas as sub-regiões geográficas da comunidade” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006).

A variedade linguística, processo pelo qual a língua divide-se, é explicada pelos movimentos populacionais e pelo contato, pois entendemos que esses dois elementos estão presentes em todas as línguas.

Línguas viajam com aqueles que se movem, experienciando diferentes tipos de evolução: mudança estrutural, especiação causada por ou independente de contato linguístico e, em alguns casos, morte, se elas se tornam menos úteis que outras línguas com as quais competem (MUFWENE, 2008, p. 30)

O contato linguístico esteve sempre presente em todas as civilizações. A partir do momento em que o homem sente a necessidade de movimentar-se, conhecer, explorar,

conquistar novos lugares, ele leva consigo sua língua e por meio dos contatos que faz, as línguas se transformam. Todo o contexto de formação linguística do Brasil, mesmo antes da chegada do Europeu, é determinado pelo contato linguístico. Conforme apontam Raso, Mello e Altenhofen (2011, p. 13):

Ao longo dos mais de cinco séculos depois do descobrimento, no território brasileiro conviveram, comunicaram e se misturaram populações ameríndias, europeias, africanas e asiáticas. Se a língua-teto (ou seja, a língua sociolinguisticamente supraordenada e de referência) foi o português, essa língua conviveu e ainda convive em lugares e domínios do repertório com muitas outras; e o próprio português do Brasil mudou em grande parte pela influência de línguas diferentes, pertencentes a famílias muito distantes: a família indo-europeia, além dos pequenos números de falantes de outras línguas que se fizeram presentes no Brasil desde as primeiras décadas depois do descobrimento, forneceu, a partir de metade do século XIX, milhões de imigrantes, principalmente falantes de alemão (grupo germânico), polonês (grupo eslavo), italiano e espanhol (grupo latino), além das novas ondas de imigrantes portugueses.

Tais mudanças são possíveis devido às grandes influências internas constantes pelas quais passaram e ainda passam as línguas que entram em contato com outras línguas. Altenhofen (2012, p. 66) propõe a seguinte tipologia para denominar os contatos linguísticos:

- 1) português e línguas indígenas (autóctones);
- 2) português e línguas afro-brasileiras;
- 3) português e línguas de imigração (alóctones);
- 4) português como língua alóctone em contato com línguas oficiais (p.ex. com guarani e espanhol, no Paraguai, e espanhol no Uruguai);
- 5) português e línguas co-oficiais em contato (p.ex. Tukano, Nheengatu e Baniwa, no município de São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro; ou ainda talian, em Serafina Correia-RS; pomerano, em Santa Maria de Jetibá-ES e Pancas-ES, além de Canguçu-RS; Hunsrückisch, em Antônio Carlos-SC);
- 6) contatos linguísticos de fronteira (com os países vizinhos);
- 7) contatos intervaretais do português (entre falantes de variedades regionais do português);
- 8) contatos transnacionais do português “aquém- e além-mar” (Portugal e demais países lusófonos, como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, além do próprio Brasil).

Altenhofen (2012, p. 67) ainda afirma que “um dos problemas de interesse em cada um dos tipos de contato é a sua repercussão sobre o *corpus* e o *status* do português localmente falado”. Nesse sentido, tomemos como tipo de contato para essa pesquisa, o tipo (02), contatos linguísticos de português e línguas afro-brasileiras.

Estima-se que, no Brasil, quando chegaram os portugueses, havia mais de mil línguas indígenas. (RODRIGUES, 1993). Ainda que tenham chegado ao país em 1500, calcula-se que o contato linguístico de fato começou a ocorrer somente em 1530, quando “o rei D. João III – por isso mesmo chamado de o colonizador – traça, com a divisão do país em Capitânicas Hereditárias, uma política para povoar e administrar as novas terras.” (PETTER, 2006)

Naquele mesmo ano, começa-se o tráfico de africanos que seriam escravizados e que trouxeram junto consigo entre 200 a 300 línguas (PETTER, 2006). E ainda assim, após cinco séculos de história e contato, não há no Brasil qualquer língua africana sendo falada atualmente. Obviamente, essas línguas não foram apagadas por completo, existem seus resquícios, mas a escravidão fez com esses povos perdessem seu patrimônio, a língua, que mais que um sistema linguístico é também um produto da identidade e afirmação cultural de um povo. Ao negarem a língua dos africanos, os invasores lhes negaram também o direito de serem quem eram, de preservar tradições, de passá-las às suas gerações, de ter uma identidade.

O português popular do Brasil é produto do multilinguismo aqui presente desde muito tempo e o que caracteriza o falar e a situação linguística local. Atestar o contato entre línguas é possível, por exemplo, por meio de análise dos dados geográficos de uma região, que pode mostrar a movimentação de imigração e migração pela qual tenha passado. As pessoas que saem de suas regiões e vão para outras regiões e mantêm contato com outros falantes, à medida em que há essa comunicação, há também as trocas linguísticas, que vão formando uma nova forma de falar.

Falar de contato linguístico não se trata somente de uma relação entre línguas, mas também uma relação de troca de culturas, uma vez que a língua carrega essa marca. Além disso, o contexto de interação pelo qual passaram os africanos escravizados no período colonial foi extremamente desfavorável para que uma língua africana vigorasse ainda hoje como nativa, e também corroborou para o desaparecimento de muitas línguas indígenas.

No próximo tópico, faremos uma explanação breve acerca dos pressupostos que se delinearam em volta da noção do contato entre o português europeu e o português brasileiro, bem como a explanação de alguns fenômenos que foram formados durante o processo de colonização e que têm como resposta dos estudiosos, o contato com o português lusitano.

## **2.2 O contato com o Português Europeu**

O contato com o Português europeu foi objeto de estudo em muitas pesquisas. O argumento que se sobrepuja era o de que o português brasileiro se tornara uma variedade do português lusitano.

Tal concepção, atualmente, já não é tão difundida e, muitos pesquisadores têm se empenhado em creditar a estrutura do português popular brasileiro aos contatos linguísticos entre as línguas indígenas e africanas, como veremos nos próximos tópicos. No entanto, a título de uma delineação informativa, apresentaremos alguns apontamentos acerca desse argumento da formação do português brasileiro, a partir do contato com o português europeu.

A participação lusitana na formação do português brasileiro destaca-se pela presença portuguesa no período do Brasil colonial. De acordo com Mussa (1991, p. 163) a chegada de europeus no Brasil esteve presente em significativa parte da história do país, conforme o autor, relacionado à população em relação à população total do país, a presença de portugueses foi de 30%, entre 1538 e 1600; 25%, entre 1601 e 1700; 22%, entre 1701 e 1800; 14%, entre 1801 e 1850; e 17%, entre 1851 e 1890.

A vinda dos portugueses levou à urgência de uma organização. Inicialmente, entre o século XVI e XVII, uma parte dessa população destinou-se à produção de açúcar nos engenhos. Já no final do século XVII, vigorou a necessidade de portugueses para gerenciarem a busca pelo ouro. E, em seguida, em 1808, com a vinda da família real para o Brasil, um grande contingente de portugueses também se mudou para o país.

Até metade do século XVIII, era corrente o uso da chamada língua geral indígena, especialmente nas áreas rurais. No entanto, o Marquês de Pombal, em 1757, decreta a oficialização do português como língua da colônia, o que obrigou sua utilização em documentos oficiais e sua implementação no ensino brasileiro. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 20-21)

Alguns traços do português europeu comparados ao português brasileiro foram por nós encontrados em um estudo na área urbana de Poconé-MT, Dias (2016), como por exemplo a realização africada [tʃ] em vez da fricativa [ʃ], muito corrente naquela região e que, também foi encontrada por Macias (2003, p. 26) em sua análise linguística sobre o dialeto rionorês em Portugal: “Outro traço geral deste dialecto é a utilização da africada [c]: tchamar (chamar); escatchar (partir); matchada (machada); martchar-se (ir-se embora)”.

Além disso, Amaral (1982) descreve o surgimento desse mesmo processo no dialeto caipira relacionando esse uso ao de algumas regiões de Portugal, além de, também ilustrar o uso de “por amor de” para exprimir circunstância de causa, “como [faz] o povo em Portugal”. (p. 81).

Ribeiro (1881) ilustrou também a realização das africadas no falar dos “caipiras de São Paulo”, em que o autor observou as pronúncias de *djogo*, *djente*, semelhante ao processo que acontecia no Minho e em Trás-os-Montes em Portugal, onde o autor observou a pronúncia de *tchapeo* e *tchave*.

Ainda sobre o dialeto caipira em São Paulo, Amaral (1982) também identificou tais ocorrências, bem como os pesquisadores Pereira (1919), Ribeiro (1881), e as explicações para a ocorrência desses processos é de que foram formados durante o processo de colonização e contato com o português lusitano.

Segundo argumenta Arruda (1998, p. 27): “tais pronúncias, foram trazidas pelos portugueses e bandeirantes, que as empregavam à maneira vigente”. Com relação ao processo encontrado em Poconé-MT, embora os espanhóis tivessem chegado primeiro, não povoaram Mato Grosso, “suas vilas não progrediram e foram, mais tarde, abandonadas” (SIQUEIRA, 2002, p. 27). Desta forma, houve pouco contato linguístico com a língua hispânica.

Sobre processo de rotacismo no português, Marroquim (1934, p. 27) explica que é atribuído ao tupi, no entanto, a troca do /l/ por /r/, no português brasileiro, deu-se em sua formação, no português arcaico, “no português arcaico encontramos: enxemplo, ingrês, groria, grorioso, craro, paravra, prantar, esprandecente, incrinado, frol, escrarecer” (Marroquim, 1934, p. 29)

Marroquim (1934, p. 29) infere, a respeito do rotacismo, que: “Não podemos generalizar, assim, a influência da língua tupi no processo em análise. O impulso inicial, podemos dizer que foi trazido de Portugal”.

Souza (2015, p. 47) explica que “a língua portuguesa do Brasil e as hipóteses de sua constituição são alvo de diversos estudos, enfocando-se sua variedade linguística em relação ao português de Portugal”.

Muitas são as proposições para que o português fosse/seja relacionado ao português europeu. Uma posição bastante difundida gira em torno da questão do colonialismo, que muito influenciou, para que a língua que fosse usada devesse ser a língua da corte. Além disso, acreditamos também na concepção de que se trata de uma visão eurocêntrica, de afirmação da branquitude pela língua, na qual, a elite, que era a única favorecida pelo acesso aos estudos, pretendia ter seu idioma relacionado a uma herança daquele idioma falado na Europa, e não um idioma de “escravos” ou de indígenas.

No entanto, este pensamento já é ultrapassado e muitos linguistas têm se empenhado em analisar e descrever as variedades do português brasileiro com o intuito de relacioná-lo, ou reconhecê-lo como fruto de contatos linguísticos com as línguas indígenas e africanas.

### 2.3 As Línguas africanas

Neste tópico, pretendemos expor uma breve delineação acerca das línguas africanas, no sentido de pautar essa discussão, no decorrer deste estudo, em favor da concepção de que o português brasileiro sofreu forte influência das línguas africanas em sua constituição.

A África é o continente com a maior diversidade linguística do mundo, com um número impressionante de mais de 2000 línguas e mais de 8000 dialetos, o que representa praticamente um terço dos idiomas falados no mundo inteiro<sup>6</sup>.

Nesse sentido, o multilinguismo é uma forte característica desse continente, conforme expõe Aleixo (2021, p. 02):

Albergar muitas línguas dentro do limite das suas fronteiras, exibindo complexos padrões de multilinguismo entre as suas populações, é uma das características comuns aos países africanos. E como se isso não bastasse, com a colonização, cada país recebeu de herança pelo menos mais uma língua, a língua de seu colonizador europeu, fundamentalmente o português, o francês, o inglês e o espanhol, que acabaram chamando a si um papel preponderante no panorama linguístico de cada país africano colonizado.

Essas línguas são classificadas basicamente em quatro troncos linguísticos, as línguas afro-asiáticas (Afro-asiatic), nilo-saarianas (Nilo-saharian), coissan (Khoisan) e nigero-congolês (Niger-Congo). Essa divisão foi proposta por Greenberg entre as décadas de 50 e 60 do século passado e é adotada até hoje pela maioria dos linguistas.

Observemos o mapa a seguir que mostra as línguas africanas:

Figura 1 - Mapa das línguas africanas



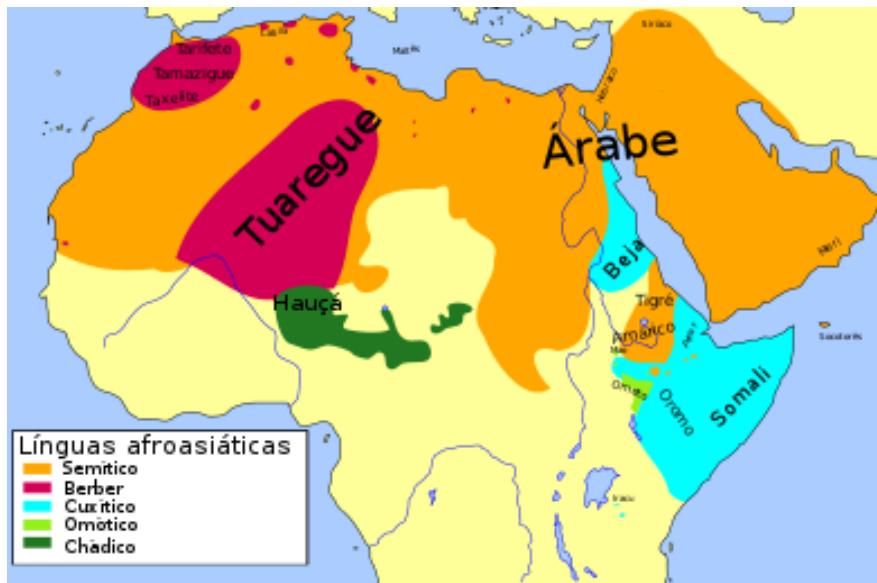
<sup>6</sup> Calvet (2014) observou que as línguas estão dispostas geograficamente de maneira variável e que, no continente africano, são faladas 30% de todas as línguas do mundo. No entanto, muitas dessas línguas não possuem representação escrita e, por isso, não possuem livros ou gramáticas e não são ensinadas nas escolas.

Fonte: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/15356-a-influ%C3%A2ncia-de-l%C3%ADnguas-africanas-no-portugu%C3%AAs-falado-no-brasil> Acesso em: 10 de maio de 2020

Com relação às línguas afro-asiáticas, sabe-se que abriga cerca de 240 línguas com aproximadamente 285 milhões de falantes. A região que compreende esse tronco linguístico localiza-se desde o norte da África, perpassando a região de Sahel e leste africano, um pouco além da fronteira do continente, na região sudoeste asiática. Sua constituição é de seis famílias: **berbere**: cabila, tuaregue, tamazigue; **chádico**: hauçá, daba, munjuque, etc; **cuxítico**: oromo, afar, somáli, etc; **egípcio (extinto)**: egípcio antigo e copta; **semítico**: árabe, hebraico, fenício, amárico, etc; **omótico**: xeco, bambássi, ganza, etc. (FIORIN; PETTER, 2008, p. 23)

A figura a seguir representa a localização das línguas afro-asiáticas na África:

Figura 2 - Localização das línguas afro-asiáticas na África



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas\\_afro-asi%C3%A1ticas](https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_afro-asi%C3%A1ticas) Acesso em 10 de maio de 2020

O grupo de línguas da família khoisan localiza-se na região sudoeste africana, no deserto do Kalahari, em algumas regiões de Zâmbia e Angola, em países de Botsuana, Namíbia e África do Sul. Este tronco linguístico conta com cinco ramificações e, por essa razão, é considerado o menor entre os demais. A classificação proposta por Greenberg ilustra três ramos para esta família: norte, centro e sul.



Figura 3 - Localização das línguas Khoi-san na África



Fonte: [https://www.wikiwand.com/pt/L%C3%ADnguas\\_coiss%C3%A3s](https://www.wikiwand.com/pt/L%C3%ADnguas_coiss%C3%A3s) Acesso em 20 de maio de 2020

As línguas nilo-saarianas são faladas no território do deserto do Saara, também nas regiões do centro-oeste africano, no Vale do rio Nilo e na região conhecida como Grandes Lagos. Esse tronco linguístico possui cerca de 18 a 30 milhões de falantes dos seguintes grupos: *songai, saariano, maban, fur, sudanês central, nilóticas*. (FIORIN; PETTER, 2008, p. 25)

Figura 4 - Localização das línguas Nilo-saarianas na África



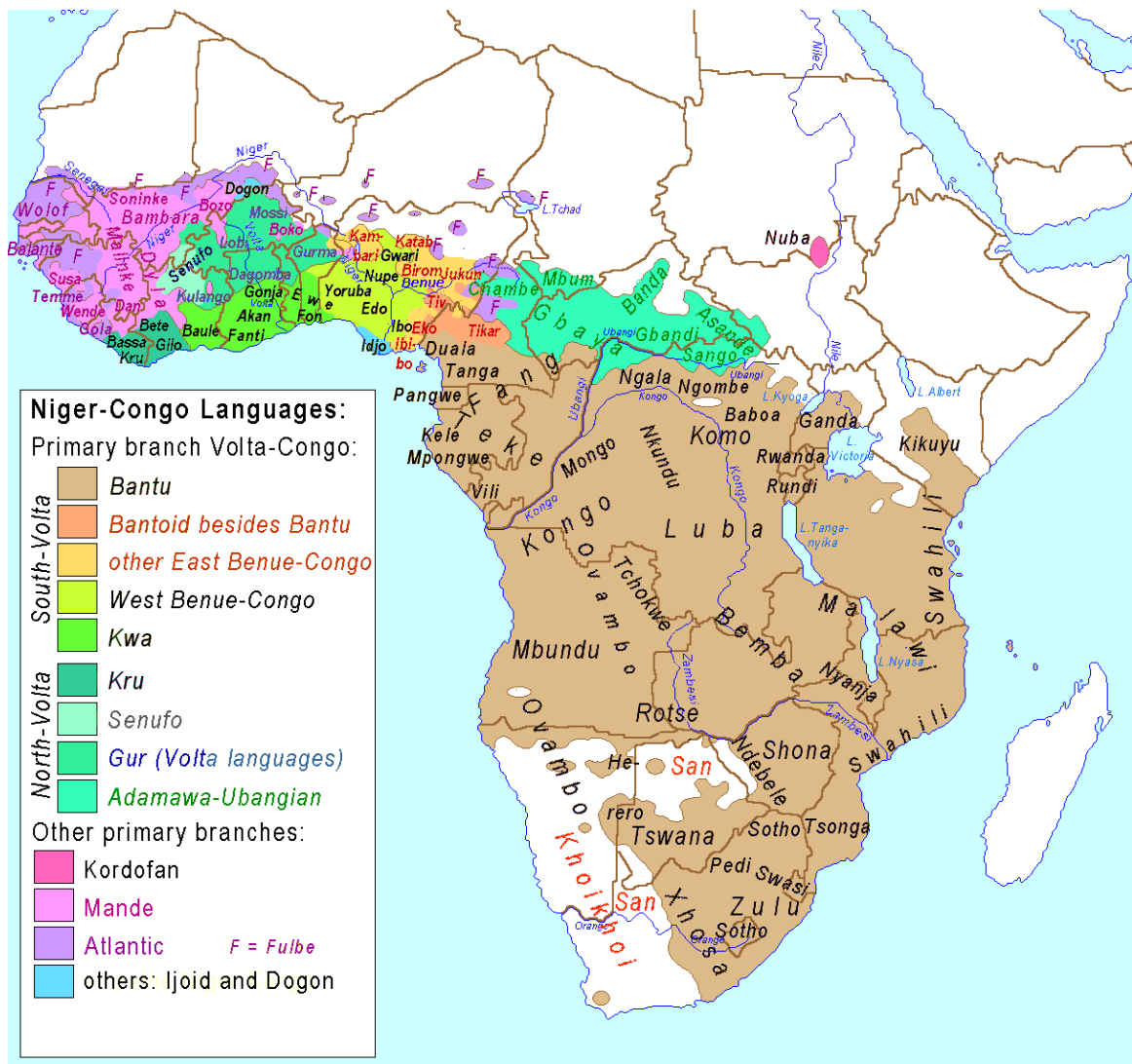
Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas\\_nilo-saarianas#/media/Ficheiro:Nilo-Saharan.png](https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_nilo-saarianas#/media/Ficheiro:Nilo-Saharan.png) Acesso em 20 de maio de 2020

O quarto tronco linguístico, das línguas nigero-congolesas, é o que está mais relacionado ao Brasil. Esse tronco conta com a maior quantidade de línguas e falantes, e sua área de abrangência também é maior que as demais. As línguas deste tronco estão localizadas em toda região desde o oeste ao leste de Senegal até o Quênia, e na proporção sul vai até à

África do Sul, na Cidade do Cabo. É constituído pelas famílias linguísticas: atlântica, mandê, gur, kru, cuá, ijóide, benuê-congolesa, adamua-ubanguiana, cordofanesa. (FIORIN; PETTER, 2008, p. 23)

A família benuê-congolesa é a mais vasta geograficamente e também a mais importante pelo número de suas línguas e de seus falantes. Ela subdivide-se, por sua vez, em onze subfamílias, das quais dez são situadas principalmente na Nigéria: *defóide*: iorubá, igala; *edóide*: edo, urobo; *nupóide*: nupe, ibira, guári; *idomóide*: idoma, igeder; *ibóide*: ibo; *cross-river*: efique, ibíbio, ogoni; *cainji*: cambari; *platóide*: berom; *tarocóide*; *jucunóide*. A décima primeira subfamília é a *bantóide*, que se subdivide em dois ramos: *bantóide do norte*, com línguas faladas na parte leste da Nigéria e oeste de Camarões, e *bantóide do sul*, extremamente vasta, com diversos subgrupos, *ecóide*, *tivóide*, *grassfields*, sendo o principal o *banto* propriamente dito, constituído de centenas de línguas distribuídas numa imensa área geográfica que vai do sudeste da Nigéria e do Chade até a ponta sul da África. (FIORIN; PETTER, 2008, p. 23)

Figura 5 - Localização das línguas Nigero-congolesas na África.



Fonte: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/50/Niger-Congo\\_map.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/50/Niger-Congo_map.png) Acesso em 20 de maio de 2020

Bovini (2009) destaca que, desses troncos linguísticos, duas grandes áreas geográficas tem forte ligação com o português brasileiro, a primeira área corresponde às línguas da região do oeste africano, pertencentes ao tronco nigero-congolês: atlântica: fula (fulfulde), uolofe, manjaco, balanta; mande (sobretudo o mandinga): bambara, maninca, diúla; gur: subfamília gurúnsi; cuá (subgrupo gbe): eve, fon, gen, aja (designadas pelo termo jeje no Brasil); ijoide: ijó; benuê-congolesa. Também as do tronco afro-asiático: chádica: hauçá. E as do tronco nilo-saariano: canúri. E, a segunda área, corresponde a parte da costa oeste, chama região austral, essencialmente com as línguas do grupo banto. (BONVINI, 2009, p. 30-31).

De acordo com Petter (2006), embora não seja possível se precisar ao certo, o número de africanos trazidos ao Brasil para serem escravizados, durante os três séculos da escravidão, ultrapassa a marca de três milhões.

A transferência das línguas africanas para o Brasil se deu ao mesmo tempo em que ocorreu o tráfico de africanos para serem escravizados em meados do século XVI. Fiorin e Petter (2008) destacam quatro ciclos que ocorreram na importação dos africanos entre os séculos XVI e XIX: o ciclo da Guiné, o ciclo do Congo e de Angola, o ciclo da costa de mina e o ciclo dos africanos vindo de Angola e Moçambique.

Nesta época, os africanos escravizados representavam um negócio de baixo custo e de muito lucro para a sociedade. No entanto, a retenção dos africanos escravizados no Brasil, interferiu nas características demográficas e também linguísticas do país. Nesse sentido, no tópico seguinte, trataremos uma reflexão sobre a presença das línguas africanas no contexto brasileiro.

### **2.3.1 A presença das línguas africanas no contexto brasileiro**

Trataremos neste tópico do Português sob o prisma de língua nacional, a língua brasileira, também abordaremos a presença das línguas africanas no Brasil e as especificidades temporais que as permeiam em um momento de colonização.

Em todo o período colonial brasileiro, a população africana e afrodescendente, era maior em relação à população indígena e portuguesa, constituindo um percentual de, em média, 60% da população brasileira (MATTOSO, 1990, p. 65).

De acordo com Mattos e Silva (2004, p. 104), esses dados não mostram os livres de cor, mas ilustram que “ao fim da colonização, há uma distribuição geográfica equilibrada da população escrava no Brasil, no contexto de uma dinâmica social, por um lado, própria a cada região, por outro, no geral do Brasil”.

As línguas faladas pelos africanos escravizados trazidos para o Brasil foram vítimas de um desenraizamento muito forte e que levou a diversas rupturas, de caráter até identitário. A ruptura semântica, de acordo com Fiorin e Petter (2008, p. 33), foi a mais evidente. “o sentido das palavras tornou-se brutalmente obsoleto ou passou a “girar em falso”, porque elas não refletiam mais a realidade africana [...]”

A língua nacional, para o africano, já não era mais a mesma. A presença do africano neste novo espaço, privado de sua liberdade, exposto a condições de desumanidade, não favoreceu um contato pacífico com a língua portuguesa. E isso pode ter gerado uma forte atitude linguística negativa em relação à língua do europeu, ainda que fossem obrigados a serem submissos a ela.

Entretanto, uma prova do uso de uma língua africana no Brasil no século XVII é a publicação, ainda um pouco ignorada no Brasil, de “Arte de língua de Angola”, de Pedro Dias, padre jesuíta. Este documento foi redigido no Brasil, contudo publicado em Portugal. O objetivo da obra foi descrever a gramática do *quimbundo*.

No texto, o padre descreve observações “que permitem mostrar o olhar que um falante do português dessa época lançava sobre uma língua africana tipologicamente diferente da sua” (FIORIN; PETTER, 2008, p. 34).

No século XVII, Antônio da Costa Peixoto escreveu um documento acerca de uma língua “mina”, com duas versões, uma em 1731 e a outra em 1741. “A contribuição desse estudo reside na contextualização do próprio manuscrito, tanto no plano histórico quanto etnolinguístico” (FIORIN; PETTER, 2008, p. 41).

No final do século XIX, com a abolição da escravatura, as línguas africanas que ainda resistiam, sofreram um declínio significativo. A saída dos africanos dos grandes grupos em locais bem definidos para as outras áreas levou à extinção de grande parte das línguas.

Além disso, essa nova distribuição geográfica fez com que houvesse também uma mudança linguística e, as línguas que antes eram compartilhadas, ficaram isoladas e condicionadas ao uso interno de pequenos grupos, como uma forma de conservar e afirmar sua identidade.

Essas línguas africanas de uso dos pequenos grupos ficaram restritas aos cultos afro-brasileiros, candomblé e umbanda. No caso do candomblé, essas construções linguísticas são consideradas uma espécie de pidgin, devido a sua origem lexical e agramaticalidade. Já na umbanda as construções linguísticas são mais próximas do português popular brasileiro, no entanto são proferidas apenas pelas entidades.

De modo geral, no plano da linguagem, a realidade linguística dos falantes africanos e seus descendentes foi, de acordo com Souza (2015, p. 22) “muitas vezes, taxada de mau-aprendizado ou formas depreciativas, corrompidas”.

Sobre a integração da língua, isso já ocorria desde quando os escravos eram trazidos e permaneceu, conseqüentemente. Com relação às línguas Bantu, Souza (2015, p. 22) destaca que “houve duas fases: a primeira ocorreu quando os falantes de língua Bantu se acharam no Brasil e tentaram aprender a falar a variedade de português praticada no ambiente de senzala e nas relações com os feitores.

Nesta fase não houve “empréstimo” de palavras Bantu, pelo contrário, o que estava sendo “emprestado” era o português, que estava sendo “acomodado” às estruturas das línguas Bantu, foneticamente, morfologicamente e semanticamente.

Esse fato revela uma rede de ressignificações, com neutralizações, ressemantização, dando uma nova carga, pactuando e negociando, nesse jogo linguístico. Hoje interpretamos como palavras de tipo flexionais e não aglutinante. (SOUZA, 2015, p. 22)

Essa língua retrata a realidade e cria as mudanças que operam no sistema linguístico, o qual reflete essa mudança, esse novo acomodamento a que se referiu Souza (2015). Abaixo, vejamos o mapa de Yeda Pessoa de Castro que mostra a presença majoritária de africanos Bantu no país.

Figura 6 -: Mapa da presença africana no Brasil



Fonte: CASTRO (2005, p. 47)

Yeda Pessoa de Castro (2005), por meio de suas pesquisas, tem papel fundamental para a determinação das línguas e povos que mais influenciaram e mais atuaram entre a língua brasileira.

Uma importante fonte para a definição dos grupos de africanos que se encontravam nas várias regiões do Brasil são suas heranças culturais, por exemplo, a comida, a arte, os cultos religiosos, a dança e a língua manifestada pelas comunidades quilombolas.

Na Europa, os séculos XVIII e XIX, ficaram marcados pelas diversas manifestações sociais, culturais e, sobretudo, políticas que buscavam a constituição de uma identidade enquanto nação e isso incluía não apenas as ideias de civilidade, mas também a língua. Foi neste período que muitos países fundamentaram suas constituições pautadas nas ideias iluministas.

Posteriormente à abolição do sistema escravocrata, os negros africanos, numa situação de desqualificação e discriminação, não obtinham oportunidades de se inserirem no mercado de trabalho, nem mesmo na sociedade. Oliveira (1988, p. 11) destaca que: “Tornar-se liberto não era o mesmo que tornar-se livre. Desta distinção encarregava-se a sociedade escravista de modo a perpetuar no ex-escravo as marcas de sua antiga condição servil.”

A abolição tornou-se, então, sinônimo de uma liberdade aparente, da qual os escravos libertos eram retirados da senzala diretamente para o rodapé da pirâmide social, sem direitos de acesso à educação, moradia, e outros direitos básicos, vivendo uma espécie de escravidão social. Além disso, a “libertação dos escravos” os manteve à margem do desenvolvimento econômico e pessoal.

Alguns receberam doações de terra e se dedicaram a uma cultura de subsistência, ficando à margem do processo produtivo. Mais marginalizados foram aqueles que abandonaram as grandes fazendas e se deslocaram ainda mais para o interior, em busca de locais ermos, onde pudessem livremente subsistir; confinando com a situação em que já se encontravam as comunidades quilombolas, de escravos foragidos. Se se dirigiam para as cidades, os ex-escravos eram mantidos nas periferias, em situação de grande miséria e marginalidade. (LUCCHESI, 2009, p. 52)

Dada esta realidade, os africanos, então libertos, formaram suas comunidades e realizavam a cultura de subsistência. Dentre as comunidades, as mais ou menos isoladas, ainda conservam alguns costumes e tradição africana. Muitas comunidades preservam, além dos costumes, a própria língua, documentos dos antepassados, que são passados de geração para geração, numa espécie de herança cultural.

Nesse sentido, no tópico seguinte apontaremos uma reflexão sobre o surgimento de um português indígena como resultante do contato entre o português brasileiro e as línguas dos povos originários que primeiro habitaram o Brasil, além disso, abordaremos brevemente o que tem sido pesquisado acerca da variedade do Português indígena, por meio de uma síntese de alguns estudos.

#### **2.4 O contato com as línguas indígenas**

Muito antes da invasão, os povos originários sempre tiveram contato entre si e conseqüentemente entre suas línguas, e seguem estabelecendo esses contatos. Estima-se que, antes dessa chegada dos portugueses, havia, no Brasil, aproximadamente, uma população de 5 milhões de indígenas, dos quais, expressiva parte foi exterminada meio século após a apropriação das terras brasileiras.

Além do extermínio, os indígenas enfrentaram um violento aculturamento, por parte do português que queria invadir cada vez mais o território, e por parte dos padres jesuítas, que queriam conhecer as línguas nativas para então catequizar os povos originários.

Já no século XVII, os indígenas sofreram com as perseguições dos bandeirantes que eram constituídos de escravos capturados (africanos e índios) e europeus, os quais possuíam o objetivo de encontrar minérios e eliminar possíveis grupos de quilombolas que fossem encontrados na mata.

Uma outra medida encontrada pelos portugueses para hegemonizar sua língua foi tentar conter a diversidade linguística com a proposta de uma língua geral de base tupinambá, segundo a qual era a “mais comum” entre os falantes, além disso, sobre essa língua padre Anchieta escreveu a “Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil”, em 1595.

Não obstante, com o apoio da Coroa portuguesa, a política imposta pelos padres jesuítas, “tirou dos índios seus costumes, suas terras, sua cosmologia, sua música e sua língua. A uma diversidade condenada, impôs-lhes uma homogeneização, cujo objetivo era manter a unidade do território conquistado.” (Leite e Franchetto, 2006, p. 26)

Assim, como afirma Mattos e Silva (2004), a língua indígena não obteve êxito em ser a língua oficial do Brasil e nem os indígenas conseguiram difundir suas línguas. E essas perdas são produto da história de colonização pela qual o Brasil passou por um longo período.

O Brasil é o país da América do Sul que contém o maior número de línguas indígenas, as quais são representativas de 42 famílias linguísticas. De acordo com Rodrigues (1986) “Uma família linguística é um grupo de línguas para as quais se formula a hipótese de que todas as

línguas da família são manifestações diversas, alteradas no correr do tempo, de uma só língua anterior”.

Mattos e Silva (2004) em uma reflexão sobre o grande número línguas de indígenas que podem ter existido no período da invasão dos portugueses, mesmo com uma grande diferença do que documentou Rodrigues (1986, p. 19) quando afirmou que pode ter havido cerca de 340 línguas, enquanto que Houssais (1985, p. 100) considerou que houve aproximadamente 1.500 línguas indígenas.

Ainda que existam tais estudos que mostrem as concepções acerca das línguas indígenas existentes, quais foram as línguas gerais e seus destinos, no período colonial, a questão da língua geral foi de fato complexa, haja vista que podem ter havido línguas gerais “descendentes do encontro do português europeu e de línguas da família tupi-guarani”, não existindo uma única língua geral, de acordo com Mattos e Silva (2004, p.15).

Além disso, a autora considera que o termo “língua geral” pode ser uma referência tanto para a língua geral indígena, quanto para o português geral, “[...] um português simplificado, com interferência de línguas indígenas e também de línguas africanas” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 81).

O surgimento de um português indígena é resultado do contato entre o português brasileiro e as línguas dos povos originários que aqui habitavam. Esse português têm sido interesse de pesquisa a muitos estudiosos, no entanto, dada a diversidade do contato que ocorreu com as línguas indígenas, são poucos os estudos acerca da relevância da instauração desse português. (BONIFÁCIO, 2019; PEIXOTO, 2017; CHRISTINO, 2015; EMMERICH 1987, 1984; SILVA E SILVA, 1985).

As variedades de português indígena são índices de identidade étnica já que são próprias de cada povo e diferentes do Português brasileiro regional, das variedades regionais. Essas línguas apresentam traços específicos, como apontam Maher (1996; 1998) e, de acordo com Santos (2018), essas variedades vêm sendo espaço de expressão dos sujeitos.

O cenário multifacetado do português indígena no Brasil ainda hoje é bastante marcante, fato este que desencadeia o desenvolvimento de estudos sobre as línguas dos povos indígenas. Para delinear um pouco do que tem sido pesquisado acerca dessas variedades, trataremos, a seguir, uma síntese dos estudos sobre a variedade do português indígena:

Emmerich (1984), em seu estudo sob o título “A língua de contato no Alto Xingu. Origem, forma e função”, coletou os dados de pesquisa entre 1976 a 1978. Seu objeto de estudo foi a regra variável da 1ª pessoa do singular. A autora reconheceu 7 faixas de fluência durante a pesquisa e apontou o estágio 5 como local onde as regras de flexão e concordância começam



a operar. A partir dos dados recolhidos em seu estudo foram realizadas outras pesquisas, como por exemplo, as que estão reunidas no *Papia IX* (1997), que é uma coletânea com vários artigos sobre o português de contato no Alto Xingu.

Ainda sobre a variedade linguística do Alto Xingu, Matos e Silva (1988) publicou sua pesquisa intitulada “Sete estudos sobre o português Kamayurá”, da qual coletou os dados em 1969 e analisou os aspectos fonéticos e morfossintáticos dessa variedade. Dentre esses aspectos, verificou a variação livre entre as consoantes surdas e sonoras, a inexistência de distinção de timbre para as vogais médias tônicas e a ausência de marca específica de 1ª pessoa do singular nos verbos.

Também Ferreira (2005) descreveu, em seu estudo, alguns aspectos do Português Parkatejê, do grupo Timbira, na localidade sudeste do Pará. Mais especificamente, a autora analisou o ensurdecimento das oclusivas vozeadas nesta variedade do Português. A autora atestou que as palavras que possuíam uma consoante oclusiva surda eram produzidas, pelos Parkatejê, com a sua respectiva consoante sonora.

Bonifácio (2019), sobre o Português Tikuna, língua considerada isolada, na mesorregião do Alto Solimões, no Amazonas, analisou a supressão do segmento consonantal sibilante em posição de coda. Com relação à morfossintaxe, a autora reconheceu que frequentemente não havia “marcação/distinção de tempo na flexão verbal” (p. 246).

Amado (2015), em sua pesquisa sobre o Português dos Timbira, observou o traço fonológico da neutralização do traço de vozeamento das consoantes oclusivas e a apócope das sílabas átonas finais. A autora não se limita em falar das particularidades fonético-fonológicas e morfossintáticas, ela indica também características discursivas do Português Timbira, destacando o uso de marcadores para iniciar e finalizar tópicos discursivos.

O estudo de Rojas-Bresci, Pereira e Mehinaku Kuikuro (2020) sobre o Português Kuikuro, dos povos que vivem no Parque indígena do Xingu, apontou processos fonéticos-fonológicos, morfossintáticos e discursivos nessa variedade. Dentre os quais destacam-se a paragoge de [i] em palavras que terminam em consoante, também analisaram a existência de um desiderativo “ser”, além disso demonstraram o fenômeno pragmático e identitário *code-switching*, o que significa que os jovens da aldeia, quando interagem em português com falantes de outras variedades, fazem alternância de código e utilizam, nos níveis intrasentencial e intersentencial, estruturas em Kuikuro marcando sua identidade.

Todos esses estudos colaboram na preservação e manutenção da herança linguística desses povos, além disso, é possível perceber que o contato linguístico entre falantes indígenas

e falantes da língua portuguesa propiciou aquisição de elementos culturais e constitutivos de identidade de ambas as variedades do português.

No tópico a seguir, serão expostos alguns pressupostos que fundamentam a discussão da influência das línguas africanas para a formação do português brasileiro, considerando a transferência dessas línguas para o Brasil em decorrência do tráfico de africanos que foram sequestrados e escravizados em meados do século XVI, neste país.

## **2.5 O debate sobre a formação da estrutura do Português Brasileiro**

Essa discussão sobre a língua iniciou-se, primeiramente, por uma questão de definir uma identidade do país e se espalhou por vários campos discursivos. Um desses campos foi o cenário político, do qual percebe-se que os debates parlamentares, por exemplo, já iam em direção a uma inquietação relacionada à forma com que deveria ser nomeada essa língua. Sobretudo, foram criados projetos sobre a nomeação da língua nacional.

Um projeto bastante relevante nesse cenário foi o da lei de 15 de outubro de 1827, a qual instituiu as escolas de primeiras letras e que fala do “ensino da gramática nacional”, nestas palavras. Isso gerou uma discussão entre os deputados, diante de um quadro no qual não queriam nomear a língua como língua portuguesa, como uma forma de demonstrar, inclusive, uma autonomia política relacionada à Portugal.

Outro acontecimento importante foi o decreto de 12 de abril de 1832, com a regulamentação da lei de 1831 que proibia a entrada de escravos no país, proibia o tráfico. Nesta lei, afirmava-se que era necessário, em caso de suspeita de tráfico, que uma autoridade examinasse o que chamavam de “preto boçal” para saber “se entende a língua brasileira.”

Além disso, a partir de 1808, houve uma grande expansão da cultura impressa no Brasil e foi muito mais intensa em 1821 com a lei da liberdade de imprensa, também com a revolução do porto (1820), movimentos do liberalismo político que também foram intensos nessa era, tudo isso contribuiu de forma significativa para a expansão da cultura escrita no país, mas de forma mais particular o “Diccionario da Lingua Brasileira” de Luís Maria da Silva Pinto, publicado em Ouro Preto, dez anos após a independência. Nesse dicionário, o autor faz, inclusive, um comentário no prólogo, no qual se explica que muitos pensariam que ele falaria sobre as línguas dos índios, ao verem o título da obra, mas que não, que ele trataria sobre a nossa língua, uma que é correta.

Muitos estudiosos têm atestado e contestado diversos pontos de vista que circundam a formação da estrutura do Português Brasileiro, basicamente pautados nas seguintes proposições, “[...] um processo natural de evolução pelo qual mecanismos internos à língua

motivam algumas mudanças; ou uma ruptura do processo natural, ocasionada pelo contato de uma língua com outras línguas” (NEGRÃO; VIOTTI, 2012, p. 315). Neste tópico, pretendemos mostrar, de forma bastante sucinta, algumas dessas principais discussões.

Naro e Scherre (2007) afirmam que a origem do Português brasileiro resultou de um processo de “deriva secular da língua de Portugal” (p. 48), termo proposto inicialmente por Sapir (1954). Os pesquisadores afirmam que não houve nenhum registro da existência de um crioulo português de uma forma representativa no Brasil colonial. Além disso, afirmam também que “[...] no português do Brasil inexistiu influência gramatical específica de qualquer língua africana” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 182)

Para Naro e Scherre (2007), as características que fundamentam a estrutura do português brasileiro advém, naturalmente, do clássico e arcaico português europeu. Por essa razão, o português brasileiro não pode ser considerado resultado do contato com as línguas dos nativos e com as línguas dos africanos que para cá foram trazidos como escravos. Menos ainda pode ser explicado como fruto de uma transmissão irregular. Ainda que os autores considerem importante o contato linguístico com os indígenas e africanos, afirmam que tal contato não foi suficiente para a estruturação da língua portuguesa contemporânea.

Holm (1987) e Guy (1981) afirmaram que a origem do português brasileiro é resultado de um processo de descrioulização. Guy (1981) propõe que o Português brasileiro era fruto de um processo de descrioulização de um crioulo que havia se formado no Brasil, o crioulo português, entre os séculos XVI e XVII, e que, a partir do século XVIII teria entrado em um rápido processo de descrioulização. Guy argumentava que as condições sócio-históricas do Brasil teriam sido altamente favoráveis à crioulização, tanto que ele afirmou que “o ônus da prova deveria caber a quem defendesse a hipótese que o português não se criouliizou no Brasil, e não àqueles que defendem a hipótese da crioulização” (GUY, 1981, p. 313).

Baxter (1992) argumenta que o português brasileiro emergiu de um processo de transmissão irregular leve que teria feito do português brasileiro uma variedade de língua do superstrato, o português europeu, por meio de uma simplificação de certas estruturas gramaticais desencadeada por situações de contato linguístico.

Parkvall e López (2003) propuseram a ideia de que, nos países do Caribe em que ocorreu a crioulização, é observado um *continuum* post-crioulo. Para os autores, se tivesse ocorrido mesmo uma crioulização do português no Brasil, como ocorreu no Caribe, ainda haveria registros de variedades crioulas faladas no Brasil, para tanto, Parkvall e López (2003) defendem a ideia de uma semi-crioulização na formação do Português popular brasileiro. De acordo com Holm (1991, p. 01) os semi-crioulos são línguas que passaram por uma

“reestruturação parcial”, a qual formou variantes pidginizadas que preservaram uma grande parte da estrutura do português europeu e, também, um grau significativo de “reestruturação ou influências crioulas”.

Na perspectiva da crioulização, o pidgin já não é mais uma língua de transição, passando, então, a ser uma língua crioula. De acordo com Souza (2015, p. 31), a língua crioula “forma-se a partir de um jargão ou de um pidgin, ambos originados do contato linguístico entre informantes, de línguas mutuamente inteligíveis, como um meio de intercompreensão.”

Nesta perspectiva, as pesquisas, trabalham dentro de uma concepção teórica bastante difundida e atualmente considerada clássica, segundo a qual uma situação de contato pode produzir um jargão que, de acordo com Couto (1996), é uma comunicação de forma pragmática que só se viabiliza devido ao contexto da situação por meio de estratégias individuais, sem normas socialmente reconhecidas pelo simples fato de um grupo não conhecer a cultura e a língua do outro; ele é considerado um pidgin instável, parte de um continuum pré-pidgin. Por sua vez, o pidgin consiste em comunicação intensificada rumo à cristalização, “um pidgin estável”. Nessa situação, as soluções individuais são preteridas em favor do estabelecimento de normas sociais. O pidgin desaparece com o tempo ou se nativiza, tornando-se uma língua crioula. (SOUZA, 2015, p. 31)

A combinação expressiva de traços da língua é que distingue as línguas crioulas das não crioulas. De acordo com Parkvall e López (2003, p. 118), muitos desses traços que existem no português brasileiros são variáveis e “outros que deveriam estar presentes em uma língua que surge em contexto de contato linguístico onde há várias línguas mutuamente ininteligíveis (como ausência completa de gênero), não têm sido encontrados.”

Ainda, Lucchesi (1994, 1996, 1998, 1999) e Baxter e Lucchesi (1997) afirmaram que o processo sócio-histórico de constituição da realidade linguística brasileira é bipolarizado. Para estes autores, no Brasil colonial, de um lado vigorava um comportamento linguístico conservador, pertencente à elite, e do outro lado, devido ao intenso contato entre o português europeu e as línguas indígenas e africanas, houve muitas transformações na língua, sobretudo, inevitáveis, porque essa camada popular começou a utilização do português como segunda língua.

À medida que a elite colonial estava ligada aos usos linguísticos padrões do português europeu, na parcela restante da população, as línguas africanas e indígenas foram sendo substituídas por variedades da língua portuguesa. (LUCCHESI, 2002, p. 03).

Nesse contexto de dominação da língua, os falantes são submissos ao aprendizado da língua do invasor e tentam, forçadamente, aprendê-la, entretanto, conforme destacou Souza

(2015, p. 31) “dada a transmissão geracional de uma que não se trata de língua nativa (L2), com modelo defectivo dos pais para os filhos, a língua é aprendida por meio do que se conhece na literatura por transmissão linguística irregular”.

Negrão e Viotti (2014), baseadas em investigações históricas, propõe a argumentação recente de que o português brasileiro é uma língua transatlântica, formada no contato entre populações se movendo nos espaços ligando os dois lados do Atlântico Sul, por um período de quatro séculos, aproximadamente. De acordo com Alencastro (2000, p. 67): “O Brasil é uma nação transatlântica formada por um conjunto de relações socioeconômicas, políticas, étnicas, culturais e linguísticas.”

Considerar o português brasileiro como uma língua transatlântica, está fundamentado na ideia de que o Brasil era uma sociedade multilíngue na qual diversas variedades de português entraram em contato muito próximo com um grande número de línguas nativas brasileiras e com as línguas e dialetos carregados com os africanos que foram escravizados e trazidos para o Brasil colônia. Conforme Guimarães (2005) “No século XVI foram trazidos para o Brasil 100 mil negros. Este número salta para 600 mil no século XVII e 1,3 milhão no século XVIII. ”

Ainda que as proposições acerca da formação do português popular brasileiro sejam divergentes, não se pode afirmar com certeza quais estão, de fato, corretas. Sabe-se, portanto, que a considerável presença de africanos no período colonial é um forte indício do intenso contato e, por essa razão, acreditamos que esse processo, levou à formação do português tal como conhecemos.

## CAPÍTULO III

### QUILOMBOS NO BRASIL

#### 3.1 História, cultura e identidade: Quilombos e Quilombolas no espaço brasileiro

A história que traz consigo marcas de uma cultura forte e que se faz presente em muitas casas do Brasil afora, é a mesma que traz consigo o apagamento de muitas vivências e conseqüentemente da identidade de uma grande maioria da população. Desde que iniciamos nossos estudos no ensino básico, quase nada nos é apresentado sobre as questões que se fazem presentes em nossa cultura, por esses e outros diversos motivos os quilombos e quilombolas são por muitas vezes esquecidos de serem apresentados como uma forma de resistência, cultura e identidade na nossa sociedade contemporânea.

Contudo, nem sempre os quilombos tiveram essa imagem de resistência cultural. Segundo Reis (1996), os quilombos eram de diversos tamanhos, os grupos se dividiam em pequenos e grandes grupos e se espalharam por todo o Novo Mundo. Segundo o historiador, a nomeação quilombo, conhecida nas terras brasileiras, foi precedida pela nomeação “mocambo”, e que segundo o autor:

O próprio termo quilombo derivaria de kilombo, uma sociedade iniciática de jovens guerreiros mbundu adotada pelos invasores jaga (ou imbangala), estes formados por gente de vários grupos étnicos desenraizada de suas comunidades. Esta instituição teria sido reinventada, embora não inteiramente reproduzida, pelos palmarinos para enfrentar um problema semelhante, de perda de raízes, deste lado do Atlântico. Teria sido de fato depois de Palmares que o termo quilombo se consagrou como definição de reduto de escravo fugido. Antes se dizia mocambo. (REIS, 1996 p. 16)

Os termos dicionarizados usados para designar essas comunidades sempre se referem a um determinado lugar em específico, como uma localização fixa, pré-determinada. Segundo o dicionário Michaelis online, a palavra “mocambo”, primeira nomeação para a concentração de escravos foragidos, ganha os seguintes significados: “1. Local na mata onde escravos foragidos buscavam abrigo; quilombo. 2. Mato cerrado ou grande touceira onde o gado fugido costuma se esconder. 3. Habitação rústica e pobre, geralmente no meio do mato” (MICHAELIS, 2021), a designação da palavra recebe mais dois significados, porém esses dois significados não se desprendem do primeiro.

As designações ocupam um espaço na história dos quilombos pelas questões linguísticas e que, de certa forma se marcam no passado como uma espécie de tatuagem adquirindo outros significados na contemporaneidade, fato que podemos observar em trabalhos de outras áreas

em que a designação “mocambo”, como vimos acima, alcançou o espaço citadino do século XIX.

Segundo Silva (2018), em seu trabalho intitulado “Dos mocambos e alagados às casas de alvenaria: práticas de governabilidade no Coque/Recife (1979-2012)” a palavra obteve uma outra significação, conquistando sentido para com a urbanidade ligada aos perímetros periféricos nos quais brancos e negros, pobres, se instalam.

A palavra “quilombo” no mesmo dicionário, assim como em outros no formato online, é definida como:

**“qui·lom·bo - sm** - No período colonial, comunidade fortificada formada por negros fugitivos e por uma minoria branca e indígena, organizada politicamente, representando uma forma de resistência e combate à escravidão. 2 Local onde escravos fugitivos se refugiavam nas matas; mocambo. 3 REG (AL), ETNOL, MÚS Auto encenado durante o Natal entre grupos que figuram escravos fugidos e índios lutando pela posse de uma rainha indígena.” (MICHAELIS, 2021)

O vocábulo quilombo ficou reconhecido por muito tempo como este lugar no qual se concentravam os escravos que fugiam de seus senhores e que buscavam a liberdade. Contudo, o modo como a palavra dicionarizada traz isso pelo verbete junto ao seu significado, é ainda reduzido e confuso. Pois de acordo com Reis (1996), as comunidades quilombolas no período escravista eram formadas por escravos fugidos de origem do continente africano e também os negros nascidos no Brasil, denominados como crioulos, ou seja, modo como o dicionário descreve é redundante e reducionista para quem não pesquisa a história. Segundo Sousa *et al* (2020, p. 295):

Apesar da evolução da cultura da sociedade, que fornece base para a formação da língua a partir dos discursos dos usuários, desde a sua entrada no léxico, as definições dos lexemas quilombo e quilombola sofreram poucas variações e se perpetuaram ao longo dos séculos com significados quase que estritamente voltados para a ideia de fuga, de subversão e, em consequência disso, de inferioridade da raça negra escravizada. Reforçados pelos movimentos sociais negros e pelos debates, desde a abolição da escravatura, o povo negro e os seus descendentes alcançaram algumas vitórias. Os significados relacionados às lexias quilombo e quilombola, empregadas nos dicionários e dispositivos legais parecem dificultar o cumprimento dos direitos das comunidades tradicionais, dando início a uma luta pela ressemantização das lexias mencionadas para remanescente de quilombos na tentativa de evitar que estas pessoas tenham mais direitos cerceados do que já tiveram ao longo da história brasileira.

Porém, com a Constituição de 1988 o conceito de quilombo se ampliou, consagrando os direitos dos quilombolas a terem suas terras com seus devidos documentos emitidos pelo Estado. Segundo o Artigo 68: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Segundo Leite (2000, p. 339):

A expressão “remanescente das comunidades de quilombos”, que emerge na Assembleia Constituinte de 1988, é tributária não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta antirracista. O quilombo é trazido novamente ao debate para fazer frente a um tipo de reivindicação que, à época, alude a uma “dívida” que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão, não exclusivamente para falar em propriedade fundiária.

Neste processo de luta e resistência, os primeiros passos para uma nova definição do conceito quilombo emergem, causando assim uma ressignificação para a comunidade quilombola, que não fica mais no lugar do esconderijo do escravo fugido, e sim no lugar de aceitação, resistência cultural com marcas de um passado que persistem em permanecer abertas, incuráveis aos olhos da sociedade.

Há ainda muito o que fazer pelas questões linguísticas, que dão lugar aos estereótipos e que trazem essa memória, ainda por uma visão leiga, marcada pela fala popular. Para compreendermos esse percurso histórico que vai de encontro com significado dicionarizado, é preciso que compreendamos de modo linear como as comunidades quilombolas se instalaram desde o período escravista até os dias atuais.

### **3.1.1 O percurso de instalação dos quilombos no Brasil**

Apesar de se consagrar como um lugar de fuga, os quilombos são muito mais que os estereótipos da época o definem. Apesar de não se identificarem de prontidão com o as questões de suas identidades culturais logo de início, isso foi se solidificando com o passar do tempo, afinal, os quilombos eram formados para que os seus integrantes pudessem viver livres, ou melhor, sobreviver. Segundo Reis (1996, p. 19):

[...] não procede, exceto talvez em poucos casos, a idéia de que os quilombolas fugiam para recriar a África no interior do Brasil, com o projeto de construir uma sociedade alternativa à escravocrata e além disso numa reação “contra-aculturativa” ao mundo dos brancos. Obviamente que os quilombos formados



por africanos-natos aproveitaram tradições e instituições originárias da África, como indiquei no caso de Palmares. Mas isso não era um movimento privativo dos quilombos. Apesar da vigilância senhorial, o mesmo acontecia nas senzalas. Contudo, tanto nestas como naqueles, por pouco que se conheça realmente da dinâmica interna de ambos, predominou a reinvenção, a mistura fina de valores e instituições várias, a escolha de uns e o descarte de outros recursos culturais trazidos por diferentes grupos étnicos africanos ou aqui encontrados entre os brancos e índio.

As comunidades quilombolas, que foram formadas por oriundos do continente africano dos mais diversos países e também por negros nascidos no Brasil, denominados como “crioulos”, formaram diversos quilombos com as mais diversas etnias, costumes e rituais. Essas questões que se dividem e ao mesmo tempo se unem em um só objetivo, como o da liberdade, ocasionou muitas vezes em diferenças de tratamento, por parte dos senhores e do regime governamental, no período escravista (REIS, 1996).

Era comum a diversificação na formação dos quilombos, de modo que pessoas de várias etnias diferentes se reuniam para a formação da comunidade e isso levou, inevitavelmente à mistura de costumes, crenças e transformações culturais. Além disso, criavam diversas formas de sobrevivência, de acordo com a realidade local em que viviam e também para a segurança e defesa do grupo.

Símbolo de resistência, o Quilombo de Palmares é considerado o maior de toda a história dos quilombos no Brasil. Palmares representava a esperança para muitos escravos que sonhavam com a liberdade, que se concretizava por meio das fugas.

Para além de Palmares e toda a sua tradição de liberdade que atravessou o final do século XVI até o primeiro quartel do século XVIII, outras tradições de formação de comunidade de escravos fugidos surgiram em contextos diferentes do Brasil colonial. Assim como Palmares e assustaram sobremaneira as autoridades metropolitanas e coloniais. A memória de Palmares, além de ficar gravado na mente das autoridades e senhores na virada dos setecentos, proporcionou mudanças na Legislação escravista para a repressão dos quilombos e fugitivos (GOMES, 2006, p. 451).

Por muito tempo a presença de uma comunidade quilombola representava medo para os moradores em seu entorno. Souza (1996, p. 194) destaca que “a população em geral morria de medo, talvez fantasiando um pouco sobre invasão de quintais, criação roubada, assaltos nos caminhos ou sobre a desonra de uma filha”. E isso impactou fortemente para a criação de uma visão estereotipada e preconceituosa sobre as comunidades afro-brasileiras, dificultando o

acesso, a esses povos, às políticas públicas e de reconhecimento para suas terras e para si enquanto cidadãos remanescentes quilombolas.

Conforme exposto por Silva e Silva (2014, p.195), “A luta pela preservação e reconhecimento legal das terras que residem os descendentes dos moradores dos antigos quilombos foi um desafio ao longo do século XX”. Antes mesmo da Constituição de 1988 os remanescentes quilombolas já disputavam judicialmente o espaço de suas terras, ocupadas por suas gerações passadas.

Após, então a promulgação da Constituição que lhes garantia o direito à terra, as comunidades remanescentes vão em busca do seu reconhecimento enquanto remanescentes quilombolas e demarcação do seu espaço. Esta ação, de acordo com Silva e Silva (2014, p. 195) “ demonstra que os remanescentes têm tomado conhecimento de seus direitos, usufruindo da lei e da política de valorização. Buscam demonstrar que o espaço geográfico em que vivem constitui em local de resistência cultural que persiste ao longo do tempo. ”

O órgão responsável por essa demarcação e titulação das comunidades quilombolas é o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O artigo 7º, da Instrução Normativa nº16 do INCRA, de 24 de março de 2004 determina:

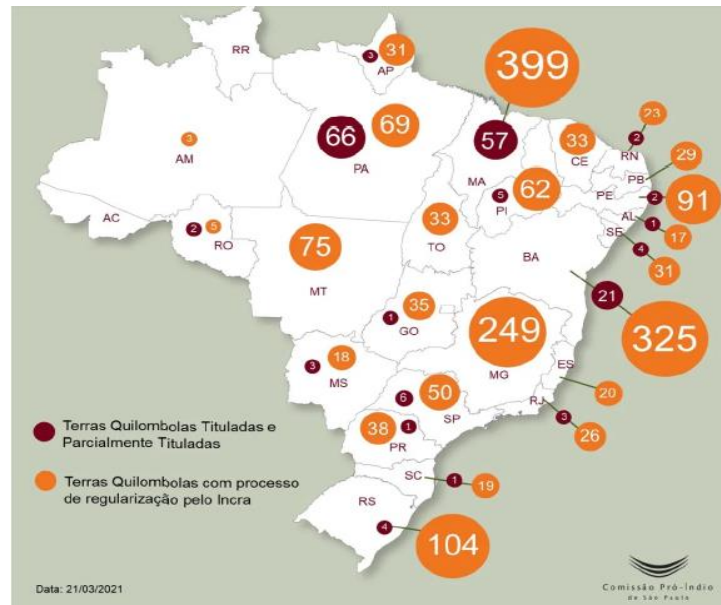
Caracterização dos remanescentes das comunidades quilombolas será atestada mediante a auto definição da comunidade. Seu parágrafo 1º determina que auto definição será demonstrada através de simples declaração escrita da comunidade interessada ou beneficiária com dados de ancestralidade negra, trajetória histórica, resistência à opressão, culto e costumes. (BRASIL, 2004)

Outro importante órgão de reconhecimento às comunidades quilombolas é a FCP – Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura que foi instituída pelo decreto 418/92, e busca a preservação, valorização e reconhecimento da relevância dos aspectos culturais, sociais e econômicos da força negra na formação social do país.

Há ainda o PBQ – Programa Brasil Quilombola, “criado pelo Governo Federal com o objetivo de implementar diretrizes fundamentais da ação governamental, enquanto política de Estado, para áreas de remanescentes” (SILVA e SILVA 2014, p. 197)

Estima-se que, atualmente, o Brasil conta com mais de 2500 comunidades de remanescentes quilombolas, entre as reconhecidas e não reconhecidas documentalmente. Vejamos a seguir uma tabela da distribuição das comunidades quilombolas no Brasil.

Figura 7 - Distribuição das comunidades quilombolas no Brasil



Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo.<sup>7</sup>

A Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) atua junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais e, desde 2004, monitoram a implementação da política de regularização fundiária de Terras Quilombolas no Brasil.

De acordo com o mapa elaborado pela CPI-SP, existem 1779 processos de regularização abertos, dos quais, 136 terras quilombolas estão regularizadas, 50 terras quilombolas estão parcialmente tituladas e 83% das terras está em fase de identificação.

A extensão das comunidades remanescentes e o tamanho da população variam de uma comunidade para outra, levando em consideração seus aspectos culturais, sociais e, sobretudo, históricos. Tais comunidades guardam em si particularidades de tradições antigas e que passam de geração para geração desde seus antepassados.

Ainda existem muitos desafios a serem enfrentados e as conquistas são um combustível para que todas as comunidades vão em busca de seu reconhecimento. Nesse sentido, entendemos que os quilombos no Brasil ainda são territórios que precisam ser mais desbravados por meio de estudos que tornem suas histórias e culturas visíveis, numa tentativa, inclusive, de mostrar a construção da identidade desse povo que tanto contribuiu e ainda contribui para a formação da identidade brasileira.

<sup>7</sup> Disponível em <https://cpisp.org.br>. Acesso em 25 de abril de 2021

### 3.2 Estudos Sociolinguísticos em comunidades quilombolas no Brasil

De modo geral, a temática “Quilombos/ Quilombolas” ainda é pouco recorrente nas pesquisas científicas no Brasil, sobretudo quando se fala em Sociolinguística, pois a ocorrência de trabalhos nesse viés teórico é menor ainda.

No entanto, neste tópico, buscamos apresentar alguns trabalhos que foram realizados, nos últimos anos, em comunidades quilombolas à luz da teoria Sociolinguística, apontando os principais objetivos e resultados encontrados pelos pesquisadores.

Parcero (2007) em sua pesquisa “Fazenda Maracujá: sua gente, sua língua, suas crenças”, teve como objetivo apreender as crenças, valores, e atitudes sobre a língua de uma comunidade afrodescendente denominada Fazenda Maracujá situada no Município de Conceição do Coité, na região sisaleira do semiárido baiano, a partir das perspectivas dos próprios moradores da fazenda bem como dos moradores da sede do município.

A pesquisadora constatou que não há na variedade da comunidade, qualquer peculiaridade que possa caracterizá-la, individualizá-la e/ou diferenciá-la de outras comunidades rurais Município de Conceição do Coité.

Parcero (2007) considera ainda que o uso de palavras e expressões oriundas dos falares africanos são reduzidas e seus usos são de ampla circulação no português brasileiro, além disso palavras africanas de uso religioso são restritas às celebrações do candomblé, às relações com seus pares, e pouco se utilizam fora da esfera religiosa.

A autora pontua ainda que na análise das atitudes e a avaliação manifestadas sobre a língua, verificou-se uma visão preconceituosa e estereotipada que confunde a fluência natural que cada falante tem de sua língua natural com a avaliação feita com base em um padrão idealizado. (PARCERO, 2007)

O estudo de Oliveira (2009) “Léxico, cultura, tradição e modernidade: um retrato Sociolinguístico do congado Montes-Clarense”, objetivou identificar, analisar e descrever os aspectos do léxico utilizados nas cantigas pelos componentes dos grupos folclóricos em Montes Claros /MG. A autora mapeou 90 lexias, cujas definições relacionam-se ao universo das festas folclóricas da região, bem como relacionaram-se com unidades lexicais de origem indígena ou africana.

Lima (2014) em seu estudo intitulado “Comunidade quilombola Caiana dos Crioulos: um estudo Sociovariacionista” teve como objetivo analisar as particularidades fonéticas, morfológicas e sintáticas compreendidas como evidências do contato com línguas africanas na comunidade Caiana dos Crioulos, no município de Alagoa Grande, na Mesorregião do Agreste Paraibano.

A autora constatou a recorrência de processos fonéticos como a iotização, casos de betacismos e alguns casos de suarabáctis. Verificou também que a classe não-nuclear anteposta na primeira posição pluraliza-se, e que é comum a não-concordância entre sujeito na terceira pessoa do plural e verbos no presente do indicativo, pretérito perfeito ou imperfeito.

Sobre a utilização de pronomes oblíquos, a autora destacou que, na comunidade, ocorre o uso das formas populares “cum eu” e “mais eu”, além da utilização dos pronomes da terceira pessoa do plural na função de objeto direto. E ao final, Lima (2014) propôs um glossário com algumas lexias do universo sociocultural da comunidade.

Souza (2015) em sua tese intitulada “Africanidade e contemporaneidade do português de comunidades afro-brasileiras no Rio Grande do Sul”, propôs como objetivo, sob os aportes teóricos e metodológicos da Dialectologia Pluridimensional, realizar uma macroanálise pluridimensional da variação do português em comunidades afro-brasileiras do Rio Grande do Sul, especificamente dos fenômenos que remontam a uma origem africana ou que sinalizam uma mudança na direção do português contemporâneo. O pesquisador constatou que os comportamentos linguísticos dos membros das comunidades afro-brasileiras pesquisadas convergem para uma orientação centrífuga visto que a perda de marcas de africanidade e adoção de marcas da variedade do português brasileiro e regional do entorno é uma constante.

Dias (2017) em tese sob o título “Atlas Geossociolinguístico Quilombola do Nordeste do Pará (AGQUINPA)” teve como objetivo apresentar o atlas semântico-lexical que descreve e mapeia a variedade linguística do português afro-brasileiro falado nas comunidades remanescentes de quilombos localizadas nas áreas rurais dos municípios do Nordeste do Estado do Pará por meio de um inventário lexical.

O autor realizou a coleta de dados entre os anos de 2014 a 2016, por meio da aplicação do Questionário Semântico lexical do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), e inclui questões de etimologia Bantu, com o intuito de descobrir se haveria difusão ou não do léxico africano.

O resultado do estudo de Dias (2017) converteu-se em 153 cartas semântico-lexicais do AGQUINPA mostram uma pequena fotografia da realidade linguística das comunidades quilombolas do Nordeste do Pará. Das 153 cartas, 16 não apresentaram variação e, portanto, foram consideradas categóricas e monoléxicas em toda o estudo.

Foi constatado, pelo autor, que grande parte dos itens lexicais inquiridos eram desconhecidos e/ou não faziam parte do repertório linguístico dos colaboradores, por outro lado, muitas das variantes respondidas têm origem em étimos das línguas *quicongo*, *quimbundo*, *iorubá* e *nianja* (ou *chichewa*), ou seja, com exceção do *iorubá*, todas possuem origem no grupo linguístico *Bantu*. (DIAS, 2017).

Meleu (2018) no estudo intitulado “O português da escravidão”, objetivou enxergar a formação do português brasileiro através da lente da história econômica e social do Brasil escravista. A autora faz uma revisão histórica da escravidão no Brasil que vai desde meados de 1500 até 1888.

A autora destaca ainda as possíveis dinâmicas linguísticas dos trabalhadores escravizados, os espaços onde os discursos ocorriam ou podiam ocorrer, assim como as prováveis contribuições dos hábitos linguísticos dos trabalhadores escravizados e dos libertos africanos na formação do português do Brasil e das práticas languageiras dos brasileiros.

Sobre comunidades do estado da Bahia, encontramos os estudos de Santos (2010) que pesquisou os condicionamentos e restrições para as ordenações VS/SV em duas variedades do PB situadas no interior do Estado da Bahia: o português popular dos municípios de Santo Antonio de Jesus e Poções; e o português afro-brasileiro, de duas comunidades rurais remanescentes de quilombo, denominadas Cinzento e Sapé e situadas, respectivamente, nos municípios de Planalto e Valença.

Souza (2011) analisou das estruturas ditas reflexivas presentes no português afro-brasileiro apresentada considerando fatores linguísticos e sociais que pudessem condicionar os processos de variação analisados, de modo que foi possível constatar a existência de mudança em curso no sentido de aproximação do padrão normativo no que se refere às duas variáveis dependentes em questão, em comunidades afro-brasileiras da Bahia.

Também destacamos o estudo de Dias (2019) que investigou o processo do rotacismo no encontro consonantal que ocorre no ataque complexo de quatro comunidades de diferentes regiões do Estado da Bahia: Helvécia, Sapé, Cinzento e Rio de Contas.

Estes trabalhos, de Santos (2010), Souza (2011) e Dias (2019), utilizaram como *corpus*, dados do Acervo de Fala Vernácula do Português Afro-Brasileiro, que faz parte do banco de dados do Projeto Vertentes do Estado da Bahia, coordenado pelos professores Dante Lucchesi (UFF) e Gredson dos Santos (UFBA).

Acerca de aspectos fonético-fonológicos, o trabalho de Alves (2014) teve como objetivos descrever e analisar, à luz da Sociolinguística Variacionista e da Fonologia Autossegmental, o processo de nasalização na fala dos habitantes da comunidade quilombola gurutubana Norte de Minas Gerais, Brasil. O pesquisador extraiu os dados de entrevistas sociolinguísticas feitas com 24 informantes que nasceram e que residem na comunidade quilombola.

Alves (2014) constatou que há relevância quanto ao grau de instrução para o processo de alternância de qualidade vocálica; variação estável e contínua, para o processo de nasalização

espúria do /i/; e que o processo de nasalização vocálica nessa comunidade não apresenta diferenças em relação a outras variedades do Português do Brasil.

No tópico seguinte, com o objetivo de observarmos a presença quilombola no estado, serão expostos alguns dados referentes às comunidades quilombolas de Mato Grosso.

### 3.3 Comunidades afro-brasileiras do Mato Grosso

A regularização de suas terras é o principal objetivo e pelo qual diversas comunidades quilombolas muito têm lutado no estado de Mato Grosso, uma vez que todas as comunidades possuem processos abertos. No entanto, de acordo com o INCRA, a titulação definitiva só ocorrerá quando os imóveis que compõem os territórios forem desocupados.<sup>8</sup>

Cabe ao Inbra titular os territórios quilombolas localizados em terras públicas federais ou que incidem em áreas de particulares (Decreto 4887/2003). Para além do INCRA, a Secretaria de Patrimônio da União – SPU também é responsável por expedir título ou Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) às comunidades quilombolas localizadas em áreas de sua gestão (INCRA, 2017).

Muitos acreditam que a regularização das terras quilombolas pode atrapalhar o desenvolvimento da agricultura e do país, no entanto, “em relação ao território nacional (8.515.767 km<sup>2</sup>), a área trabalhada pelo INCRA em favor das comunidades quilombolas não chega a 0,12% da extensão territorial do país” (INCRA, 2017).

A principal fonte de rendas das comunidades quilombolas de Mato Grosso é a agricultura orgânica familiar para o sustento próprio e para fornecimento no comércio local e, com a regularização de seu território, as famílias podem ter acesso à programas de incentivo à agricultura familiar do Governo Estadual e Federal. De acordo com informações do INCRA:

Constata-se, por meio dos estudos realizados pelo INCRA e outros órgãos oficiais, que a grande maioria das com unidades quilombolas são rurais, dedicadas à agricultura, ou seja, nos quilombos é praticado o plantio de alimentos, a pecuária de grandes e pequenos animais, a pesca, o extrativismo, e várias outras atividades que são consideradas agrícolas. Em sua maioria, estas atividades são realizadas não só para o sustento da comunidade, mas também para o fornecimento ao mercado local, contribuindo para o desenvolvimento tanto das comunidades como da região em que estão inseridas.

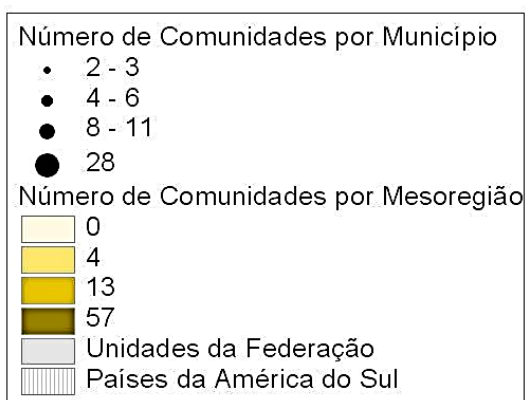
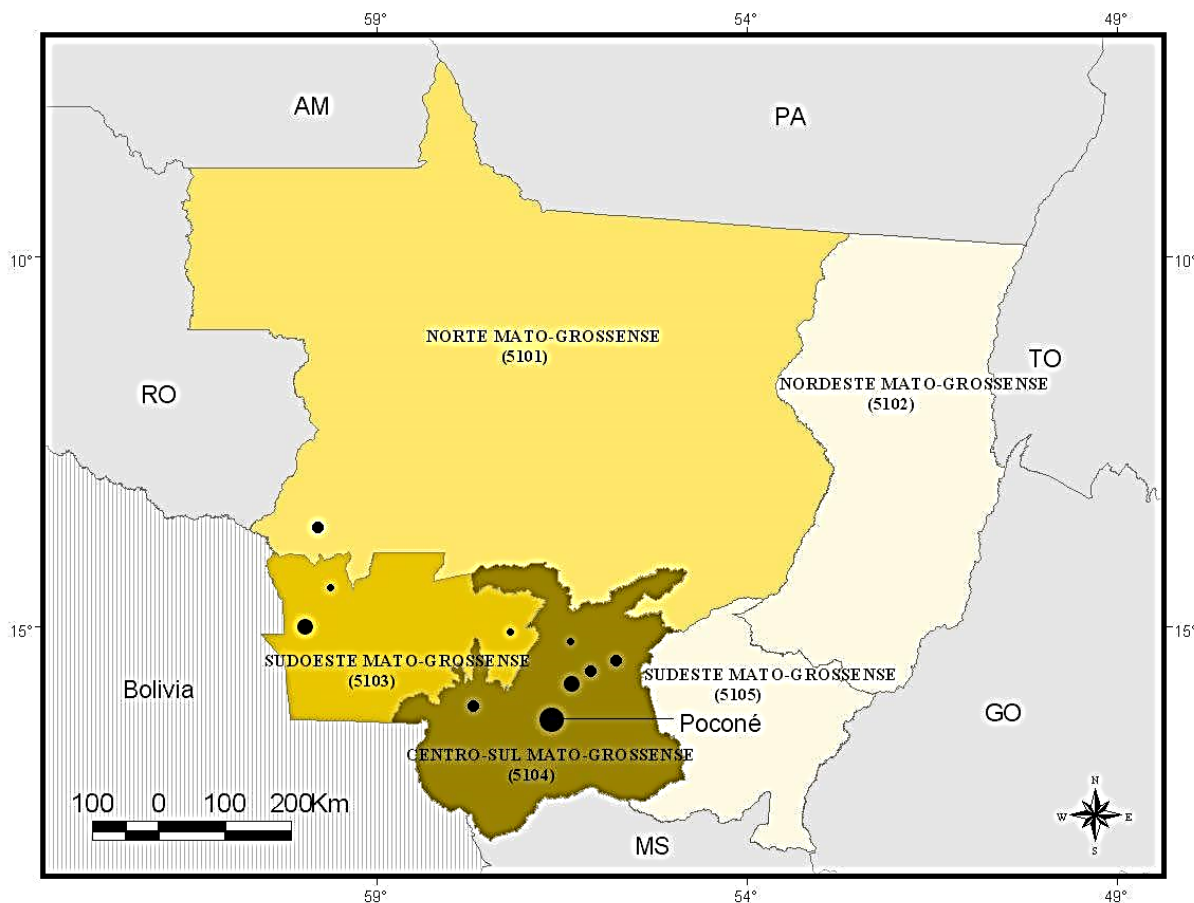
---

<sup>8</sup> Disponível em <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/mt-possui-73-comunidades-quilombolas-em-processo-de-regularizacao-fundiaria/557833> Acesso em 10 de junho de 2021

A seguir, estão dispostos dados concernentes às comunidades quilombolas de Mato Grosso. Vejamos o mapa que mostra as comunidades e territórios quilombolas do estado de Mato Grosso.

Figura 8 - Comunidades Quilombolas de Mato Grosso

## Comunidades e Territórios Quilombolas Auto-Identificados no Mato Grosso



**FONTES:**  
FCP, UNB, SEPPPIR, INCRA, UFAP,  
Programa Raízes, CEDENPA, NAEA  
(levantamento realizado por TRECCANI 2006)

**ELABORAÇÃO:**  
Coletivo LEMTO/UFF (Laboratório de Estudos  
de Movimentos Sociais e Territorialidades)

Conforme podemos observar por meio do mapa, existem, no Mato Grosso, 74 territórios ou comunidades Quilombolas. Deste número, a maior parte com 57 comunidades estão



localizadas na mesorregião centro sul do estado, 13 comunidades no sudoeste mato-grossense e 04 comunidades na região norte de Mato Grosso.

Com a Constituição de 1988 o conceito de quilombo se ampliou, consagrando os direitos de seus quilombolas a terem suas terras com seus devidos documentos emitidos pelo Estado. Conforme exposto pelo Artigo 68 o Estado deverá emitir os títulos das terras em que os remanescentes quilombolas estejam ocupando, reconhecendo-as como suas propriedades definitivas.

A luta dos povos quilombolas para conseguirem o feito de poder ocupar uma terra que é deles por direito foi cercada de muitas batalhas ideológicas e culturais, cercadas por muita violência e silenciamento. O período escravista que perdurou até meados de 1888 não cessou em sua totalidade após a Lei Áurea, o que fez com que essa luta se perdurasse por mais de um século. Segundo o CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos:

O Território Remanescente de Comunidade Quilombola é uma concretização das conquistas da comunidade afro descendente no Brasil, fruto das várias e heróicas resistências ao modelo escravagista e opressor instaurado no Brasil colônia e do reconhecimento dessa injustiça histórica. Embora continue presente perpassando as relações socioculturais da sociedade brasileira, enquanto sistema, o escravagista vigorou até 1888 e foi responsável pela entrada de mais de 3,5 milhões de homens e mulheres prisioneiros oriundos do continente africano – embora haja discrepância entre as estimativas apresentadas. Além de oriundos dos antigos quilombos de escravos refugiados é importante lembrar que muitas das comunidades foram estabelecidas em terras oriundas de heranças, doações, pagamento em troca de serviços prestados ou compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição” (CONAQ, 2021, online)<sup>9</sup>

Entretanto, mesmo com esse reconhecimento, em Mato Grosso, muitas famílias ainda são vítimas de conflitos de terras, sobretudo devido à instalação de mineradoras no entorno das comunidades. Sabe-se que, de acordo com a legislação, por meio da portaria Interministerial nº 60/2015 e pela Instrução Normativa FCP nº 01/2018, para que uma mineradora seja instalada, em áreas que existam quilombolas, é necessário que se faça uma consulta aos moradores locais, descrita pela convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, além da exigência de estudos que demonstrem os impactos ambientais.

Porém, o que muitos moradores de comunidades quilombolas de Mato Grosso e mesmo as associações relatam é que nunca foram consultados sobre a presença de mineração no entorno da comunidade. Alguns quilombos já realizaram denúncias ao Ministério Público, mas as empresas ainda permanecem no local.

---

<sup>9</sup> Disponível em <http://conaq.org.br/quem-somos/> Acesso em 20 de junho de 2021

Abaixo, vejamos uma fotografia do rio de rejeitos após o rompimento da barragem TB01, em Nossa Senhora do Livramento.

Figura 9 - Rio de rejeitos após o rompimento da barragem TB01, em Nossa Senhora do Livramento/MT



Fonte: Sema/MT<sup>10</sup>

Na região de Nossa Senhora do Livramento, nos arredores da comunidade Quilombola de Mata Cavala, o primeiro garimpo foi construído em 1730, no período em que foi descoberto ouro no Ribeirão dos Cocais (ARINI, 2019). No entanto, infelizmente, não é um fato que ocorre apenas nessa região, são muitas as mineradoras em territórios quilombolas em Mato Grosso.

Essa situação é muito preocupante para os moradores das comunidades e, em muitos casos, gera um certo medo, pois a sensação de conflito é frequente, caracterizando o ambiente, até mesmo, de modo hostil. E o único fato que se vê são os obstáculos para que os quilombolas tenham seus direitos assegurados e efetivados.

Nos dados das entrevistas, inclusive, um participante revela que não gosta de se envolver na liderança da associação, pelo medo. Vejamos:

Uma tuIma qui vei aqui pá fazê negócio de quilombola, né... depoi da reza... eli... ieu como sô mai véio, né... vance num qué sê u presidenti daqui? Ieu

<sup>10</sup> Disponível em <https://brasil.mongabay.com/2019/10/mineracao-espalha-medo-nas-terras-quilombolas-do-mato-grosso/>. Acesso em 07 de maio de 2021

acustumadu ixpiá na televisão prisidenti cabá i u povu mata eli aí... é djuro memo... ieu falei eu num queru... cum miu fio criadu aqui... trabaiei... criei mieus fio... tudo nesse braço aqui... i agora eu vô fica feito presidenti? Ieu num queru... Panhei meu tchapéu, ponhei na cabeça e vim embora... (INFO6C)

Essa condição reflete um país que deixa as populações quilombolas à margem de seu reconhecimento, o que demonstra que o Brasil é “um país que não buscou reparar a dívida histórica da escravidão.” Esse tipo de ação faz com que as comunidades fiquem expostas às violências, desde “as ameaças e agressões físicas e psicológicas às tentativas e assassinatos de lideranças; da invasão por não quilombolas” (HELD, 2020, p. 306).

No estado de Mato Grosso, Mata Cavalo é a comunidade mais antiga e mais numerosa, formando um complexo de comunidades que possui em seu território cerca de 418 famílias.

O território de Mata Cavalo fica localizado às margens da BR-MT 060, no município de Nossa Senhora do Livramento, situado a 50 KM da capital Cuiabá e possui aproximadamente 14.622 hectares, organizados em seis comunidades: Aguaçu de Cima, Mata Cavalo de Cima, Ponte da Estiva (fazenda Ourinhos), Capim Verde (ou Mata Cavalo do Meio), Mutuca e Mata Cavalo de Baixo. Ela foi liderada, por muitos anos, pelo senhor Antônio Benedito da Conceição, conhecido como Antônio Mulato<sup>11</sup>, que morreu em setembro de 2018, aos 113 anos.

Antônio Mulato foi uma forte liderança da comunidade. Sempre enérgico, tornou-se uma referência para seu povo. Lutava por justiça aos quilombolas, pelo reconhecimento enquanto remanescentes de quilombos e pelo acesso às políticas públicas.

Em entrevista com o senhor Antônio Mulato, realizada por Águas (2016, p. 07), a autora afirma que: “Sua vida foi de luta. Faz parte das únicas seis famílias que permaneceram ininterruptamente em Mata Cavalo, mesmo depois que a área foi tomada pelos fazendeiros. Foi o fundador da primeira escola daquela região, ainda em meados dos anos 40”.

A terra em que está localizada Mata Cavalo foi herdada por Antônio Mulato de seus antepassados, os quais receberam essa área de Ana Tavares que, sem herdeiros, deixou suas terras para seus escravos após sua morte em 1883, cinco anos antes da abolição da escravatura. Após a

---

<sup>11</sup> A história de Antônio Mulato se entrecruza com a da comunidade Mata Cavalo. Nessa comunidade, ele e outros descendentes de pessoas escravizadas, conseguiram a terra após um acordo com uma senhora do engenho. Sozinha, sem descendentes, a "sinhá" fez um acordo com a comunidade e dizia que, se eles permanecessem com ela até o fim de sua vida, após a sua morte, a terra seria deles. Ela cumpriu o acordo. Em 2016, ele conversou com a reportagem e relatou que era a última das pessoas vivas a presenciar os relatos orais sobre o início da abolição oficial da escravatura. Disse também, ter ouvido de vários parentes e conhecidos como eram os anos sob trabalho forçado, humilhações, chicote nas costas, aprisionamento e negação da racionalidade. **Fonte:** DUARTE, Mirella. De Mata Cavalo, descendente de escravos tem 111 anos e muito vigor. RDnews, 2017. Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/blog-do-romilson/retrospectiva-2018/conteudos/109340> Acesso em 18 de novembro de 2021

abolição, a comunidade tornou-se referência para escravizados recém-libertos e a população aumentou com o decorrer do tempo (BANDEIRA e SODRÉ, 1993).

No entanto, a partir dos anos 40, os quilombolas começaram a ser forçosamente expulsos de suas terras, quando fazendeiros ocuparam a área da comunidade e então venderam-na a terceiros. O que os levou à conflitos de terras e disputas judiciais, além da mudança dos indivíduos para outras regiões. Configurando a comunidade por sua trajetória diaspórica, como esclarece Águas (2006, p: 10):

Apesar de Mata Cavalo não abranger todos os elementos que caracterizam o contexto diaspórico a trajetória da comunidade reúne aspectos fundamentais, tais como deslocalização, mobilidade e a sobrevivência da noção de comunidade com uma dimensão política própria, capaz de inviabilizar a assimilação pela sociedade de acolhimento.

Por meio das famílias que permaneceram na comunidade, a forte cultura pôde ser transmitida aos quilombolas que estiveram fora, “durante as duas décadas em que estiveram afastados, os quilombolas continuaram a participar destes eventos, o que alimentou o vínculo com o território origina” (ÁGUAS, 2006, p. 11). Neste cenário, destacou-se o senhor Antônio Mulato que foi um dos quilombolas que ficou na comunidade, tornou-se um forte incentivador da preservação e manutenção da cultura, por meio das festas, músicas, danças, comidas que refletiam as tradições de seu povo. A seguir, vejamos uma imagem do senhor Antônio Mulato, ilustre representante de Mata Cavalo.

Figura 10 - Antônio Mulato



Fonte: LEITE (2017)<sup>12</sup>

<sup>12</sup> LEITE, Gilberto. Fotografias de Antônio Mulato. RDnews, 2017. Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/cidades/conteudos/105277> Acesso em: 18 de novembro de 2021.

Atualmente a comunidade ainda mantém a cultura e as tradições, as quais estão relacionadas, normalmente, às instituições religiosas, como as festas de santos, as novenas, os benzimentos, além das comidas e bebidas típicas.

Essa manutenção da cultura não é característica única da comunidade de Mata Cavalão. Como veremos a seguir, as comunidades quilombolas em evidência neste estudo também compartilham desses mesmos costumes e, muitas vezes, até participam das festividades uma das outras, como uma espécie de afirmação de sua tradição e identidade.

### **3.4 Comunidades afro-brasileiras no município de Poconé em Mato Grosso**

Neste tópico apresentaremos algumas características das comunidades em que foram coletados os dados de fala espontânea, desde aspectos históricos, demográficos até os culturais. Conhecer a história de uma comunidade é ponto fundamental para entender as mudanças linguísticas por quais passam o falar de um povo. De acordo com Labov (2008, p. 21), “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre”.

Em vista disso, em concordância com Labov, informar-se no que concerne a história, formação e cultura da comunidade em estudo é primordial para o estudo Sociolinguístico, porque a história em conjunto com outros fatores condicionadores extralinguísticos é vista como a parte social do falante, que influencia também em sua língua.

Deste modo, quando compreendemos um pouco sobre a formação sociocultural e histórica de uma comunidade também é possível compreender a constituição da identidade um povo e de seu falar. “Além dos condicionamentos entrecruzados de classe social e casta, as comunidades frequentemente desenvolvem categorias mais concretas para situar os indivíduos” (LABOV, 2008, p. 342).

Um elemento bastante cultural, em todas as comunidades quilombolas, são as festas de Santo, que são tradicionais e são preservadas, passadas de pais para filhos, e netos, e bisnetos, e todas as gerações. Nestas festas há muita comida e a preservação da cultura através das danças, como o siriri, cururu, rasqueado e lambadão.

A religiosidade é marcante, tanto pelas festas quanto pela característica do povo que mantêm em cada casa um altar com seu santo de devoção, sempre acompanhado de Nossa Senhora Aparecida e Jesus Cristo.

---

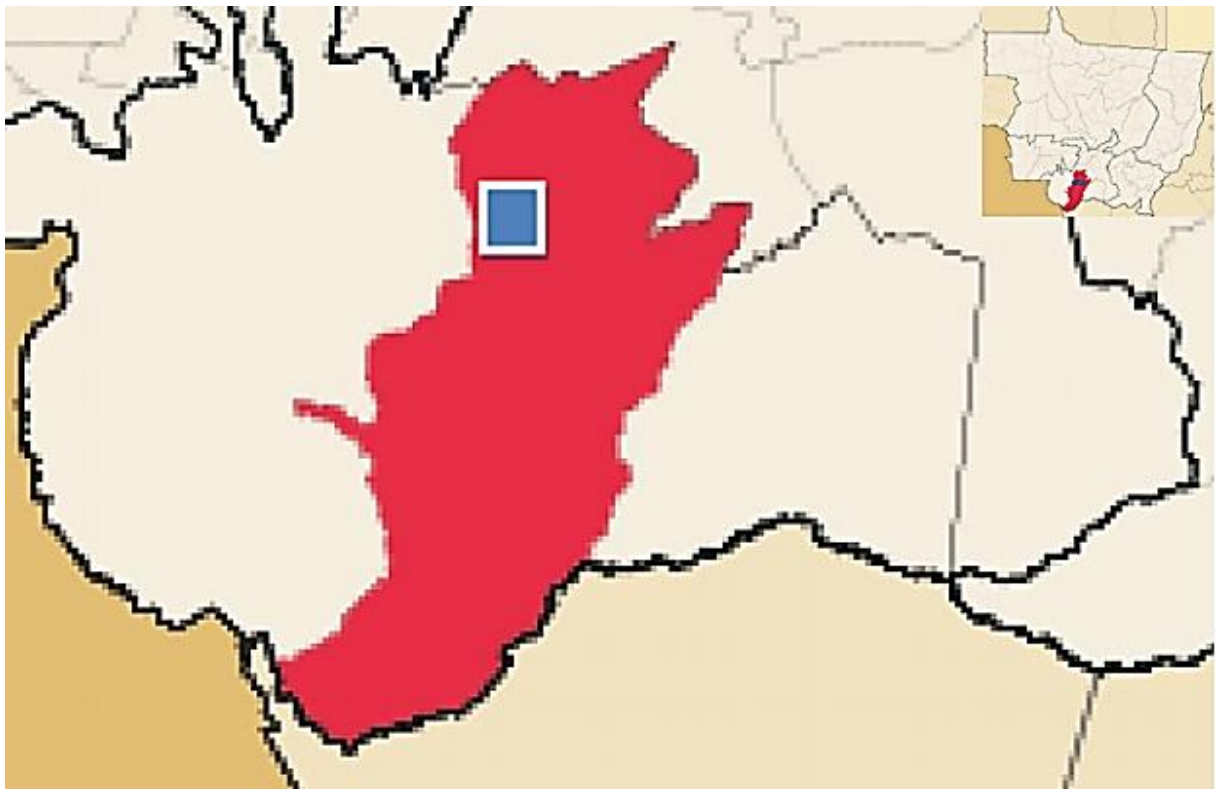
Relacionando-se paradoxalmente à religiosidade católica, os quilombolas ainda mantêm o costume de benzer-se, para casos de, como eles dizem “Arca caída”, “quebrante”, “mau olhado”, entre outros. Percebemos que as benzedeiras têm papel importante para a fé e, muitas vezes, a religiosidade católica se mistura com a Umbanda e Candomblé, herança trazida pelos africanos que ali viveram como escravos.

A seguir, abordaremos os aspectos particulares e constituintes de cada uma das comunidades, de início Campina de Pedra.

### 3.4.1 Campina de Pedra

A comunidade Campina de Pedra fica localizada no município de Poconé, especificamente situada no km 32 da Estrada do Corrente, com acesso pelo km 42 da MT 060, rodovia que liga Poconé à capital Cuiabá. É composta por 45 famílias e ocupa uma área de cerca de 128 hectares. Foi a primeira comunidade da região a receber energia elétrica e posto telefônico. A seguir, vejamos o mapa do local em que se encontra a comunidade de Campina de Pedra:

Figura 11 - Mapa da localização geográfica da comunidade Campina de Pedra/ Poconé-MT



Fonte: Adaptado de Almeida (2012, p. 77)

A comunidade, conforme Declarações de reconhecimento e processos tramitados na Fundação Cultural Palmares, foi certificada como Comunidade remanescente dos quilombos por meio Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2005, disponível através da Portaria Nº 37, de 9 de setembro de 2005/Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares.

Campina de Pedra é uma das maiores comunidades quilombolas da região, considerada uma comunidade de passagem, pois é caminho obrigatório para as demais comunidades quilombolas, além de ser considerada uma ponte de informação, porque a partir da Campina de Pedra são socializadas as informações com as demais comunidades.

Suas lideranças, por meio da Associação Quilombola<sup>13</sup>, são bastante atuantes e representativas, o que as levam a “planejar ações coletivas para resolver problemas estruturais: construção de estradas, pontes e escolas nas comunidades” (ALMEIDA, 2012, p. 81). Ademais, as lideranças da comunidade Campina de Pedra também são engajadas no sentido de resgate e preservação da cultura e identidade quilombola.

Uma luta histórica, que marca a memória do povo de Campina de Pedra e que ocorre desde as primeiras manifestações de ocupação da área da comunidade, pelo direito à sua terra. Sobre Campina de Pedra, Almeida (2012, p. 81) afirma que: “Até meados do século XIX, os quilombos residiam na região da Formiga e, no interior dessa área, havia várias localidades denominadas de Boa Vista, Fazenda Velha, Várzea Grande, Capão de Abóbora e Cachoeira”.

De acordo com Vieira (2010 *apud* Gonçalves, 2017, p. 27):

O território é a parte primordial de construção étnica da comunidade. Nele está toda reprodução material e cultural do modo de vida de seus habitantes, sendo instituído socialmente em uma determinada situação histórica, como o caso dos quilombos. Neste sentido, a identidade quilombola passa pela construção coletiva de um território e pela defesa deste território frente a outros grupos ou frente ao Estado.

Inicialmente o povo quilombola que, então, formaria a comunidade Campina de Pedra, morou na localidade de Cachoeira, região com abundância de rios e cachoeiras, contudo, a força produtiva do solo era baixa para o cultivo agrícola orgânico. Nesse sentido, buscavam outros espaços para plantar, como na região que hoje é a área da comunidade, porém, o local ficava distante, aproximadamente 10 km, do espaço em que viviam. Conforme exposto por Almeida (2012, p. 82):

Para auxiliar nas idas e vindas de Cachoeira a Campina, construíram, ao redor das roças, pequenos abrigos, denominados por eles de ranchos, os quais

---

<sup>13</sup> A criação da Associação Quilombola é resultado de experiências organizativas anteriores, pois já havia, na comunidade, uma Associação de Pequenos Produtores Rurais, mas as exigências em prol do reconhecimento fizeram com que os quilombolas alterassem a razão social da Instituição. (ALMEIDA, 2012, p. 89)

serviam de acampamento durante o período de preparo e cultivo da terra. Dessa maneira, os agricultores retornavam para as suas casas somente depois do serviço concretizado. Esse retorno à residência não significava término das andanças entre Cachoeirinha e o local de trabalho, Campina de Pedra. Isso, porque, na agricultura, há um processo de cuidado e limpeza da terra, aragem do solo para receber as sementes e atenção aos ataques dos animais e insetos nas plantações. Todas as etapas, do plantio à colheita dos alimentos, contavam com uma rotina intensa de trabalho dos remanescentes de quilombo.

No entanto, no ano de 1961, o senhor Leonildo Pereira Leira, proprietário da Fazenda Japão, circunvizinha à comunidade, requereu a medição comunitária do território. Almeida (2012, p. 82) declara que: “o fazendeiro fez o requerimento solicitando que cada um dos 15 filhos do Sr. Benedito Mendes, a primeira geração, obtivesse 60 hectares cada um, totalizando 900 hectares”.

Assim foi feito, mas o problema é que nem todos os filhos quiseram as terras, por entenderem que terra, na época, não tinha valor comercial. Com isso, o fazendeiro comprou as áreas de alguns que não queriam, trocou por alimentos, roupas, utensílios domésticos com outros, de maneira que, desses 900 hectares ofertados aos quilombolas, na prática ficaram apenas 128 hectares. (ALMEIDA, 2012, p. 82)

No período de 1958 a 1963 foi iniciada a construção da rodovia de dá acesso às comunidades. A pavimentação foi feita somente em 1980, com a finalidade de melhorar o escoamento da produção agrícola da região.

A construção da rodovia acabou dividindo ao meio algumas comunidades. “Essa ação obrigou muitos moradores a deixarem suas residências em nome do progresso. ” Esse fato demonstra a vulnerabilidade pela qual esses povos já passavam, no entanto, não obstante, em 1970 constrói-se a usina ALCOPAN. (ALMEIDA, 2012, p. 84)

Almeida atesta que: “As casas dos moradores da comunidade seguem a orientação ao longo dessa rodovia, de um lado da estrada moram dez famílias e, do outro, vivem dezesseis. Eles se autodenominam como os ‘moradores de cima’ e os ‘moradores de baixo’.” (ALMEIDA, 2012, p. 85). As famílias, dessa região, que optaram por não se denominarem quilombolas, assim o fizeram porque entendem que teriam que abrir mão de suas terras, uma vez que os quilombolas vivem em uma área coletiva.

Em Campina de Pedra há uma forte ligação entre os moradores, haja vista que todos têm relação familiar, de modo que organizam suas casas por grau de parentesco, os filhos moram próximos aos pais e assim sucessivamente. Isso é comprovado pela própria fala dos entrevistados: “*Aqui ninguém paga, né... tudu parenti... tiu... subrinhu... filhu... tem um tiu ali... tem uma casinha... os filhu tão fazendu uma casinha... casa delis tudinhu ali...*”



A principal fonte econômica da região é agricultura orgânica familiar, no entanto alguns indivíduos trabalham como assalariados no município de Poconé ou serviços braçais nas fazendas. Ainda, “alguns aproveitam o período da colheita da soja, no norte do estado do Mato Grosso para trabalhar com carteira assinada nas empresas do agronegócio” (ALMEIDA, 2012, p. 85).

A seguir, uma fotografia, retirada da página do Facebook da Comunidade Campina de Pedra que retrata parte da comunidade.

Figura 12 - Comunidade Campina de Pedra



Fonte: Página da comunidade Campina de Pedra no Facebook<sup>14</sup>

### 3.4.2 Morrinho

A comunidade Morrinho fica localizada na zona rural do município de Poconé, especificamente situada a 65 km da cidade, pela rodovia MT-060, no km 20, com acesso por

---

<sup>14</sup> Disponível em [https://www.facebook.com/CampinadePedra/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/CampinadePedra/photos/?ref=page_internal) Acesso em 15 de março de 2021.

meio do distrito de Cangas, no qual segue-se por uma estrada sem pavimentação até chegar à comunidade que fica às margens do Rio Bento Gomes.

É composta por 24 famílias, ocupa uma área que, conforme relatos dos moradores, foi fundada e habitada há cerca de 150 anos. De acordo com relatos “Foi fundada por um casal de descendentes de negros escravizados que habitavam a região e que uniram duas famílias: Velho e Correa” (CAMPOS, 2017, p. 61).

De acordo com relatos dos senhores Gonçalo e Sebastião essa é a versão histórica da comunidade e foi confirmada em minhas pesquisas em documentos de batismo da igreja Nossa Senhora do Rosário Poconé e em trabalhos realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através do relatório histórico e antropológico de Morrinhos (2014), referente à certificação e regularização da área, bem como em trabalhos de Crivente (2001) e Pereira (2013). (CAMPOS, 2017, p. 61)

A comunidade, conforme Declarações de reconhecimento e processos tramitados na Fundação Cultural Palmares, foi certificada como Comunidade remanescente dos quilombos por Portaria Nº 84, de 8 de junho de 2015/Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares.

A seguir uma imagem da entrada da comunidade Morrinho.

Figura 13 - Entrada da comunidade Morrinho – Poconé/MT



Fonte: (PEREIRA, 2013, p. 55)

Os moradores da comunidade de Morrinho vivem da agricultura orgânica familiar para o próprio consumo, da qual plantam diversos tipos de alimentos, como mandioca, banana, abóbora, milho, batata, entre outros; e criam pequenos animais, como porcos e galinhas.

“Alguns dos moradores também trabalham na Mineradora Morrinho e fazendas próximas da região que faz divisa com as terras da comunidade” (CAMPOS, 2017, p. 61).

Os laços consanguíneos são comuns nas comunidades e a rede familiar é fortalecida pela proximidade entre pais e filhos, tios, sobrinhos, entre outros. Campos (2017, p. 61) assevera que Morrinho “é uma comunidade secular, com laços de consanguinidade e tradições afrodescendentes advindas do processo histórico da região, desde a fundação da Vila pelo senhor Joaquim Velho há 150 anos” (CAMPOS, 2017, p. 61).

Em Morrinhos, as residências se distribuem em sua maioria, ao longo da rua principal. Há casas de madeira, cobertas com palhas, e outras de adobe. Poucas são feitas de alvenaria; todas bastante simples. [...] A maioria dos moradores possui acesso às notícias por meio da televisão e do rádio. Não há torre próxima de celular nas redondezas da Vila, mas alguns dos moradores têm antena externa que possibilitam a utilização do celular, o que tem ajudado, principalmente, nas emergências relacionadas à questão de saúde. (CAMPOS, 2017, p. 61)

A população é composta por casamentos endogâmicos, entre primos. “Este padrão de regra matrimonial reforça os laços internos e com o padrão de herança unifica e assegura as terras e a reprodução desses grupos” (PEREIRA, 2013, p. 60).

A perpetuação histórica de Morrinho ocorre através da constituição de novas unidades familiares que se registram na sequência de suas gerações. E, a formação de novos núcleos familiares por meio de casamento endogâmico ainda é muito presente, sendo esporádicos os casamentos com os de “fora” da comunidade (PEREIRA, 2013, p. 60).

Os indivíduos das comunidades não afirmaram, nas entrevistas, o motivo de os casamentos intrafamiliares serem tão recorrentes em seu grupo. Porém, essa especificidade de serem comunidade estáticas, que mantêm, de forma geral, o isolamento social e o casamento entre pessoas da própria comunidade, tendem a preservar a herança cultural e linguística entre as gerações, assim como diversos estudos comprovam essa tendência. Como por exemplo, em estudo proposto por Salawdeh (1997, p. 41) acerca da manutenção e mudança linguística na comunidade árabe de São Paulo, os dados mostraram que:

Os dois únicos fatores que parecem contribuir para a manutenção da língua árabe são o status da mesma como a língua do Islã e os casamentos endogâmicos. No entanto, não se pode contar com tais fatores no sentido de manter o árabe em São Paulo. O status do árabe se restringe somente ao nível religioso e não se estende aos demais aspectos cotidianos da comunicação. Ainda que os casamentos endogâmicos contribuam relativamente para a

manutenção do árabe seu efeito é muito limitado devido à ausência de demarcação clara entre o uso do árabe e do português no domínio doméstico. Dentro deste contexto, o futuro da língua árabe em São Paulo parece sombrio.

Tal característica, de casamento intrafamiliar, ocorre em todas as comunidades quilombolas como um elemento que colabora para a preservação e permanência dos costumes e também da língua. Isso representa um reforço da identidade quilombola que, de modo indireto, faz com que a variedade linguística praticada na comunidade se mantenha. Nesse sentido, a comunidade quilombola é assumida como endogâmica, em sua maioria, pois define-se por um conjunto de elementos, trazidos por essa característica, que servem para separá-los dos “de fora”, entre os quais destacam-se as diversidades linguísticas singulares destas comunidades, as instituições culturais, o estilo de vida e até mesmo a organização econômica e social.

Com as políticas públicas direcionadas para os quilombolas, especialmente o Programa Brasil Quilombola-PBQ, em 2006, Morrinho foi contemplada com o abastecimento de água “pelo convênio 533/2006, junto à prefeitura de Poconé, com a implantação de um poço artesiano (PEREIRA, 2013, p. 60).

O lazer dos moradores da comunidade de Morrinho gira em torno do futebol, o qual é praticado em um campinho da comunidade, e da pesca no Rio Bento Gomes. Ambas as atividades são praticadas tanto pelos homens quanto pelas mulheres.

A religião da maioria dos moradores é a católica e a igreja está na comunidade, desde sua fundação. A fé e devoção dos quilombolas de Morrinho é bastante presente, que é possível de observar pelos altares nas casas e a tradição das festas de santo. Pereira (2013, p. 83) destaca que “A religiosidade local é fortemente arraigada na devoção aos santos, e São Benedito como padroeiro local cuida do povo desde a escravidão. Como também é identificado como um escravo que sabe do sofrimento, por isto é um santo forte, milagroso e justo.”

### **3.4.3 São José do Baixio**

A comunidade São José do Baixio fica localizada na zona rural do município de Barra do Bugres, especificamente situada a 76 km do centro da cidade, pela rodovia MT-246, com acesso pela estrada não pavimentada Vão Grande. A comunidade localiza-se a 160 km da capital Cuiabá e possui 189 hectares.

A comunidade é composta por 16 famílias e, conforme Declarações de reconhecimento e processos tramitados na Fundação Cultural Palmares, foi certificada como Comunidade

remanescente dos quilombos em 12 de setembro de 2005 e organiza-se por meio da “Associação de Pequenos Produtores Rurais da Gleba Baixio”.

São José do Baixio faz parte de um complexo de 06 comunidades quilombolas, o “Território Quilombola Vão Grande”. A especificação geográfica desse complexo é caracterizada pela presença de morros em seus arredores, chamados de “Serra das araras”, e perpassado pelo rio Jauquara. Observemos, a seguir um mapa que representa a localização das comunidades dentro do Território Quilombola Vão Grande.

Figura 14 - Localização das comunidades do Complexo Vão Grande



Fonte: Retirado do site de notícias BarraNews<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Disponível em <https://barranews.com.br/comunidades-quilombolas-de-barra-do-bugres-memorias-saberes-e-fazeres/> Acesso em 18 de março de 2021

A tradição agrícola orgânica familiar também é um costume dessa comunidade. Há também uma forte presença do turismo de pessoas que vão em busca das riquezas naturais, como os morros e o abundante recurso hídrico. Atualmente existe uma caminhada que é organizada todos os anos, a “Caminhada na natureza – Circuito quilombola”, na qual os moradores se organizam para venderem seus produtos de artesanato, da agricultura, bem como a venda de almoço para quem participa da caminhada.

A organização familiar segue o mesmo parâmetro das demais comunidades já mencionadas anteriormente. As casas são bem próximas umas das outras e essa proximidade é estabelecida de acordo com o grau de parentesco entre as famílias. Os casamentos endogâmicos, entre primos, também é bastante comum, de modo que, quando alguém da comunidade se casa com alguém que não é da comunidade, é comum ouvir dizer que se casou com “de fora”.

O catolicismo ainda é predominante na região e o local em que está a igreja é construído de pau a pique<sup>16</sup> e, próximo a igreja há um barracão destinado à associação dos moradores. Embora a religião seja a católica existe bastante sincretismo religioso, ou seja, uma fusão de elementos e dogmas religiosos, advindos, possivelmente, das religiões de matriz africana.

O abastecimento de água de São José do Baixio é através da água que vem do rio Jauquara e vai encanada para as residências. No entanto, em estudo realizado por Queiroz *et al* (2014) foi constatado que a água é imprópria para consumo. “A ausência de saneamento básico nas Comunidades rurais submete a população à diversas enfermidades, dificultando sua qualidade de vida, como é o caso da Comunidade Baixio” (QUEIROZ *et al*, 2014, p. 81).

---

<sup>16</sup> Pau a pique, também conhecido como taipa de mão, taipa de sopapo e taipa de sebe, é uma técnica construtiva antiga que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, geralmente de bambu, amarradas entre si por cipós, dando origem a um grande painel perfurado que, após ter os vãos preenchidos com barro, transforma-se em parede. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pau\\_a\\_pique](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pau_a_pique) Acesso em 19 de março de 2021.

## CAPÍTULO IV

### A FONÉTICA E FONOLOGIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: AS VOGAIS

Neste capítulo trataremos algumas observações sobre a fonética e a fonologia do Português Brasileiro. Inicialmente faremos um breve percurso teórico que fundamenta os estudos em fonética e fonologia. Em seguida abordaremos os pressupostos da fonética articulatória, bem como os aspectos das vogais orais e nasais no Português Brasileiro.

#### 4.1 Fonética e Fonologia do Português brasileiro

Muito estudiosos têm se dedicado aos estudos linguísticos, sobretudo os que tratam da articulação da linguagem humana, dos quais destacaremos neste capítulo, a Fonética e a Fonologia, que possuem como objeto de investigação o conteúdo fônico das diversas línguas do mundo.

O interesse em analisar os sons da língua data de muitos séculos. Na Antiguidade existem evidências de que o homem já se interessava pelos sons que produzia e tentava reproduzi-los por meio da escrita. Um importante vestígio sobre isso é a própria criação do Alfabeto que é considerada, por diversos autores, como uma forma de análise Fonética.

Conforme Vagones (1980, p. 180) “Panini deixou um tratado muito precioso sobre os pontos de articulação do Sânscrito, sendo por isso considerado um dos fundadores da Fonética articulatória”. A motivação da produção, contudo, era estritamente religiosa, uma vez que Panini<sup>17</sup> visava a perfeita enunciação dos sons para que o rogo ao céu fosse atendido.

Já na Idade Média, não houve muita produção ou investigação acerca dos conteúdos fônicos da língua, haja vista que o que se destacavam eram as produções escritas, sobretudo relacionadas ao Latim. (VAGONES, 1980)

Com o fim das ideologias escolásticas, no período Renascentista, voltaram-se os interesses para a análise dos sons da língua. Há uma volta aos estudos da língua grega e as línguas nacionais começavam a ter mais a atenção dos estudiosos.

Ao falar, o indivíduo tem uma maneira própria de realizar os sons. Essas formas de realização são motivadas por questões linguísticas e extralinguísticas. De modo que, por meio de uma organização linguística formada pelo falante de uma língua, é possível que este reconheça uma palavra, como pertencente de sua língua, pelo som que ela produz, ainda que

---

<sup>17</sup> Considerado o escritor da primeira gramática de uma língua da civilização humana. Estima-se que viveu entre 520 a 460 a.C. (SILVA, 2011, p. 73)

não saiba seu significado. Nesse sentido, quando o falante vê uma palavra na qual a ordem das letras seja desconhecida, o valor sonoro que lhe é atribuído faz com que o indivíduo a classifique como uma palavra de outro idioma.

Isso quer dizer que, o falante constrói uma composição fonética em sua mente, de modo que, automaticamente, reconhece os sons de uma palavra e sabe exatamente se ela faz parte do léxico de sua língua ou não. Do mesmo modo, ao ver uma palavra em que a sequência de sons seja desconhecida, o falante será tomado por um estranhamento capaz de fazê-lo afirmar que tal palavra não pertença à sua língua.

Área da Linguística que estuda os sons da fala, a Fonologia analisa a forma com que os sons se organizam e classifica-os em fonemas, que é a unidade mínima da língua, de acordo com Bloomfield (1933).

Entretanto, falar de fonologia é impossível sem antes investigar o status da fonética. Ambas as disciplinas caminham juntas e tratam como objeto de estudo a fala. Portanto, é importante que as duas sejam conceituadas e seus modos de ações e funções entendidos. Essa distinção, tal qual conhecemos, ocorreu a partir do século XX com o advento da Linguística, durante o I Congresso Internacional de Haia em 1928, e foi proposta pelos estudiosos Jakobson e Trubetzkoy.

Para Silva (2017, p. 23) “A fonética é a ciência que apresenta os métodos para a descrição, classificação e transcrição dos sons da fala, principalmente aqueles sons utilizados na linguagem humana”. A autora ainda considera que “A parte da ciência que busca recursos metodológicos e formais para o estudo da cadeia sonora da fala é a fonêmica ou fonologia. (p. 108)”

De acordo com Callou e Leite (1995, p. 11) “Enquanto a fonética estuda os sons como entidades físico-articulatórias isoladas, a fonologia irá estudar os sons do ponto de vista funcional como elementos que integram um sistema linguístico determinado”. Nesse sentido, entende-se que, para as autoras, enquanto a fonética analisaria as características articulatórias e os sons, a fonologia se encarregaria de estudar as diferenças que fazem os elementos se distinguirem, ou seja, as diferenças fônicas.

Conforme os pressupostos de Seara *et al* (2019, p. 14):

A maior parte da literatura que trata de Fonética e Fonologia vem tentando fazer uma distinção entre elas que não tem convencido aqueles que se aventuram nos estudos sobre essas disciplinas da Linguística. Primeiramente, deve-se dizer que tanto a Fonética quanto a Fonologia têm como objeto de estudo os sons da fala. Ou, melhor dizendo, tanto a Fonética quanto a Fonologia investigam como os seres humanos produzem e percebem os sons



da fala. Em segundo lugar, deve-se observar que é bastante difícil fazer Fonologia sem antes entender (ou fazer) Fonética.

A Fonética, de acordo com Cagliari (2002), descreve os sons, especificando quais processo de produção e estruturas da fala estão envolvidas em determinado elemento da sua cadeia sonora. À análise Fonética fica encarregado o objetivo de determinar o porquê dado som é realizado de tal maneira e o que acontece para que assim seja realizado. À análise Fonológica questiona-se qual o som/ fonema ocupa determinada posição e por que é esse som e não outro.

Ainda, Hjelmslev (1975) situa a Fonologia enquanto uma disciplina que equivale à forma do plano de expressão e a Fonética à substância do plano de expressão.

Conforme afirma Bisol (2014, p. 12) “A forma sistemática como cada língua organiza os sons é o objeto de estudo da *fonologia*. Existe outra ciência, a *fonética*, cujo objeto de estudo é a realidade física dos sons produzidos pelos falantes de uma língua”. Nesse sentido, Bisol (2014) propõe que fonologia e fonética apresentam campos de estudo relacionados, mas objetivos independentes.

*A fonética* visa ao estudo dos sons da fala do ponto de vista articulatorio, verificando como os sons são articulados ou produzidos pelo aparelho fonador, ou do ponto de vista acústico, analisando as propriedades físicas da produção e propagação dos sons, ou ainda do ponto de vista auditivo, parte que cuida da recepção dos sons. *A fonologia*, ao dedicar-se ao estudo dos sistemas de sons, de sua descrição, estrutura e funcionamento, analisa a forma das sílabas, morfemas, palavras e frases, como se organizam e como se estabelece a relação “mente e língua” de modo que a comunicação se processe. (BISOL, 2014, p. 12)

Bisol (2014), dentro dos estudos de fonologia, propõe o conceito de comutação ou ainda substituição de sons em contextos linguísticos semelhantes. Tais pressupostos são responsáveis por comprovar a existência de diferenças de significados e, de tal modo, também identifica os fonemas na língua. “A partir dos pares mínimos *pala/bala*, *selo/zelo*, *tela/dela*, por exemplo, depreende-se que o traço sonoro nas consoantes é distintivo em português, permitindo que se afirme que /p/ e /b/, /s/ e /z/, /t/ e /d/ são fonemas diferentes” (BISOL, 2014, p. 13).

Nesse sentido, Bisol (2014, p. 14) considera que os sons, de fato, realizados pelos falantes de uma língua, em toda sua diversidade, são apreendidos pela fonética. Sendo assim, a autora afirma que “a *fonologia* abstrai essa diversidade para captar o sistema que caracteriza a língua. Por tratar dos sons enquanto realidade diretamente apreendida, os estudos fonéticos podem auxiliar a *fonologia*”.

Com base nos pressupostos apresentados, consideramos a real ligação entre Fonética e Fonologia, de modo que está interpreta os resultados propostos por aquela. Sendo assim, a fonética é considerada, neste estudo, descritiva, enquanto que a fonologia desempenha um papel interpretativo no plano da expressão, distinguindo os fonemas, considerando a combinação destes para a formação de outras unidades, bem como a variação que apresentam, uma vez que considera que os segmentos não transportam significação por si mesmos.

Silva (2017, p. 23) aponta as quatro principais áreas de interesse da Fonética:

**Fonética articulatória:** Compreende o estudo da produção da fala do ponto de vista fisiológico e articulatório.

**Fonética auditiva:** Compreende o estudo da percepção da fala.

**Fonética acústica:** Compreende o estudo das propriedades físicas dos sons da fala a partir de sua transmissão do falante ao ouvinte.

**Fonética instrumental:** Compreende o estudo das propriedades físicas da fala, levando em consideração o apoio de instrumentos laboratoriais.

A Fonética articulatória fica encarregada de investigar o local no qual os sons se realizam no aparelho fonador, o qual constitui-se de sistema articulatório, sistema fonatório e sistema respiratório. Com isso, na descrição de determinado som, por exemplo, o [d] que aparece na palavra /dente/ trata-se de uma oclusiva dental vozeada. Ou seja, na realização da palavra /dente/ o lugar de articulação do som são os dentes superiores, o modo de articulação é oclusivo, o que significa que o véu palatino permanece elevado e há uma obstrução total da passagem de ar pela boca e, é vozeada, pois há a vibração das pregas vocais para a realização do som.

Com relação à Fonética Acústica, é uma área da Fonética que se ocupa com os estudos da acústica dos sons da fala, especificamente, a amplitude do som, sua duração, o espectro da onda sonora e a frequência, ou seja, aspectos físicos. Tal investigação realiza-se através de trajetórias de formantes, espectrogramas, gráficos e entre outros mecanismos. Além disso, a Fonética acústica propõe critérios para análise dos sons que são: amplitude e intensidade de uma onda sonora, frequência e comprimento de onda, fase de uma onda e representação espectral ou espectro de uma onda sonora. (BARBOSA e MADUREIRA, 2015).

Já a Fonética auditiva, de acordo com o glossário Ceale<sup>18</sup> “ocupa-se do estudo relativo ao modo como o ouvido humano processa a informação auditiva e pretende investigar o modo como ocorre o processamento do sinal acústico pelo cérebro do ouvinte.” Além disso, segundo

---

<sup>18</sup> Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) da UFMG. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/apresentacao> Acesso em: 20 de jan 2020.

Seara *et al* (2019, p. 18) “Essa linha da Fonética tenta entender como os sons são tratados no aparelho auditivo e como são decodificados pelo nosso cérebro. ” E, ainda, a Fonética instrumental que, com o apoio de equipamentos laboratoriais, analisa as propriedades físicas da fala. “Neste caso, a produção sonora será investigada com o auxílio de equipamentos tecnológicos e vai ser avaliada a partir de parâmetros acústicos. ” (SEARA *et al* 2019, p. 18)

É notório que todas as línguas do mundo são formadas por vogais e consoantes. As vogais e as consoantes possuem uma classificação segundo parâmetros articulatorios, para o estudo fonético e fonológico. As vogais classificam-se como segmentos vocálicos e as consoantes são classificadas como segmentos consonantais.

Os segmentos consonantais são formados a partir da obstrução total ou parcial da passagem do ar, enquanto que os segmentos vocálicos se formam através da livre passagem do ar pela boca. Ainda, as consoantes classificam-se pelo ponto de articulação, modo de articulação e vibração ou não das cordas vocais. Já as vogais são classificadas segundo a zona de articulação, quanto ao papel das cavidades oral e nasal, quanto à intensidade e quanto ao timbre.

Para o desenvolvimento deste estudo, ao que envolve a Fonética, intencionamos analisar a sequência de movimentos articulatorios que os participantes da pesquisa utilizaram para a realização do som da vogal /a/ em ambiente nasal. Do mesmo modo, nos beneficiamos dos pressupostos da Fonologia para explicar o processo que gera a mudança na realização dessa vogal por meio de uma regra, a qual procurará explicar o porquê a realização desse som acontece e o que condiciona essa variação na língua.

A área da Fonética, que observa os elementos físicos, interessa-se pelo estudo dos elementos articulatorios e fisiológicos da língua, especificamente, da posição em que os sons da fala são produzidos no aparelho fonador, “seu objeto está diretamente vinculado à manifestação da língua em sua materialidade” (CAVALIERE, 2005, p. 26)

De acordo com Seara *et al* (2019, p. 15), para um estudo fonético da fala podemos observar alguns aspectos específicos:

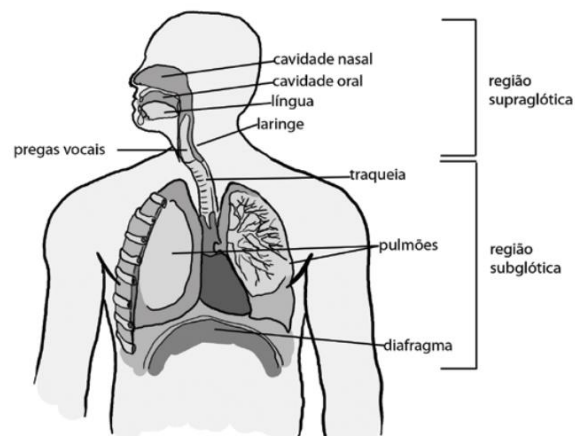
Podemos estudar a fala a partir da sua fisiologia, isto é, a partir dos órgãos que a produzem, tais como a língua, responsável pela articulação da maior parte dos sons da fala, e a laringe, responsável principalmente pela produção da de “voz”, que leva a distinção entre sons vozeados (sonoros) e não vozeados (surdos), por exemplo. Podemos também estudar a fala a partir de sons gerados pelos órgãos, chamados fonadores, com base nas propriedades sonoras (acústicas) transmitidas por esses sons. Podemos ainda examinar a fala sob a ótica do ouvinte, ou seja, da análise e processamento da onda sonora quando acontece a percepção dos sons, dando sentido àquilo que foi ouvido.

Ao emitir o som, o fazemos de maneira articulada a um processo complexo que envolve uma resposta do corpo à percepção do processamento das informações que pretendemos comunicar e que são enviadas de maneira instantânea ao sistema nervoso e cérebro, assim, compreende-se que a produção efetiva da fala não é função exclusiva de um único órgão do corpo humano. É a junção de diversos órgãos encarregados pelas necessidades substanciais humanas, como alimentação e respiração, que fazem com a fala seja, de fato, produzida. (MATEUS et al., 2005)

O aparelho fonador constitui-se dos órgãos responsáveis pela produção dos sons da fala. Nele estão incluídos traqueia, pulmões, brônquios e diafragma, constituindo a parte respiratória que permite a corrente de ar essencial para a produção dos sons. Além da parte fonatória que se constitui da laringe e faringe, as quais são responsáveis pela passagem do ar, bem como a parte articulatória que se constitui das cavidades oral e nasal, cavidades supraglóticas, as quais são responsáveis pela distinção que se faz entre cada um dos sons da fala.

Vejamos a seguir uma figura representativa do aparelho fonador humano:

Figura 15 - Aparelho fonador humano



Fonte: PARKER, 2007, p. 137

São necessárias três situações para que o som seja produzido, são elas: o fluxo de ar, a obstrução ao fluxo de ar e a caixa de ressonância. O fluxo de ar está relacionado ao funcionamento dos órgãos do sistema respiratório, pulmões, brônquios e traqueia. A sonoridade dada à fala é produzida pelas pregas vocais, as quais localizam-se na laringe. Neste local determina-se se haverá vibração ou não das pregas vocais, em outras palavras, obstrução ou não do fluxo de ar. A caixa de ressonância é formada pelo trato vocal, que se constitui em cavidades oral e nasal. Nessa caixa de ressonância são produzidos diversos sons, de natureza linguística

ou não, como o assobio que, no entanto, ainda que não possua significado linguístico possui valor semântico.

Na parte superior do trato vocal o fluxo de ar “encontra dois caminhos: a passagem oral, pela boca, e a passagem nasal, pela cavidade nasofaríngea e pelas cavidades nasais. O ar pode seguir um desses caminhos, ou ambos. Trata-se do processo oro-nasal” (CAGLIARI; MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 109)

A Fonética articulatória fica encarregada de investigar o local no qual os sons se realizam no aparelho fonador, o qual constitui-se de sistema articulatório, sistema fonatório e sistema respiratório. Com isso, na descrição de determinado som, por exemplo, o [d] que aparece na palavra /dente/ trata-se de uma oclusiva dental vozeada. Ou seja, na realização da palavra /dente/ o lugar de articulação do som são os dentes superiores, o modo de articulação é oclusivo, o que significa que o véu palatino permanece elevado e há uma obstrução total da passagem de ar pela boca e, é vozeada, pois há a vibração das pregas vocais para a realização do som.

Sobre a fonologia, Seara et al (2019, p. 15) afirma que:

A fonologia, no entanto, não está preocupada em descrever ou identificar as variantes no fluxo contínuo da fala. Sua preocupação é tratar de sons que distinguem o significado das palavras, além de organizar, postular regras e entender como se dá a variação na realização efetiva dos sons. [...] É consenso que a fala tem como principal objetivo o aporte de significado, mas para que isso ocorra, ela deve se constituir em uma atividade sistematicamente organizada. O estudo dessa organização, que é dependente de cada língua, é considerado Fonologia.

A menor unidade de análise fonêmica é o fonema. A oposição entre os fonemas é caracterizada pelos pares mínimos, e a variação expressa pela distribuição complementar é caracterizada por alofones. Conforme exposto por Silva (2017, p. 188) “do ponto de vista metodológico, o status de unidade teórica do fonema permite a segmentação do contínuo da fala”. Tal fato pode ser exemplificado pela palavra “casa” que possui quatro fonemas /'kaza/. Estas unidades, segundo Silva (2017) possuem “status independente na cadeia sonora”.

Conforme explicitado por Bisol (2014) as diversas teorias fonológicas surgiram com o objetivo de relacionar os níveis fonético e fonológico, bem como analisar e descrevem de que forma estão estruturados os sons da fala. Tais modelos estão agrupados em dois grandes grupos: os modelos lineares e não lineares, de modo que o modelo linear analisa a fala a partir de uma combinação de traços distintivos enquanto que os modelos não lineares se pautam na análise da

fala enquanto uma combinação hierárquica, disposta em diferentes camadas, funcionando em conjunto ou individualmente.

Em meados dos anos 60, Chomsky propôs a teoria gerativa clássica e, como isso, desenvolveu-se os estudos de fonologia gerativa. A proposta de Chomsky foi de determinar que os componentes sonoros da fala não poderiam ser o ponto principal de análise nos estudos linguísticos, mas sim os componentes sintáticos. Nesse sentido, Chomsky, por meio de seus estudos, desenvolveu a teoria das regras linguísticas, bem como as noções de competência/desempenho e gramática universal, a qual configura-se como a organização mental da linguagem que é compartilhada pela espécie humana.

Segundo explica Bisol (2014, p. 15) “as linhas gerais da teoria fonológica gerativa foram apresentadas por Chomsky e Halle, em 1968, com a publicação de *The Sound Pattern of English*”. Nessa teoria, Chomsky e Halle discorrem que o componente fonológico define-se como parte da gramática, de modo que atribui uma compreensão fonética para a descrição sintática. Deste modo “a gramática gera um número infinito de sentenças, cada uma delas com sua representação semântica e fonética. Portanto, a correspondência som-significado é definida pela gramática da língua” (BISOL, 2014, p. 16).

No modelo Chomsky e Halle, também é fundamental o fato de que esses dois níveis de representação – fonológico e fonético – são sistematicamente relacionados através de regras, que apagam, inserem ou mudam sons em dados contextos. Essas regras operam com base na informação da representação fonológica dos itens lexicais. Para cada palavra possível construída pela sintaxe, as regras fonológicas irão derivar, a partir da representação fonológica (subjacente), uma representação fonética. (BISOL, 2014, p. 17)

Isso significa que o falante possui uma representação fonológica e uma representação fonética de sua língua. A primeira diz respeito a parte abstrata da fala, ao traço distintivo, enquanto que a segunda indica o modo em que uma palavra é, de fato, realizada com suas características acústicas e articulatórias.

Acerca dos traços distintivos Bisol (2014, p. 17) destaca que “são propriedades mínimas, de caráter acústico ou articulatório, como “nasalidade”, “sonoridade”, “labialidade”, “coronalidade”, que, de forma coocorrente, constituem os sons das línguas”.

Chomsky e Halle, segundo Bisol, consideram que os traços fonéticos, em todas as línguas, são constituídos por conjuntos fixos e restritos. “Nesse sentido, pode concluir-se que a totalidade dos traços fonéticos representa as capacidades de produção de fala do aparato vocal humano” (BISOL, 2014, p. 17).

Mais recentemente, os estudiosos Clements e Hume (1995) contribuíram com a Geometria de traços, a qual baseia-se nos pressupostos da fonologia autosegmental e defende que a integração da estrutura interna dos segmentos é devida à existência de uma hierarquia entre os traços fonéticos destes segmentos, os quais podem compor e compartilhar uma mesma camada. Além disso, Clements e Hume (1995) desenvolveram a noção de traços em nós de classe para explicar a organização de vogais e consoantes, de modo que os nós terminais são valores de traços e os nós intermediários são constituintes.

Para Clements e Hume (1995) A maneira como as vogais e consoantes são organizadas é uniformemente distribuída em torno do estreitamento das cordas vocais como uma unidade básica. Com base nesta restrição, a estrutura de segmentação caracteriza a maioria das funções que as definem em termos de parâmetros de localização e grau de restrição. Nesse sentido, os traços de articuladores e seus dependentes determinam o local da contração, bem como os traços de articulador livre determinam o grau de contração.

*Os traços distintivos*, como unidade de descrição e análise da fonologia das línguas, têm servido como instrumento formal para mostrar a naturalidade do funcionamento dos sistemas linguísticos. Com a subdivisão dos segmentos em traços distintivos, foi possível verificar a *distância* entre segmentos com base na especificação dos traços compartilhados. Foi também possível estabelecer *classes naturais* de segmentos (ver seção 1.2.1.4). Além disso, pôde-se constatar que as *regras* se aplicam a classes de segmentos relacionados foneticamente e não a classes arbitrárias de segmentos. Com adequação, os traços distintivos formalizam as regras e comprovam a sua naturalidade. (BISOL, 2014, p. 28)

Bisol (2014) aponta que a divisão dos segmentos “em traços distintivos representou um dos avanços mais significativos na teoria fonológica”. É possível observar essa divisão na Fonética tradicional, uma vez que a classificação dos sons já é feita pelo ponto e modo de articulação, bem como pela sonoridade do segmento.

Ainda que a proposta de Chomsky e Halle (1968) represente um dos modelos mais completos para análises dos traços distintivos, alguns estudiosos em fonética e fonologia propuseram mudanças a ela, como por exemplo, explicitar o tipo de segmento que pode ocupar o pico da sílaba, relacionar consoantes labiais com consoantes labializadas e vogais arredondadas, observar além da binaridade dos traços fonológicos, uma vez que há possibilidade de quatro alturas fonéticas para a descrição das vogais, podendo haver línguas com quinta altura.

“Dois outros pressupostos muito criticados no modelo de Chomsky e Halle são a caracterização dos segmentos como colunas de traços distintivos desordenados e a relação de bijetividade entre o segmento e a matriz de traços que o identifica” (BISOL, 2014, p. 29).

Bisol (2014) destaca que para realizar a verificação da variação alofônica de uma língua é necessária a distinção entre traços distintivos e traços redundantes, de modo que os sons que possuem variações previsíveis são assim considerados devido à presença de um traço redundante como os sons de [tʃ] e [t] que, de modo geral, no português brasileiro, o primeiro tende a ocorrer diante de [i] e o segundo nos demais contextos vocálicos sem alterar o sentido da palavra. “No entanto, comparando-se o som [t] com outros do português, como [p] e [k], sua distribuição é imprevisível, pois todos eles podem ocorrer antes de todas as sete vogais da língua e seu emprego implica alteração de significado” (BISOL, 2014, p. 32).

A consequência de um traço ser redundante em uma língua é a internalização desse fato pelos falantes. Os falantes de português fazem uso de uma das variantes dos fonemas /t/ e /d/, aplicando a regra de palatalização sem dela tomar consciência, de tal modo que provavelmente a aplicarão também ao adquirirem outra língua. (BISOL, 2014, p. 32)

A fonologia gerativa propôs ainda a noção de classe natural, a qual é constituída quando se obedecem um ou mais desses parâmetros: “os dois segmentos submetem-se juntos às regras fonológicas; os dois segmentos funcionam juntos nos ambientes das regras fonológicas; um segmento é convertido em outro segmento por uma regra fonológica; um segmento é derivado no ambiente de outro segmento (como nos casos de assimilação)” (SILVA, 2017, p. 198).

Conforme exposto por Hyman (1975 *apud* SILVA, 2017, p. 199):

[...] as especificações dos traços são estabelecidas para fazerem afirmações específicas sobre as similaridades das classes de segmentos. Estas afirmações são confirmadas tanto por estudos fonéticos articulatórios e acústicos dos sons quanto pelos estudos fonológicos de línguas específicas.

De modo geral, o modelo proposto por Chomsky e Halle explica que as regras fonológicas devem ser aplicadas às classes de sons e não apenas a sons isolados, fato que possibilitou os estudos voltados à fonologia não linear, como a autossegmental, a métrica; a lexical; da sílaba e a prosódica.

Contudo, numa tentativa de aproximar a proposta da Fonologia Gerativa às regras naturais, Chomsky e Halle (1968) desenvolveram a Teoria da Marcação, propondo que os traços



distintivos passassem a ser caracterizados por “m” *marked* (marcado) e “u” *unmarked* (não marcado) em função dos traços pelos quais se compõem, ao invés de [+ ] e [- ] da proposta inicial.

Silva (2017, p. 199) explica que a Teoria da Marcação estabelecida por Chomsky e Halle (1968) “busca avaliar o conteúdo intrínseco dos traços distintivos. [...] o objetivo da nova proposta é descrever e formalizar os parâmetros “mais naturais” dos sistemas fonológicos”.

A Teoria da Marcação permite que o modelo de fonologia gerativa padrão possa formalizar não apenas a naturalidade dos segmentos e sistemas consonantais e vocálicos, mas também a postulação de regras fonológicas “naturais”. Tais regras têm por objetivo distinguir generalizações linguisticamente significativas daquelas que são irrelevantes aos sistemas fonológicos. (SILVA, 2017, p. 200)

Com o objetivo de mudar o foco teórico e detrimento de um modelo mais natural, surgiram os modelos teóricos da Fonologia Gerativa Natural e Fonologia Natural, com o intuito de “formalizar o comportamento linguístico dos sistemas sonoros” (SILVA, 2017, p. 200).

Vennemann (1972a, 1972b, 1973) e Hooper (1972, 1976) são os precursores do modelo teórico referente à Fonologia Gerativa Natural. De acordo com o proposto pelos autores, o “componente fonológico deve ocupar-se com a transparência e com a motivação fonética e regular. Todas as outras regularidades devem ser tratadas com informação do componente morfológico, buscando-se a evitar soluções abstratas” (SILVA, 2017, p. 201).

Vennemann e Hooper desenvolvem duas categorias para as regras fonológicas, a primeira condiz com as regras motivadas foneticamente e, a segunda, as regras não – produtivas. Silva (2017, p. 201) apresenta um exemplo de cada uma destas regras, no português brasileiro:

Um exemplo de regra motivada foneticamente em português é a palatalização de oclusivas alveolares t/d quando seguidas da vogal [i] e variantes (nasal e glide).

[...] O segundo tipo de regras é não-proditivo. Exemplo deste tipo de regra é a formação de plural em “ão” (cf. “capitão; nação; cidadão”). Não há regularidade nestas regras e propõe-se, portanto, que estas sejam tratadas de maneira distinta das regras motivadas foneticamente.

De modo geral, a Fonologia Gerativa Natural surgiu com a proposta de estabelecer princípios que norteiam as regras motivadas foneticamente e as não-produtivas, além de “investigar se as restrições sequenciais devem ser definidas em termos dos morfemas”. A Fonologia Natural se difere da Fonologia Gerativa Natural, pois “tem por objetivo caracterizar a “naturalidade” das representações e processos fonológicos” (SILVA, 2017, p. 201).

Para Chomsky e Halle (1968), a sílaba é considerada “uma unidade presente na especificação dos contextos das regras fonológicas, Venemman e Hooper propõem que a sílaba seja incorporada à teoria fonológica” (SILVA, 2017, p. 201). E, justamente, por isso que houve essa mudança de foco com relação aos pressupostos teóricos da Fonologia Gerativa Padrão, Fonologia Gerativa Natural e Fonologia Natural.

A sílaba passa a ser compreendida, nestes modelos, e constitui-se como parte principal da análise do som. “Em tais modelos, há diferentes níveis de representação para os segmentos e para os constituintes silábicos. Os diferentes níveis de representação interagem entre si” (SILVA, 2017, p. 201).

Esses breves apontamentos, acerca das principais correntes teóricas da Fonologia e seus precursores é grande relevância para entendermos o funcionamento e evolução dos estudos sobre os sons da fala.

No tópico seguinte serão discutidas as vogais orais e nasais do português brasileiro, como o objetivo de identifica-las, bem como fundamentar as análises deste estudo.

#### **4.2 As vogais orais e nasais**

As vogais orais do Português brasileiro são classificadas conforme sua posição, podendo ocorrer de acordo com posicionamento da língua e abertura/fechamento da mandíbula. Os sons das vogais orais são naturalmente vozeados, pois as pregas vocais apresentam vibração e não há nenhum instrumento que faz a obstrução da passagem do ar. “Normalmente, segmentos vocálicos são vozeados, isto é, durante sua produção as cordas vocais estão vibrando” (SILVA, 2017, p. 71).

Entretanto alguns segmentos vocálicos podem ser realizados com uma característica de desvozeamento, a qual Silva (2017) denomina de “propriedade articulatória secundária de desvozeamento”. Neste caso, de acordo com Silva (2017, p. 71) “as cordas vocais não vibram durante a produção da vogal. [...] em português geralmente ocorre em vogais não acentuadas em final de palavra, como por exemplo as vogais finais das palavras “pata”, “sapo”, “bote”.

Silva (2017, p. 72) aponta ainda que os segmentos vocálicos podem ser divididos em tensos ou frouxos. O primeiro é produzido com maior esforço muscular em relação ao segundo, o qual ocorre, no português brasileiro, em vogais átonas finais, como em “patu”, “safari”.

De acordo com Silva (2017) os ditongos normalmente são classificados enquanto uma sequência de segmentos. Esta sequência ora apresenta característica fonética de segmento vocálico, ora de segmento consonantal. No português brasileiro, segundo a autora, os glides são classificados como segmentos vocálicos.

Do ponto de vista fonético o que caracteriza um segmento como vocálico ou consonantal é o fato de haver ou não obstrução da passagem da corrente de ar pelo trato vocal. Segmentos vocálicos apresentam a passagem livre da corrente de ar. Segmentos consonantais apresentam obstrução ou fricção. Glides podem apresentar características fonéticas de segmentos vocálicos ou consonantais. É a função dos segmentos na estrutura sonora que justifica a análise mais adequada para os glides em cada língua em particular. Em português, classificamos os glides como segmentos vocálicos. (SILVA, 2017, p. 73)

No quadro a seguir podemos observar a representação do parâmetro das articulações e a nomenclatura das vogais do Português brasileiro:

Quadro 1 - Parâmetros articulatórios e nomenclatura das vogais

<b>Parâmetro articulatório da vogal</b>	<b>Nomenclatura fonética para o padrão articulatório</b>
Altura da língua	Vogais baixas, médias e altas
Avanço da língua	Vogal anterior
Retração da língua	Vogal posterior
Arredondamento dos lábios	Vogais arredondadas
Estiramento dos lábios	Vogais não arredondadas
Abertura do véu palatino	Vogais nasais
Fechamento do véu palatino	Vogais orais








Fonte: Dias (2021)

Com relação ao parâmetro articulatório de altura da língua, no Português brasileiro, existem três posições para as vogais, nas quais a língua movimenta-se verticalmente, que são as vogais baixas, médias e altas. Já os parâmetros articulatórios de avanço e retração da língua relacionam-se ao modo em que ela se movimenta no sentido horizontal, ou seja, se é um movimento anterior, quando a língua se movimenta para frente, se é um movimento central, quando a língua permanece no centro ou se é um movimento posterior, quando a língua se movimenta para trás.

Os parâmetros articulatórios de arredondamento e estiramento estão relacionados à posição dos lábios durante a realização de determinada vogal. Quando os lábios se encontram na posição arredondada, produzirão o som das vogais arredondadas [ɔ], [o] e [u], já quando

estiverem estirados, produzirão o som das vogais não arredondadas [ɛ], [e], [i] e [a]. Vamos observar o quadro abaixo que faz uma representação desse parâmetro articulatório:

Quadro 2 - Movimentos dos lábios na produção das vogais

Vogais	Movimentos dos lábios
[ɔ]	
[o]	
[u]	
[ɛ]	
[e]	
[i]	
[a]	

Fonte: Dias (2021) adaptado da internet<sup>19</sup>.

<sup>19</sup> Adaptação realizada pela autora, Dias (2021), de acordo com ilustração disponível em: <https://www.espacoeducar.net/2011/07/jogo-da-memoria-das-vogais-fonico.html> Acesso em 05 de dezembro de 2021.

Quando o véu palatino está levantado serão produzidas as vogais orais. No quadro a seguir podemos observar a representação das vogais tônicas orais do Português brasileiro:

Quadro 3 - Vogais tônicas orais

	anterior		central		posterior	
	arred.	não arred	arred.	não arred	arred.	não arred
Alta	i				u	
média-alta	e				o	
média-baixa	ɛ				ɔ	
baixa			A			

Fonte: SILVA, Thaís Cristófaró *et al.* Fonética Acústica: os sons do português brasileiro. Editora Contexto, 2019.

Com relação à duração de realização de um segmento vocálico Silva (2017, p. 70) considera que “a duração é uma medida relativa entre segmentos”, isso significa que só pode ser medida se comparada a outro segmento vocálico, uma vez que não há um padrão para tal realização.

### 4.3 As vogais nasais

A nasalidade é uma característica que ocorre, em se tratando de termos articulatorios, quando a passagem nasofaríngea está aberta e uma parte do ar passa pela glote, encontra o véu palatino abaixado e desvia-se para a cavidade nasal, criando, desta forma, uma bipartição em que derivam-se os sons nasais ou nasalizados.

Com relação às vogais nasais, alguns linguistas estruturalistas reconhecem-nas como fonemas diferentes dos fonemas das vogais orais (HEAD, 1964; PONTES, 1972; BACK, 1973) de modo que o que as diferencia é o traço de nasalidade, ocorrendo, então um contraste e oposição fonêmicos, como em “m[a]ta – m[ã]ta”.

Apesar de a pronúncia nasal da vogal ser uma característica da língua, a questão de saber se a vogal nasal, de fato, existe na Língua Portuguesa é controversa. Essa característica também ocorre em outras línguas, como no francês sob uma variedade de condições fonológicas. “Nas demais línguas românicas, o que a fonética apurada registra é uma leve nasalização de uma vogal em contato com uma consoante nasal da sílaba seguinte, no mesmo vocábulo” (CÂMARA JR. 1970, p. 36)

Câmara Jr. (1986 apud Seara, 2000, p. 32) estabelece dois tipos de nasalidade vocálica para o português brasileiro:

[...] uma caracterizada por uma emissão nasal das vogais, de natureza fonológica, e outra que ocorre por uma possível nasalização meramente mecânica e fonética em que o falante tende a antecipar o abaixamento do véu palatino, necessário à emissão da consoante nasal da sílaba seguinte. Nesse caso, a vogal precedente nasaliza-se, não havendo oposição lingüística entre a vogal nasalizada e a vogal sem qualquer nasalização.

Segundo proposto por Câmara Jr. (1977, 1985 e 1991) existem vogais nasais no português brasileiro e as descreve como “um grupo de dois fonemas que se combinam na sílaba: vogal abafada e elemento nasal”. Esse grupo de dois fonemas, Câmara Jr. (1967) afirma que é uma junção de uma vogal fechada ou semifechada mais uma consoante nasal reduzida em um segmento de transição homorgânico à consoante seguinte.

De acordo com Botelho (2007, p. 58)

Para Câmara Jr. não existe vogal nasal pura, pois “a vogal nasal só se impõe numa língua em que haja contraste distintivo entre vogal nasal e vogal mais consoante nasal” (Câmara Jr., 1977), como em francês, em que se verifica /bõ/ para “bon” e /boN/ para “bonne”. Certamente, Câmara Jr. não atentou para a existência dos nomes próprios “Nilsonmar”, “Annelise” e “Polímnia”, em que não há a opção de se pronunciar as vogais destacadas se não evidenciando o seu caráter nasal, à semelhança do que ocorre naquela forma do francês, citada por ele, e em muitas outras como: “omnia”, “annonce” e “innocent”.

Câmara Jr. considera, portanto, que a nasalidade vocálica do português pode ser entendida como um processo mecânico fonético ou como uma realização fonológica. No caso do processo nasalidade fonética, o autor afirma que é a junção de uma vogal que assimila a nasalidade da consoante, como em “ano, cima, uma, tema”. Já o processo de nasalidade fonológica ocorre uma “nasalação que se opõe distintivamente à não-nasalação”, como em “juta – junta, mato – manto, cito – cinto” (CÂMARA JR., 1970, p. 37).

O português tem como característica própria ser bastante nasalizado. Nesse sentido, Cristóvão Silva *et al* (2019, p. 110) afirma que no PB, “as vogais podem ser nasais ou nasalizadas”.

A autora afirma que “as vogais nasais ocorrem em final de sílaba ou seguidas de uma consoante oral na sílaba seguinte. [...] As vogais nasalizadas, por outro lado, podem ocorrer como nasais ou orais e são sempre seguidas de uma consoante nasal na sílaba seguinte”. (CRISTÓFARO SILVA *et al* 2019, p. 110).

Cristóvão Silva (2011) propôs a seguinte separação para esse processo: nasalidade, que são as vogais nasalizadas em contexto tautossilábico; e nasalização que são as vogais nasalizadas em contexto heterossilábico. Acerca da nasalidade, a autora afirma que:

[...] fenômeno em que uma vogal nasal tem a propriedade obrigatória de ressonância na cavidade nasal. [...] Vogais nasais são seguidas de uma consoante oral – como em [‘sântU] santo ou [‘lĩdU] lindo – ou ocorrem em fim de palavra – [‘sĩ] sim ou [‘tõ] tom. Vogais nasais ocorrem em posição tônica ou átona em português. (SILVA, 2011, p. 157).

É importante destacar, também, o que propõe Cristóvão Silva (2011) sobre a nasalização.

[...] fenômeno em que uma vogal nasal tem a propriedade opcional de ressonância na cavidade nasal. [...] Vogais nasalizadas são seguidas de consoantes nasais, como em [‘kãma] cama [‘pẽna] pena, e ocorrem em posição tônica ou átona. Foneticamente, a nasalidade diz respeito ao parâmetro fonético-articulatório que define a vogal produzida com abertura vélica e, portanto, com ressonância na cavidade nasal. (SILVA, 2011, p. 157).

A seguir vejamos a tabela de identificação das vogais nasais proposta por Cristóvão Silva *et al* (2019, p. 110):

Quadro 4 - Vogais nasais do Português brasileiro

	Anteriores	Central	Posteriores
Altas	ĩ		ũ
Médias	ẽ		õ
Baixas		ẽ	

Fonte: (CRISTÓFARO SILVA *et al* 2019, p. 110)

Tendo por base um levantamento elaborado por Abaurre e Pagotto (2002) existem contextos que favorecem a nasalização das vogais que se encontram em contexto heterossilábico no português brasileiro. Os autores esclarecem que a nasalidade pode ser favorecida pelas vogais acentuadas como em [‘vamos]; além disso, afirmam que a nasalidade sempre ocorre quando a vogal vem seguida de uma consoante palatal, como em “ganhou”. Nos

demais casos, como as consoantes labiais e as dentais, ocorre uma variação, de modo que as consoantes dentais estão mais propícias a favorecer a nasalidade do que as consoantes labiais.

Partindo dessa premissa, Abaurre e Pagotto (2002, p. 514), salientam que “parece haver uma hierarquização na assimilação da nasalidade segundo o ponto de articulação, do mais posterior para o mais anterior: palatais > dentais > labiais.

Nas palavras de Freitas et al (2018, p. 58) com relação à Fonética, o processo das vogais nasais está ligado à assimilação dos contextos vizinhos como por exemplo na palavra “canoa” ~ c[ã]noa, em que a pronúncia da vogal [a] sofre uma nasalização antes de sua completa articulação, fazendo com que essa vogal seja percebida como nasalizada, tal percepção mais presente no contexto tônico do que no átono”.

Com relação às características acústicas das vogais nasais, a discussão gira em torno dos seguintes argumentos: A vogal pode se tornar nasal devido à uma consoante nasal que é adicionada à vogal; ou a outra possibilidade é que as vogais sejam nasais por si só. Cristóforo et al (2019) consideram que existem dois ressoadores responsáveis pela produção das vogais nasais que são as cavidades oral e nasal. A relação entre essas duas cavidades é que irá determinar as diferenças na realização das vogais nasais e orais.

Ainda acerca de uma perspectiva acústica, a vogal nasalizada em português passa por três fases relacionadas ao movimento do véu palatino, segundo Barbosa e Madureira (2015, p. 474):

Esse movimento começa no início da vogal ou um pouco depois de seu início, o que produz acusticamente, uma fase oral; em seguida, o véu palatino abaixa consideravelmente (mas com grau maior para as vogais mais baixas e menor para as vogais mais altas), produzindo a porção propriamente de vogal nasalizada; por fim, os articuladores do trato oral realizam a constrição relativa ao som seguinte com o véu subindo, produzindo uma consoante de baixa amplitude cujo ponto de articulação é aquele relativo à constrição no trato oral (um [n] em *canto*, um [m] em *campo*, um [N] em *canço*) (BARBOSA; MADUREIRA, 2015, p. 474).

As vogais nasais e nasalizadas são formadas por diversas características acústicas. Para as vogais nasais as características dividem-se em: formantes nasais, amplitude, a frequência dos formantes, os antiformantes, o murmúrio nasal, os momentos acústicos e a duração. Já para as vogais nasalizadas, as características a serem observadas são as mesmas das vogais nasais, com exceção para o murmúrio nasal.

Segundo Seara (2000, p. 28):

Os segmentos nasais podem ser caracterizados de diferentes maneiras. Diversos estudos tentam encontrar as pistas que melhor caracterizem estes



segmentos. Entre as diferentes formas de caracterização acústica de nasais, temos a extração de medidas de frequência de anti-ressonâncias (teoricamente a anti-ressonância pode ser usada para identificar o ponto de articulação de consoantes nasais).

Seara (2000) ainda afirma que outra maneira de caracterizar uma vogal nasal é por meio do formante nasal. “Uma das diferenças na função do trato vocal entre um segmento nasal e um não-nasal é, em geral, a maior largura-de-banda do primeiro formante do segmento nasal” (SEARA, 2000, p. 28).

No capítulo seguinte traremos alguns apontamentos que norteiam as pesquisas Sociolinguística, com o objetivo de mostrar os caminhos percorridos neste estudo e auxiliar como um aporte em pesquisas futuras, no sentido de difundir os pressupostos teóricos e metodológicos da área.

## CAPÍTULO V

### PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Os pesquisadores em Sociolinguística muito têm se empenhado em desenvolver os estudos com um importante rigor metodológico e, por isso, pensar sobre os métodos de um estudo nesta área é fundamental, pois traz relevância para o trabalho sociolinguístico como um todo, bem como, o institui como um aporte científico, uma vez que mostra os caminhos que foram e/ou que devem ser percorridos no desenvolvimento de um estudo acadêmico.

Com base nas considerações apresentadas, o objetivo principal deste trabalho consiste em mostrar a nasalidade e oralidade vocálica em ambiente nasal, em uso nas Comunidades Afro-Brasileiras no município de Barra do Bugres e Poconé em Mato Grosso, com enfoque para a vogal central baixa [a]. O processo linguístico em foco possui uma característica fonológica do falar regional em que os falantes optam pela realização da oro-nasalidade vocálica de [a] em contexto nasal, com muitas ocorrências nas entrevistas e, por isso chamou muito a atenção.

Nesse sentido, procuramos, nesta seção, trazer observações acerca dos métodos que envolvem/envolveram esta pesquisa em Sociolinguística baseados nos pressupostos de Labov (2008 [1972]), da mesma maneira que pretendemos apresentar os objetivos e hipóteses que permitiram a evolução e escritura da tese.

#### 5.1 Breve incursão sobre a pesquisa Sociolinguística

Em sua obra “A pesquisa Sociolinguística”, Fernando Tarallo propõe uma discussão acerca da relação entre teoria, método e objeto, e como essa relação pode explicar (ou complicar, segundo o autor) “os caminhos a serem trilhados na pesquisa”, de modo que o estudo siga um percurso coerente e lógico.

Existem muitos obstáculos na realização de uma pesquisa científica. No entanto, a utilização de métodos bem delineados contribui para a realização de um estudo efetivo e esse fato responderia o questionamento feito por Tarallo. Cada pesquisa baseia-se em um pressuposto teórico, o qual possui seu próprio procedimento metodológico que mostra quais caminhos o pesquisador deve seguir para chegar em um resultado confiável. Nesse sentido, entende-se que a metodologia de um trabalho é considerada como um grupo de normas que

norteiam o desenvolvimento e condução do estudo científico, com o objetivo de que os resultados obtidos estejam em sintonia com a teoria.

Em vista disso, discutir os fundamentos teóricos e os procedimentos metodológicos é de grande importância para que possamos conduzir as discussões acerca das análises que virão posteriormente.

Na pesquisa Sociolinguística, especialmente, à que se refere à variação, é de suma importância que o pesquisador assuma a heterogeneidade como um fator verdadeiro da língua e que a reflète como o uso em seu contexto social, mesmo porque seu objeto de pesquisa é o fato linguístico. Por esse motivo, o pesquisador em Sociolinguística, ao se aproximar da comunidade de fala, da qual seu processo linguístico de investigação faz parte, deve também refletir acerca da heterogeneidade que os falantes desse grupo manifestam em seu falar, ou seja, deve levar em consideração que, ainda que os falantes façam parte da mesma comunidade e compartilhem dos mesmos costumes, não utilizarão exatamente a mesma maneira de falar, o que Tarallo (1985) chamou de “caos linguístico”. “[...] o “caos” basicamente se configura como um campo de batalha em que duas (ou mais) maneiras de dizer a mesma coisa (doravante chamadas de “variantes linguísticas”) se enfrentam em um duelo de contemporização” (TARALLO, 1985, p. 05).

Convém, então destacar, que chamamos de variante toda a forma de dizer a mesma coisa em uma mesma situação e/ou contexto de fala, com o mesmo sentido e, o conjunto dessas variantes chamamos de variável.

Em vista disso, cabe ao pesquisador refletir sobre a variável que deseja investigar justificando seu interesse nesse processo e faz uma minuciosa coleta de dados que deve representar a fala da comunidade. Sobre a decisão da variável e suas variantes a serem analisadas, Oushiro (2014, p. 151) afirma que “tais decisões devem ser tomadas em consonância com as questões que norteiam a pesquisa, em diálogo com a literatura relevante e, de acordo, com os dados disponíveis ao pesquisador”.

Para realizar a coleta desses dados, o pesquisador pode fazer pesquisas de campo, para as quais vai diretamente à comunidade e realiza entrevistas, com propostas de questionários elaborados previamente por ele mesmo, ou com questionários elaborados por outros pesquisadores ou projetos de pesquisas. Também pode desenvolver as entrevistas com conversas livres, entre outras diversas maneiras possíveis, com o objetivo de gravar e/ou obter as falas dos indivíduos desse grupo.

De acordo com Tarallo (1985, p. 10), o pesquisador deve realizar um “levantamento exaustivo de dados de língua falada, para fins de análise, dados estes que refletem mais fielmente o vernáculo da comunidade”.

Esse levantamento exaustivo a que o autor se refere está relacionado à concepção quantitativa da Sociolinguística Variacionista, uma vez que o pesquisador deve ter em mãos muitas entrevistas, com uma boa diversidade de indivíduos participantes. Isso é importante para que, posteriormente, nas análises, os dados sejam contrastados com a teoria e suas hipóteses sejam confirmadas ou, caso sejam refutadas, possam surgir novas pressuposições.

Para a análise sociolinguística que segue esse feito é necessária uma enorme quantidade de dados. Como o modelo é de natureza quantitativa, a representatividade do *corpus* (isto é, do material selecionado para análise) será sempre avaliada em função da variável estudada e com base nos objetivos centrais do estudo em questão. (TARALLO, 1985, p. 20)

Com o propósito de analisar essa variável, em seguida, é importante que seja feita a transcrição dos dados coletados. Cada pesquisador escolhe o melhor método para realizar sua transcrição e isso também deverá ser decidido com base nas questões norteadoras da pesquisa e, propriamente, considerando o processo em estudo. O pesquisador pode optar por transcrever, por exemplo, apenas o processo em análise e escolher o grafema em que ocorreu esse processo ou ainda optar por transcrever o lexema caso prefira e/ou o contexto exija.

Em seguida, é necessário sistematizar esses dados em uma planilha, distribuindo todas as informações em linhas e colunas. Nas quais, as colunas devem ser preenchidas com as variáveis que o pesquisador pretende analisar e as linhas com as variantes.

Sobre esta etapa do processo de investigação, Tarallo (1985, p. 10) afirma que: “Tal sistematização consiste em análise dos possíveis fatores condicionadores (linguísticos e não linguísticos) que favorecem o uso de uma variante sobre a outra.” Tarallo (1985, p. 10) considera que é importante sistematizar também o “encaixamento da variável no sistema linguístico e social da comunidade”, nesse sentido o autor propõe que o pesquisador analise “em qual nível linguístico e social da comunidade a variável pode ser colocada”.

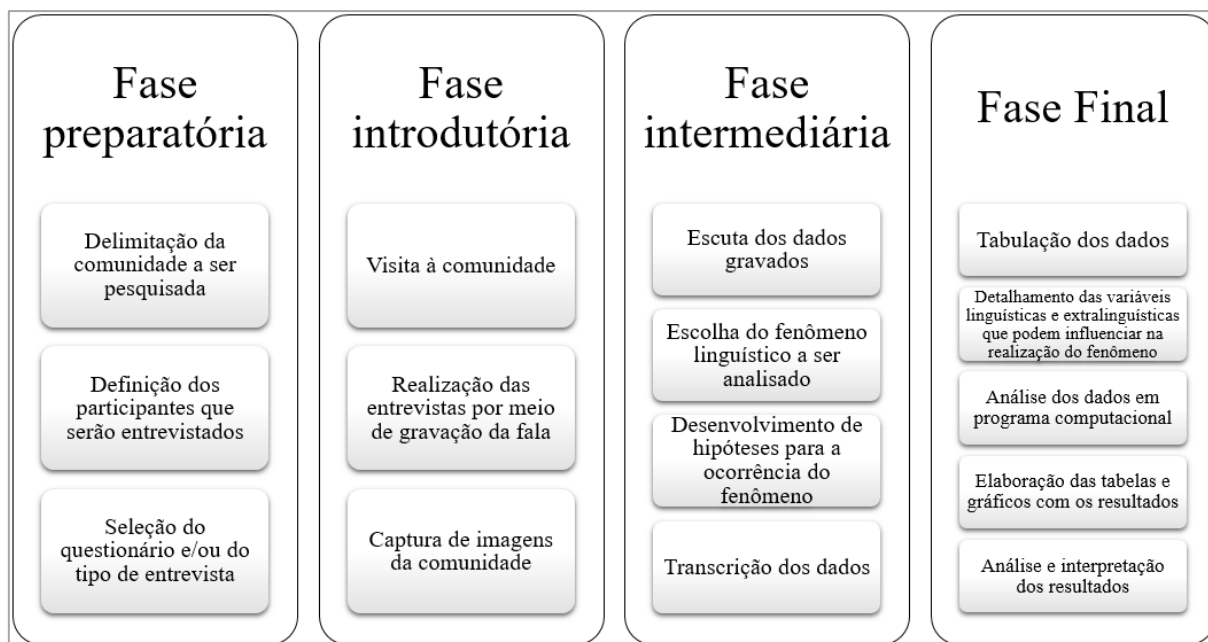
No nível linguístico consideram-se os fatores que se relacionam à análise da estrutura dos dados, especificamente, aspectos semânticos, morfológicos, sintáticos, fonológicos, entre outros. Já no nível social da comunidade, o pesquisador deverá considerar elementos de cunho social, como a idade/ faixa etária do participante, sexo/ gênero, região em que vive e/ou nasceu, entre outros fatores.

Para lidar com a língua, temos de olhar para os dados da fala cotidiana o mais perto e diretamente possível, e caracterizar seu relacionamento com as teorias gramaticais do modo mais acurado que pudermos, corrigindo e adequando a teoria para que ela se ajuste ao objeto visado. Podemos, assim, reexaminar os métodos que temos empregado, numa investigação que fará crescer enormemente o nosso entendimento do objeto que estamos estudando. (LABOV, 2008. P. 236)

Feito isso, faz-se a análise de acordo com os fatores condicionadores que motivaram ou restringiram a variação do processo, observando cautelosamente que a variação não precisa, necessariamente, estar associada a um caso de mudança linguística. “A mudança, ao contrário, pressupõe a evidência de estado de variação anterior, com resolução de morte para uma das variantes” (TARALLO, 1986, p. 11).

Com efeito de sistematizar o processo pelo qual perpassa uma pesquisa em Sociolinguística, elaboramos um quadro que delineia esse percurso.

Quadro 5 - O percurso da pesquisa Sociolinguística



Fonte: Dias (2021)

Ainda que os processos que envolvem a pesquisa estejam descritos separadamente, cabe destacar que não são, necessariamente, autônomos e fechados em práticas isoladas. O desenvolvimento da pesquisa é composto por idas e vindas, novas conjecturas, relação com a evolução da teoria e interação entre as etapas, considerando inclusive a revisão da literatura escolhida.

No desenvolvimento de uma pesquisa, muitos fatores podem influenciar e acarretar mudanças de direções, de escolhas. Diante do contexto deste estudo, algumas dificuldades foram enfrentadas. Não foi possível que fizéssemos uma pesquisa a campo. Por isso, optamos por utilizar fontes de dados já existentes, o que possibilitou a viabilização da pesquisa.

Destacamos que, em virtude de estudo anterior, já conhecíamos as regiões foco nesta tese, portanto, imaginávamos a riqueza de variedades linguísticas que o material poderia oferecer. Nesse sentido, no tópico seguinte apresentamos o *corpus* de análise deste estudo, com uma breve descrição dos municípios de Poconé e Barra do Bugres.

## 5.2 Transcrição e quantificação dos dados

Com o material selecionado para análise, partimos para a transcrição das entrevistas. Como o que nos interessava eram as ocorrências de /a/ em ambiente nasal, fizemos apenas a transcrição dos itens lexicais que figuravam esta característica, como por exemplo, o participante produziu a sentença “as festa di sántu é uma tradição nossa qui..”, entretanto passamos para a transcrição apenas as lexias “sántu” e “tradição”, pois, nesse caso, são as únicas palavras que possui a vogal [a] em ambiente nasal.

Em seguida, fizemos uma tabulação dos dados em planilha no Excel<sup>20</sup> dividindo as variantes nas linhas e as variáveis nas colunas que foram dispostas, então: com os itens lexicais que são as palavras com a característica de presença da vogal central baixa em contexto nasal; com os dados dos participantes descritos pelo nome; com os fatores sociais explicitados pela faixa etária, gênero e comunidade em que reside e; com os fatores linguísticos representados pelos contextos fônicos precedentes e seguintes, tonicidade da sílaba em que ocorre o processo, intensidade dos processos que ocorreram em sílabas átonas, posição na sílaba e classe morfológica do item lexical, que consideramos condicionadores para a ocorrência do processo.

Posto isso, observamos os resultados obtidos nas células para termos ideia de como as variantes estavam se comportando em relação aos demais fatores condicionadores. Além disso, confrontamos os índices com a intenção de identificar quais dos contextos produzem a ação que faz com que a variante diminua ou aumente em cada uma das situações, para então prosseguirmos com as análises, propriamente.

---

<sup>20</sup> Após realizar a transcrição, para que o arquivo seja lido pelo R, é necessário converter o formato do arquivo em Excel de .xlsx para .csv.

Para realizar a análise dos dados estratificados, os estudos em Sociolinguística têm utilizados programas de linguagem computacional. De acordo com Monteiro (2000, p. 96):

A entrada do programa computacional será, por conseguinte, um arquivo de dados associado a um outro de especificação dos fatores. E, somente após uma verificação completa da codificação das ocorrências, no sentido de se eliminarem os possíveis erros, poderão ser efetuados os cálculos de frequência, criando-se então um arquivo de células, imprescindível para a análise da variação, em que serão indicados os percentuais de frequência para todos os fatores.

A Sociolinguística tem utilizado, em seus procedimentos de análise, a técnica de amostragem aleatória estratificada, a qual consiste na divisão da população<sup>21</sup> em células sociais ou grupos de interesse. Nessas células, todos os falantes pertencem ao mesmo grupo e, portanto, possuem a mesma chance de serem selecionados. “Esse padrão de amostragem, por hipótese, confere confiabilidade e replicabilidade às análises” (FREITAG, 2018, p. 668).

Nesta tese, para a realização da análise utilizamos a linguagem R<sup>22</sup> por meio da interface do RStudio<sup>23</sup>. Esta linguagem de programação foi responsável pela manipulação, análise e visualização de dados. Neste ambiente, foi possível realizar diversas formas de manipulação dos dados, o que possibilitou as análises estatísticas e gráficos.

Após o download e instalação dos programas, em sistema operacional Windows, foi criado um ícone de atalho do RStudio na área de trabalho para facilitar o acesso. Ao clicar no ícone do programa, aparece a tela inicial que é responsável por receber os comandos para análise. Abaixo apresentamos a janela inicial do RStudio.

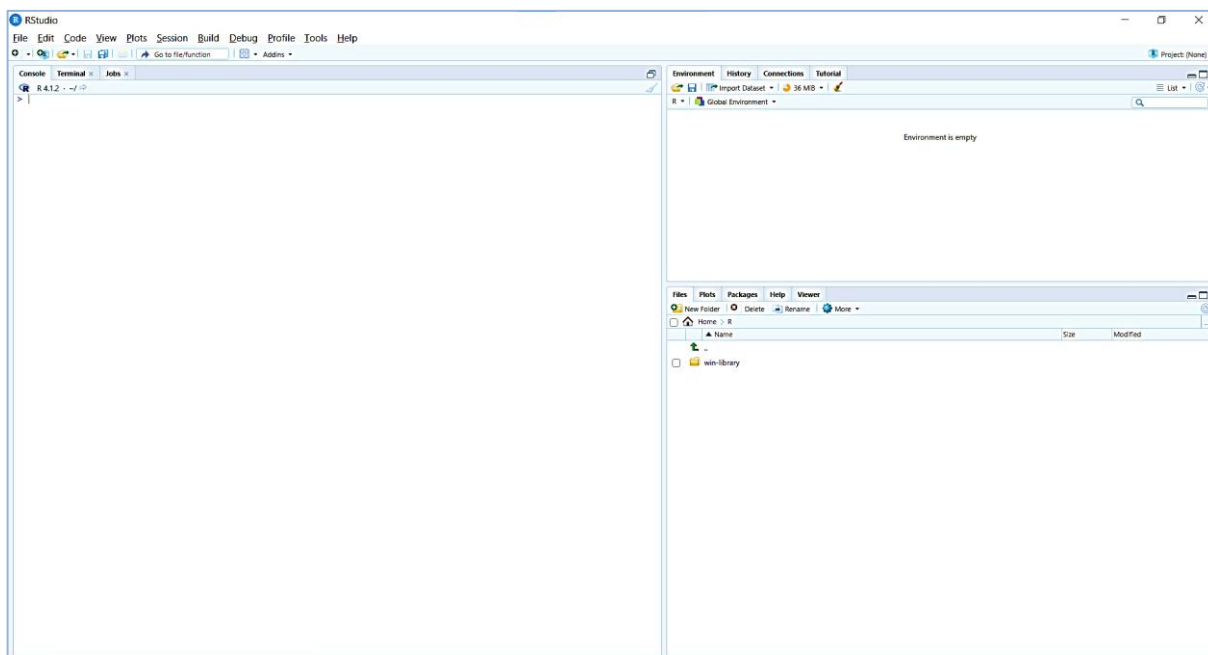
---

<sup>21</sup> O termo “população” refere-se ao conjunto total de participantes de uma pesquisa Sociolinguística.

<sup>22</sup> O programa R foi obtido na página do projeto: <http://www.r-project.org>. Ao acessar a página, deve-se escolher o sistema operacional do computador em que o programa será instalado (Windows, Mac ou Linux) e, então, realizar o download gratuito e instalá-lo no computador.

<sup>23</sup> O RStudio foi obtido na página: <https://www.rstudio.com/products/rstudio/download/>. Ao acessar a página deve-se observar a versão mais recente do programa e, então, realizar o download gratuito e instalá-lo no computador.

Figura 16 - Janela inicial do RStudio



Fonte: RStudio (2021).

O símbolo “>”, localizado no canto superior esquerdo da janela, no espaço no console, representa o local em que serão descritas as instruções que o R deverá receber para realizar a leitura dos dados. Nessas instruções utilizamos funções e argumentos que expressam, exatamente, o que o R deverá fazer com os dados. Os argumentos são apresentados, no R, entre parênteses e, caso haja mais de um argumento, eles serão separados pela vírgula. Por exemplo, no comando “str(x)”, a função “str” fornece uma visão global sobre o conjunto de dados do vetor<sup>24</sup> “x”, ou seja, informa o número de linhas e colunas, indica o nome, o tipo e os primeiros dados de cada variável.

Usa-se o R para tornar algum processo automático ou para não repetir algum comando diversas vezes. Por exemplo, se quisermos utilizar um determinado cálculo mais de uma vez, podemos guardar o resultado dentro de uma variável e assim evitar a repetição. Para atribuir um valor a uma variável utilizamos o símbolo “<-“ ou “=”. Por exemplo, se quisermos atribuir o valor de 7+6 a uma determinada variável, podemos realizar o comando da seguinte maneira: `x <- 7+6`. Nesse exemplo, o “x” representa uma variável, ou seja, o resultado de 7+6. Então “x” é igual a 11. No R existem seis tipos de variáveis com especificidades diferentes, no entanto, para as análises em Sociolinguísticas, as mais utilizadas são: as variáveis inteiras, nominais, ordinais e numéricas.

<sup>24</sup> “Vetores são a estrutura de dados mais básica do R. São sequências de dados de um mesmo tipo (numérico, de caracteres, ou lógico)” (OUSHIRO, 2017).



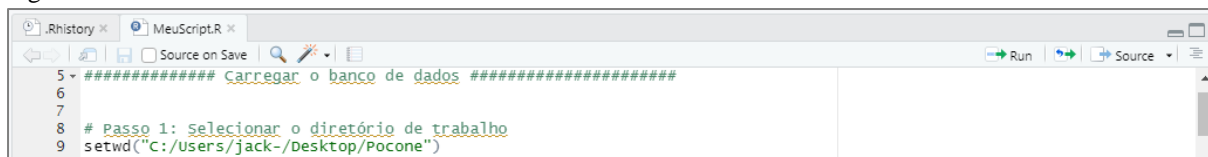
Para proceder as análises, inicialmente, tabulamos e visualizamos os dados, uma vez que consideramos isso um importante passo uma primeira análise estatística descritiva, a fim de verificar como os dados estão se comportando dentro do *corpus*.

Para realizar a tabulação e visualização dos dados carregamos, no R, o pacote de funções *tidyverse* que é recomendado para este tipo de estudo, pois segundo WICKHAM et al. (2019) é um pacote responsável pela organização dos dados:

[...] recommend that you tidy your data, getting it into a consistent form that makes the rest of the analysis easier. Most functions in the tidyverse work with tidy data (Wickham, 2014), where every column is a variable, every row is an observation, and every cell contains a single value. If your data is not already in this form (almost always!), the core tidyr (Wickham & Henry, 2019) package provides tools to tidy it up. (WICKHAM et al., 2019, p. 03)

Em seguida, foi definido um diretório de trabalho, utilizando a função “`setwd()`”, de modo que, dentro dos parênteses insere-se o local em que o script<sup>25</sup> será salvo.

Figura 17 - Definindo diretório de trabalho<sup>26</sup>



```

5 ##### Carregar o banco de dados #####
6
7
8 # Passo 1: selecionar o diretório de trabalho
9 setwd("C:/Users/jack-/Desktop/Pocone")

```

Fonte: RStudio (2021)

Definido o diretório, partimos para a identificação dos tipos de variáveis. Para isso, utilizamos a função “`read.csv()`” com os argumentos entre parênteses, para que, em seguida, possamos verificar se o arquivo foi lido corretamente pelo R utilizando a função “`str()`” com o nome do arquivo, em que estão os dados, entre os parênteses. Assim, a estrutura (dataframe) dos dados pôde ser observada da seguinte forma:

<sup>25</sup> “Os scripts no R são visualizados na janela Source. Para criar um novo script no R, digite `file.create("arquivoTeste.R")` – ou algum outro nome de arquivo que você queira dar. Note que o nome do arquivo deve vir entre aspas e com a extensão apropriada (.R para scripts no R)” (OUSHIRO, 2017).

<sup>26</sup> Observe que existem alguns símbolos “#” na figura. Esse sinal da *hashtag* serve para comentar uma linha. É uma espécie de anotação que irá nortear acerca de qual comando será aplicado abaixo.

Figura 18 - Estrutura dos dados

```

> ### verificar a estrutura dos dados ####
> str(dadosRT)
spec_tbl_df [1,186 x 12] (S3: spec_tbl_df/tbl_df/tbl/data.frame)
 $ VD          : Factor w/ 2 levels "nasal","oral": 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 ...
 $ PARTICIPANTE : chr [1:1186] "Marli" "Marli" "Marli" "Marli" ...
 $ SEXO.GÊNERO  : Factor w/ 2 levels "feminino","masculino": 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 ...
 $ FAIXA.ETARIA : Factor w/ 2 levels "primeira","segunda": 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 ...
 $ REGIAO       : Factor w/ 3 levels "Baixiu","Campina",...: 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 ...
 $ ITEM.LEXICAL : Factor w/ 348 levels "camarinho","estamos",...: 1 2 3 3 3 4 5 6 7 8 ...
 $ CONT.FON.PREC : chr [1:1186] "c" "t" "s" "z" ...
 $ CONT.FON.SEG  : chr [1:1186] "m" "m" "n" "n" ...
 $ TONICIDADE    : Factor w/ 2 levels "atona","tonica": 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 ...
 $ INTENS.FEN.ATO : Factor w/ 3 levels "pre","ton","pos": 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 ...
 $ POSICAO.FEN   : Factor w/ 3 levels "medial","inicial",...: 1 1 2 2 2 1 1 1 1 1 ...
 $ CLASSE.MORF   : Factor w/ 5 levels "substantivo",...: 1 2 1 1 1 3 2 2 2 2 ...
- attr(*, "spec")=
.. cols(
..   .default = col_factor(),
..   VD = col_factor(levels = NULL, ordered = FALSE, include_na = FALSE),
..   PARTICIPANTE = col_character(),
..   SEXO.GÊNERO = col_factor(levels = NULL, ordered = FALSE, include_na = FALSE),
..   FAIXA.ETARIA = col_factor(levels = NULL, ordered = FALSE, include_na = FALSE),
..   REGIAO = col_factor(levels = NULL, ordered = FALSE, include_na = FALSE),
..   ITEM.LEXICAL = col_factor(levels = NULL, ordered = FALSE, include_na = FALSE),
..   CONT.FON.PREC = col_character(),
..   CONT.FON.SEG = col_character(),
..   TONICIDADE = col_factor(levels = NULL, ordered = FALSE, include_na = FALSE),
..   INTENS.FEN.ATO = col_factor(levels = NULL, ordered = FALSE, include_na = FALSE),
..   POSICAO.FEN = col_factor(levels = NULL, ordered = FALSE, include_na = FALSE),
..   CLASSE.MORF = col_factor(levels = NULL, ordered = FALSE, include_na = FALSE)
)

```

Fonte: RStudio (2021)

De acordo com a figura, o resultado de “str()” informa que “dadosRT” é um dataframe com 1.186 linhas e 12 colunas. Depois, para cada variável, apresenta seu nome, seu tipo e seus dados iniciais.

Feita esta análise descritiva dos dados, iniciamos com as análises quantitativas, propriamente. Primeiramente calculamos as frequências das variantes dependentes, de acordo com cada uma das variáveis, ou seja, pretendíamos verificar quantas vezes cada uma das variantes ocorreu em determinado contexto. Para essa etapa, utilizamos a função “count()”, com o nome do arquivo entre parênteses. Esta contagem feita com “count()” foi realizada considerando sempre a variável dependente *versus* as variáveis independentes.

Posteriormente, iniciamos os cálculos das proporções para conseguirmos identificar a distribuição das variáveis independentes, em relação às das variáveis dependentes, vogal [a] oral em ambiente nasal e vogal [a] nasal em ambiente nasal, como por exemplo, na análise demonstrada na figura abaixo:

Figura 19 - Cálculo de frequência e proporção da variável faixa etária versus variável dependente

```

111
112 > ##### Tabular frequência e proporção da variável FAIXA.ETARIA pela variável VD #####
113
114 FAIXA.ETARIA_FP <- dadosRT %>%
115   count(FAIXA.ETARIA, VD) %>%
116   group_by(FAIXA.ETARIA) %>%
117   mutate(prop = prop.table(n))
118
119

```

Fonte: RStudio (2021)

Neste exemplo, fizemos o cálculo da frequência e proporção com que as vogais orais ou nasais ocorrem de acordo com cada uma das faixas etárias. O termo “FAIXA.ETARIA” refere-se ao nome da coluna no dataframe.

Após partimos para a produção e exportação dos gráficos e tabelas, utilizando o pacote *ggplot*, o qual, de acordo com WICKHAM et al. (2021) “initializes a ggplot object. It can be used to declare the input data frame for a graphic and to specify the set of plot aesthetics intended to be common throughout all subsequent layers”.<sup>27</sup>

Na figura a seguir, podemos visualizar a utilização de funções presentes no pacote *ggplot*:

Figura 20 - Utilizando o pacote ggplot

```

208 - ##### PLOTAR OS GRÁFICOS DE BARRAS #####
209
210 - ##### GRÁFICO DA PROPORÇÃO DA FAIXA ETÁRIA VERSUS VD #####
211
212 FAIXA.ETARIA_FP
213
214 png("FAIXA.ETARIA.png",
215 width = 480,
216 height = 480,
217 units = "px",
218 res = 300)
219
220
221 ggplot(FAIXA.ETARIA_FP, aes(x = FAIXA.ETARIA, y = prop * 100, fill = VD)) +
222   geom_bar(stat = "identity", color = "black") +
223   labs(x = NULL, y = "Proporção", fill = "Realização de /a/") +
224   scale_x_discrete(labels = c("Até 50 anos", "Acima de 50 anos")) +
225   scale_fill_brewer(palette = "PuRd") +
226   theme_bw()
227
228 dev.off()
229

```

Fonte: RStudio (2021)

Conforme apresenta a figura, foi feito o gráfico da proporção entre a faixa etária versus variável dependente, a fim de melhor ilustrar o comportamento das variantes oral e nasal, representadas pela sigla “VD”. Após escrever os comandos, rodam-se estas instruções e o gráfico aparece no painel *Plots* do RStudio, no canto inferior direito, como podemos observar pela figura a seguir:

<sup>27</sup> Disponível em: <https://ggplot2.tidyverse.org/reference/ggplot.html> Acesso em 25 de novembro de 2021.



De acordo com o exposto, as variáveis linguísticas independentes foram distribuídas em item lexical, que são as palavras ditas pelos participantes da pesquisa e que estejam dentro das características de oro-nasalidade vocálica de [a] em ambiente nasal; contexto fônico precedente<sup>28</sup> como em “**a** mãe dele” – “de **ma**nnhã cedo”, contexto fônico seguinte<sup>29</sup> como em “não **ou**viu” – “irmã **de**le”; tonicidade da sílaba em que ocorre o processo, como tônica<sup>30</sup> em “estamos”, pretônica em “Camarinha” e postônica como em “benção”; posição na sílaba, se inicial, medial ou final; e classe morfológica do item lexical, se substantivo, adjetivo, verbo, entre outros. Já as variedades extralinguísticas foram distribuídas em sexo/ gênero<sup>31</sup>, faixa etária e comunidade quilombola em que reside.

Os condicionadores, em um caso de variação, são os fatores que regulam, que condicionam nossa escolha entre uma ou outra variante. [...] Eles são divididos em dois grandes grupos, em função de serem mais ligados a aspectos internos da língua ou externos a ela. No primeiro caso, são também chamados de condicionadores linguísticos. [...] No segundo caso, são também chamados de condicionadores extralinguísticos. (COELHO, GÖRSKI, SOUZA e MAY, 2015, p. 20)

Ainda consideramos importante analisar a atitude dos falantes com relação ao seu modo de falar, pois se entendem, assim como Labov (1968) que as análises não devem se limitar as estruturas linguísticas, mas também analisar os fatores de ordem social que interferem os usos linguísticos no que tange à identidade da comunidade. De acordo com Labov (2008; 1972, p. 21), “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre”.

Falar em atitude linguística é destacar ainda mais a diversidade humana, fato que constrói as diferentes maneiras em que se desenvolvem as relações linguísticas. No entanto, é relevante salientar que essas relações passam por orientações categóricas determinadas pelo o que os linguistas têm chamado de hierarquia social.

De acordo com BISINOTO (2000, p. 36),

---

<sup>28</sup> Refere-se ao contexto fônico que se apresenta antes da oralidade ou nasalidade vocálica de [a] e é representado na formatação em negrito e sublinhado.

<sup>29</sup> Refere-se ao contexto fônico que se apresenta após a oralidade ou nasalidade vocálica de [a] e é representado na formatação em negrito e sublinhado.

<sup>30</sup> As sílabas sublinhadas referem-se à sílaba tônica. A oralidade e/ou nasalidade, nestes casos, foi representada pela formatação em negrito.

<sup>31</sup> Com relação à nomenclatura “sexo/gênero” recorreremos à explicação segundo Serrano (2008, p. 177) que afirma: “El género se define como el constructo social del sexo”. SERRANO, María José. El rol de la variable sexo o género en sociolingüística: ¿diferencia, dominio o interacción?. **Boletín de Filología**, v. 43, n. 1, p. ág. 175-192, 2008. Disponível em: <https://ultimadecada.uchile.cl/index.php/BDF/article/view/18049/18830> Acesso em 05 de dezembro de 2021

Ao lado da variedade linguística existente numa comunidade, da manifestação concreta de falares diferenciados, há fenômenos de natureza social intrínsecos que afetam tanto linguística como politicamente os comportamentos e as relações dos habitantes, interferindo muitas vezes na própria estrutura social. Nesta perspectiva, a atitude linguística e a social complementam-se, ou melhor, fundem-se nas ações e reações dos indivíduos. As avaliações manifestas e encobertas, subjetivas e objetivas, mais ou menos conscientes, relativas à linguagem dos homens numa sociedade plural, têm a propriedade de fundar e governar tanto as relações de poder quanto o prestígio ou o desprestígio das formas linguísticas, estabelecendo seletividades, evidenciando preconceitos.

Destarte, observemos o quadro a seguir que dispõe alguns exemplos das variáveis independentes em análise:

Quadro 6 - Distribuição das variáveis independentes

Variáveis linguísticas	Variáveis extralinguísticas
Contexto fônico precedente	Sexo/ gênero
Vogais: Sebast <u>i</u> ão, neste <u>e</u> ano Consoantes vozeadas: <u>l</u> ambendo Consoantes desvozeadas: começ <u>a</u> mos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Masculino</li> <li>• Feminino</li> </ul>
Contexto fônico seguinte	Faixa etária:
Glide nasal: mão <u>o</u> , mã <u>e</u> Vogais: não <u>o</u> uviu Consoantes vozeadas: irmã <u>d</u> ele, chupand <u>o</u> Consoantes desvozeadas: amanhã <u>c</u> edo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1ª faixa etária (até 50 anos)</li> <li>• 2ª faixa etária (a partir de 50 anos)</li> </ul>
Tonicidade da sílaba	Comunidade
Tônica: est <u>a</u> mos, <u>a</u> nos Pretônica: Camar <u>i</u> nha, lamb <u>e</u> ndo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• São José do Baixio</li> <li>• Campina de Pedra</li> </ul>

Postônica: <u>ben</u> ção, and <u>av</u> am	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Morrinho.</li> </ul>
Classe morfológica:	
Substantivo: mão, leão	
Adjetivo: grande, branco Advérbio: distante, não	
Verbo: terminamos, começamos Conjunção: enquanto	

Fonte: Dias (2021)

Para obtermos o controle dessas variáveis, testamos a hipótese de que a oralização é predominante em todos os contextos independentes. Os dados então foram submetidos ao programa separadamente, mas fazendo sempre a proporção com relação às variáveis dependentes. Logo, colhemos as frequências e proporções totais de ocorrência acerca do processo, e a proporção e frequência por fator condicionado.

## CAPÍTULO VI

### ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, traremos informações e dados para a melhor visualização do processo e, em seguida, serão expostos dados estatísticos, gráficos e discussões que possam colaborar para que entendamos a influência dos fatores linguísticos e extralinguísticos que serão analisados adiante.

#### 6.1 O caso da oro-nasalidade vocálica de [a] em ambiente nasal em Poconé-MT e Barra do Bugres-MT

O estudo delimitou-se no espaço, primeiramente, bibliográfico por meio de pesquisas em livros, dissertações e teses e, posteriormente, na cidade de Poconé-MT e Barra do Bugres-MT, especificamente em comunidades afro-brasileiras desses municípios, situadas na Mesorregião Centro-Sul do Estado.

Sabemos, em virtude das pesquisas para o trabalho de Dissertação desta autora<sup>32</sup>, que a região do Alto Pantanal Mato-Grossense é composta por diversas particularidades linguísticas. Dentre as quais destacaram-se: alternância do uso de [ãw] e [õw], como por exemplo ‘*pão* – [põw]’ ‘*coração* – [coraçõw]’; realizações africadas [tʃ] e [dʒ] em vez das fricativas [ʃ] e [ʒ], como por exemplo ‘*chuva* – *tchuva*’ e ‘*djente* – *gente*’; variação na concordância nominal de gênero, como por exemplo “*lá no casa de Maria*” e “*o dança é bonito*”; ocorrência de rotacismos; e oro-nasalidade da vogal central baixa [a] em ambiência nasal, processo que observaremos com mais detalhes nesta tese.

De acordo com Labov (2008, p. 216), “há muito o que se fazer na descrição e na análise dos padrões de uso de línguas e dialetos dentro de uma cultura específica.” Nesta perspectiva, este trabalho pretende mostrar, sob os contributos da Sociolinguística, um aspecto da variação fonológica, especificamente a oro-nasalidade da vogal central baixa [a] em ambiência nasal, presente na fala de quilombolas dos municípios de Poconé-MT e Barra do Bugres-MT.

Uma das cidades escolhidas para o desenvolvimento deste estudo foi Poconé- MT. Chamada, originalmente de Beri-Poconé ou ainda Beri-Poconhé, foi habitada inicialmente

---

<sup>32</sup> DIAS, Jaqueline. O falar poconeano: um estudo sobre as variedades linguísticas em uso. Dissertação de Mestrado. UNEMAT, 2016. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/Jaqueline-Dias-da-Silva.pdf>



pelos índios<sup>33</sup> Beripoconés<sup>34</sup>, da grande família Bororo<sup>35</sup>. Beri-Poconé ou Beri-Poconhé, segundo historiadores, é o nome dado ao cacique da tribo da nação Bororo, daí o nome do município. Os Beripoconés, de acordo com os estudos de Rondon (1978, p. 43), “eram indivíduos de boa aparência, [...] que se encontravam num bom estágio de desenvolvimento, repetindo a história da humanidade, da civilização”.

Segundo censo realizado pelo IBGE em 2020, Poconé conta com uma população de 32.315 habitantes, predominantemente urbana, e extensão territorial de 17.156,759 km<sup>2</sup>. (IBGE, 2020). A cidade mantém até hoje o aspecto de cidade interiorana, preservando as fachadas originais das residências, as quais fazem parte da história da cidade.

O município de Barra do Bugres foi fundado em 1943, baseado basicamente pelo ciclo de exploração vegetal, importante para sua expansão territorial, que influenciou na formação da população local com grande diversidade.

Conhecida inicialmente por Barra do Rio Bugres, o município era uma extensão da cidade de Cáceres. Em 1940, o Decreto n.º. 348, criou a Coletoria de Rendas Estaduais no distrito de Barra do Bugres, e em 3 de dezembro de 1943, o Decreto n.º. 545, criou o município de Barra do Bugres.

Jovino Ramos (2003, 2007) considera que, “por causa da poaia eram realizadas festas religiosas, como a do Senhor Divino (Espírito Santo) e de Santa Cruz. Uma cavalaria, com vestimentas típicas, passava de casa em casa. Os festejos passaram a ser tradição até os dias atuais” (RAMOS, 2003, 2007).

De acordo com censo realizado pelo IBGE em 2020, Barra do Bugres conta com uma população de 35.307 habitantes, predominantemente urbana, e extensão territorial de 5.976,864 km<sup>2</sup> (IBGE, 2020). O nome da cidade deriva da barra que se forma no Rio Bugres ao desaguar no Rio Paraguai.

Para o desenvolvimento desta tese, utilizamos um acervo de áudios, composto de 6 horas 44 minutos e 57 segundos, totais de duração. Essas entrevistas, coletadas em 2019,

---

<sup>33</sup> Embora, neste estudo, utilizemos o termo “índios”, concordamos com Siqueira (2002, p. 18) que afirma: “A denominação “índios”, portanto, é uma criação dos europeus brancos, daí não ter tido qualquer significado maior para os próprios nativos que se autodenominam de acordo com o grupo linguístico e universo sociocultural a que pertencem”.

<sup>34</sup> Acredita-se que o termo Beripoconé, faz referência a uma tribo de índios coroados da nação Bororo, pois segundo alguns historiadores, essa região, na época de sua ocupação, primeira metade do século XVIII, já era habitada por índios das nações Bororo e Guatós. (KARIM; CRUZ, 2016, p. 135).

<sup>35</sup> “Os Bororo se autodenominam Boe. Bororo foi o nome pelo qual ficaram conhecidos e significa “pátio da aldeia”. A sua língua está classificada no tronco linguístico Macro-Jê. Atualmente, as 11 aldeias Bororo estão situadas em seis Terras Indígenas (T.I.), no Estado de Mato Grosso, num território descontínuo e descaracterizado, que corresponde a uma área muito menor do que o território tradicional.” (SOUZA; PAGLIARO; SANTOS, 2009, p. 328).

compõem o acervo pessoal de pesquisa do prof<sup>o</sup> Dr. Antônio Carlos Santana de Souza<sup>36</sup> e prof<sup>o</sup> Dr. Joachim Steffen<sup>37</sup>, para fins de catalogação, descrição e análise linguística do falar dos afrodescendentes das comunidades quilombolas em Mato Grosso.

As entrevistas não seguiram um roteiro de questões determinadas antecipadamente. Foram trazidas conversas livres e espontâneas sobre a cultura, religião e vivência dos moradores dos quilombos. Nessas entrevistas, observamos a construção da variante em questão a partir dos usos linguísticos dos afro-brasileiros dessas comunidades.

Para a análise do *corpus* utilizamos as comunidades quilombolas: São José do Baixo (5 participantes), Campina de Pedra (4 participantes) e Morrinho (6 participantes). Dessa forma, o conjunto de amostras foi composto por 15 inquiridos.

Quadro 7 - Corpus delimitado para a pesquisa

Comunidade	Quantidade de entrevistas
<b>São José do Baixo</b>	05
<b>Campina de Pedra</b>	04
<b>Morrinho</b>	06

A escolha por essas comunidades teve o objetivo de verificar as variedades presentes nessa região para a investigação acerca das possíveis semelhanças entre o português popular e o português afro-brasileiro, tendo em vista o trabalho de dissertação de Silva (2016), que trouxe alguns aspectos dessa variação, no entanto na região urbana de Poconé.

Nesse sentido, temos como hipóteses:

- (viii) As comunidades optam, com maior frequência, pela utilização da variante oral;
- (ix) O contexto fônico precedente com vozeadas favorece a ocorrência do processo em maior grau que os demais contextos precedentes;

<sup>36</sup> Professor pós Doutor em Linguística. Docente Efetivo Nível 5 e Coordenador do Curso de Bacharelado em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Docente Permanente do Programa de Pós-graduação (Mestrado) em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Docente Permanente do Programa de Pós-graduação (Mestrado/Doutorado) em Linguística da UNEMAT/Cáceres. Atualmente é pesquisador do GELA do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. Líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguístico e Dialetoológicos do CNPq (NUPESD-UEMS) e do Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo do CNPq (LALIMU). Orientador deste trabalho.

<sup>37</sup> Professor Catedrático na Universidade de Augsburg, Alemanha. Doutor em Linguística pela Christian-Albrechts Universitaet zu Kiel (2006). De 2011 a 2013 foi professor pesquisador na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com uma bolsa Feodor Lynen da Fundação Alexander von Humboldt e concluiu um trabalho de *posdoc*. Em 2015 obteve o título de livre docência (Habilitation) na Christian-Albrechts Universitaet zu Kiel (2006). Tem experiência na área de Linguística Românica, com ênfase em Sociolinguística e Dialetoologia.

- (x) O contexto fônico seguinte com glide nasal e consoantes vozeadas favorece a ocorrência do processo em maior grau que os demais contextos seguintes;
- (xi) A posição do processo na palavra é mais recorrente em sílabas átonas;
- (xii) As classes morfológicas em que mais haverá ocorrências do processo seria os substantivos e verbos;
- (xiii) O sexo/ gênero com maior prevalência para a realização do processo seria o masculino.
- (xiv) A faixa etária com maior prevalência para a realização do processo seria a segunda.

## 6.2 As variáveis linguísticas e extralinguísticas

Os *corpora* são formados por falantes nascidos na região de Poconé-MT e Barra do Bugres-MT que foram estratificados, para o estudo, segundo o fator condicionador extralinguístico, conforme a comunidade quilombola em que vive e/ou nasceu, o sexo/gênero e a faixa etária, que foi dividida em duas faixas: a primeira, que vai até os 50 anos e, a segunda a partir dos 50 anos. Vejamos o quadro abaixo com a relação dos participantes:

Quadro 8 - Participantes da pesquisa

<b>Participantes</b>	<b>Sexo/ gênero</b>	<b>Faixa etária</b>	<b>Comunidade</b>
INFO1S <sup>38</sup>	Feminino	1 <sup>a</sup>	São José do Baixio
INFO2S	Feminino	1 <sup>a</sup>	São José do Baixio
INFO3S	Masculino	2 <sup>a</sup>	São José do Baixio
INFO4S	Masculino	2 <sup>a</sup>	São José do Baixio
INFO5S	Masculino	1 <sup>a</sup>	São José do Baixio
INFO6C	Masculino	2 <sup>a</sup>	Campina de Pedra
INFO7C	Masculino	1 <sup>a</sup>	Campina de Pedra
INFO8C	Feminino	2 <sup>a</sup>	Campina de Pedra
INFO9C	Masculino	1 <sup>a</sup>	Campina de Pedra
INFO10M	Masculino	2 <sup>a</sup>	Morrinho
INFO11M	Feminino	2 <sup>a</sup>	Morrinho
INFO12M	Feminino	1 <sup>a</sup>	Morrinho
INFO13M	Feminino	2 <sup>a</sup>	Morrinho

<sup>38</sup> A codificação do nome do participante foi construída por meio da abreviação da palavra “informante”, mais um número indicando a ordem em que foi entrevistado, seguindo pela inicial da comunidade em que está inserido.

INFO14M	Masculino	1 <sup>a</sup>	Morrinho
INFO15M	Masculino	1 <sup>a</sup>	Morrinho

Fonte: Dias (2021)

Nota-se, no quadro anterior, que os participantes não foram distribuídos quando se trata da variável escolaridade, isso porque houve assimetrias na organização do *corpus*; que são: apenas dois participantes possuíam nível superior, uma mulher da primeira faixa etária da comunidade São José do Baixio e um homem da primeira faixa etária da comunidade Morrinho. Os demais participantes constituem-se com pouca ou nenhuma escolaridade. Nesse sentido, entendemos que não traria diferença estratificar, pois a diferença no processo fonológico nesses casos foi mínima.

No Português do Brasil, “uma vogal nasal emerge, quando a nasal do prefixo é assimilada ao prefixo seguinte: [im]possível, [in]quieto, mas não diante de líquida [i]legal, [i]rregular.” (BISOL, 2016, p. 38)

Ainda, Botelho (2007, p. 20) afirma que,

Os fonemas nasais do português são: /m/, /n/ e /ɲ/ (que se verificam, respectivamente, em: “mato, nora e unha”), pois nesses sons se verifica um prévio fechamento total na cavidade bucal, além do abaixamento do véu palatino. Ou seja, só consoantes podem ser nasais, como ocorre com o /m/, em que a obstrução é obtida pela aproximação dos lábios; com o /n/, em que a obstrução é obtida pela junção da ponta da língua com a parte posterior dos dentes superiores; e com o /ɲ/, em que a obstrução se dá com a parte anterior da língua encostada no palato duro. Quando não há obstrução total do ar na cavidade bucal, mas há a ressonância nasal, o som é nasalizado, como é o caso das “vogais nasais” (assim consideradas pelas gramáticas normativas e compêndios gramaticais).

Com relação às vogais nasais, alguns linguistas estruturalistas (HEAD, 1964; PONTES, 1972; BACK, 1973) consideram-nas fonemas diferentes dos produzidos pelas vogais orais, devido ao traço característico de nasalidades, produzindo então um contraste fonêmico, como em “m[a]ta” e “m[ã]ta”.

O processo linguístico em questão para análise é uma característica fonológica do falar das comunidades quilombolas de Poconé/MT e Barra do Bugres/MT, com muitas ocorrências nas entrevistas o que nos chamou muito a atenção. Denominamos tal processo, neste estudo, de oro-nasalidade vocálica em ambiência nasal.

Observemos as ocorrências deste processo nas falas dos entrevistados:

- (01) [...] e bebida tem **bastánti** licor né... licor de leiti... licor de djabuticaba.
- (02) [...] **ántes** da festa tem as novenas.
- (03) [...] até em Cuiabá cê qué saí numa **distância** cê num vai de pé né.
- (04) **Falándo** assim do... da **emancipação**... da cidade... passou por um processo de arraial... aí depox teve a **emancipação**.
- (05) **Quándo** a genti tinha sítio era outra coisa.
- (06) Tem o baile... Por exemplo... do Espírito **Sánto** faz o baile do vermelho né.

Esse processo já foi relatado brevemente por estudiosos, como Pacheco (2010) em sua pesquisa sobre o falar da baixada cuiabana, na qual a autora propõe uma classificação de “desnalização da vogal /a/; Bisinoto (2001) observa essa característica no falar cacerense e outras regiões próximas. Ainda, Bagno (2012, p. 317) afirma que na variedade paulista, devido ao contato linguístico com dialetos italianos, ocorre a “não nasalização de vogais tônicas diante de [m] e [n]”, como em “Antônio - [ãˈtɔniu]”.

Além disso, em estudo na área urbana de Poconé, Dias (2016) apontou que a oro-nasalidade vocálica de [a] em ambiente nasal ocorre em todas as faixas etárias pesquisadas<sup>39</sup>, com maior prevalência nas faixas etárias mais velhas.

Para entendermos um pouco mais sobre como ocorre esse processo de oro-nasalidade da vogal central baixa /a/ no falar poconeano, vejamos, a seguir, um quadro com palavras encontradas nos dados das entrevistas.

Quadro 9 - Dados sobre a oro-nasalidade de [a] em ambiente nasal

Forma gráfica padrão	Forma gráfica variante	Transcrição Fonética
Banana	Bánána	[ˈbaˈnaːna]
Criança	Creança	[kreˈaːsa]
Falando	Falándo	[faˈlaːndU]
Quando	Quándo	[ˈkuaːndU]
Distancia	Distância	[diʃˈtaːnsja]
Santo	Sántu	[ˈsaːtU]
Bastante	Bastánti	[baʃˈtaːti]
Dança	Dánça	[ˈdaːsa]

<sup>39</sup> No trabalho citado, a pesquisa foi realizada com três faixas etárias: 1ª faixa etária (18 a 27 anos); 2ª faixa etária (34 a 45 anos) e 3ª faixa etária (a partir de 50 anos).

Manga	Mánga	[ˈmaŋga]
Deixando	Deixáundu	[dejˈʃaⁿdU]
Zangava	Zángava	[ˈzaⁿˈgava]
Anda	Ánda	[ˈaⁿda]
Adianta	Adiánta	[adʒiˈaⁿta]
Poconeano	Poconiánu	[pokoniˈaⁿnU]
Antigo	Ántigu	[aⁿˈtigU]
Descansado	Descánsadu	[deʃkaⁿˈsaˈdU]
Mudança	Mudánça	[muˈdaⁿsa]
Grande	Gránda	[ˈgraⁿdi]
Segurança	Seguránça	[seguˈraⁿsa]

Fonte: Dias (2022)

Observemos que a ocorrência desta variação se dá no contexto de núcleo da sílaba e em ambiência nasal, a qual possibilita a sílaba ter característica tônica, porém, nota-se que nos casos em que o ambiente nasal é precedido também por uma sílaba com a vogal central baixa [a], a palavra, vai se constituir por uma sílaba tônica e uma subtônica, como é o caso das palavras: zangava [ˈzaⁿˈgava], descansado [deʃkaⁿˈsaˈdo] e banana [ˈbaˈnaⁿa].

Sobre nasalização, Quintino (2012, p. 167) explica que:

Há muito se sabe que o traço [nasal], que corresponde à propriedade de ter o véu palatino abaixado na produção de um segmento, pode se superficializar como uma propriedade não apenas de um segmento mas de uma sequência de segmentos nas palavras de alguma língua. Do ponto de vista descritivo, isso acontece quando um segmento subjacentemente nasal, que pode ser uma consoante fonêmica nasal ou uma vogal nasal, aciona a nasalização de uma cadeia de segmentos adjacente de forma previsível e fonologizável.

Seguindo o proposto pelo autor, observamos que neste processo, a vogal, em contexto de favorecimento nasal, ao mesmo tempo em que aciona a nasalização de um segmento, também se realiza como oral e, em alguns casos pode designar uma característica de sílaba subtônica para os segmentos seguintes, como vimos anteriormente. Além disso, não há uma oralização completa da vogal que leve a um traço distintivo de sentido.

Em outras palavras, na oro-nasalidade vocálica de [a] em contexto nasal, processo presente nas comunidades quilombolas deste estudo, vemos a seguinte construção:

**Criança** Creança [kreˈaⁿsa]

Vemos que a primeira colocação refere-se à forma gráfica padrão, a segunda à forma gráfica variante e a terceira à transcrição fonética da forma gráfica da variante. Notemos que, na última colocação, da transcrição fonética, a vogal central baixa [a] está em ambiente nasal, porém, é realizada de forma oral, fazendo com que o ambiente possua característica de oral e nasal.

O que acontece nesse processo, especificamente, é que a vogal central baixa [a] em ambiente nasal, ao invés de se realizar apenas como nasal, perde essa característica. Neste caso a vogal funciona, de acordo com o que propõe Walker (1998), como um segmento transparente, que permanece oral, mas não bloqueia a nasalização do segmento subsequente.

Desta forma, entendemos que, nos dados obtidos, a vogal [a] sofre influência do ambiente nasal em que está inserida, acontecendo então como nasal, porém sua característica enquanto vogal oral se sobressai à nasalização.

Passemos, então, para a exposição das análises estatísticas.

### **6.3 Análise dos dados**

A análise realizada pelo pacote de testes estatísticos computacional é realizada em fases, as quais, para que seja possível se chegar a um resultado final, é importante que algumas decisões sejam tomadas. Ainda que a amostra de dados não seja exaustiva, apoiamo-nos em Labov (2008, p. 140) o qual afirma que os indicadores fonológicos são bastante úteis para análises, uma vez que “fornecem uma grande quantidade de dados quantitativos a partir de amostras de fala relativamente pequenas: 50 a 200 ocorrências de um único item de uma conversa de meia hora”.

Ainda, de acordo com Labov (2008), a variação apresentada por meio de indicadores fonológicos independe do controle consciente do falante e, por isso, tendem a expressar o falar vernacular mais espontaneamente. Além disso, “os sistemas fonológicos exibem o mais alto grau de estrutura interna de todos os sistemas linguísticos e, com isso, oferecem ao pesquisador uma extensa série de resultados paralelos e convergentes” (LABOV, 2008. p, 140).

Nesse sentido, o caminho até a chegada nesses resultados que serão apresentados a seguir compreendeu diversos ajustes e decisões para que os dados pudessem ser utilizados da melhor forma possível e que os resultados, de fato, representassem a realidade linguística da comunidade com relação ao processo de oro-nasalidade da vogal [a] em ambiente nasal

figurando como uma característica da variedade linguística local e particular dos quilombos de Mato Grosso.

### 6.3.1 Frequência de realização das variáveis dependentes segundo a região

De modo geral, a ocorrência da oro-nasalidade vocálica de [a] em contexto nasal obteve mais ocorrências, pois como podemos observar pela tabela abaixo, a frequência foi de 994 realizações desse processo, o que representa 83,8% de toda produção compartilhada pelos entrevistados.

Tabela 1 - Frequência e Proporção de realizações nasais e orais

<b>Variável dependente</b>	<b>Frequência</b>	<b>Proporção</b>
<b>Oral</b>	994	83,8%
<b>Nasal</b>	192	16,2%

Fonte: Dias (2021)

De acordo com Labov (2008) a partir do momento que indivíduos de uma mesma comunidade compartilham usos linguísticos, eles configuram padrões para esses usos e, ainda que possuam uma característica própria para o seu modo de falar, realizam variação. Por isso, é importante verificar as ocorrências e concorrências do processo a ser analisado, pois frequentemente existirão formas linguísticas em variação, fator este que é o mote das pesquisas em Sociolinguística.

Na primeira rodada, baseados nos dados das 15 entrevistas, apuramos a ocorrência das variáveis dependentes em um total de 1186 realizações. Nesse sentido, buscamos computar as frequências e proporções em que as variantes dependentes ocorrem em cada uma das comunidades. Isso é possível identificar na tabela abaixo:

Tabela 2 - Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo a região.

<b>Região</b>	<b>Variável dependente</b>	<b>Frequência</b>	<b>Proporção</b>
Baixio	Oral	400	85,8%
Baixio	Nasal	66	14,2%
Campina	Oral	159	87,8%



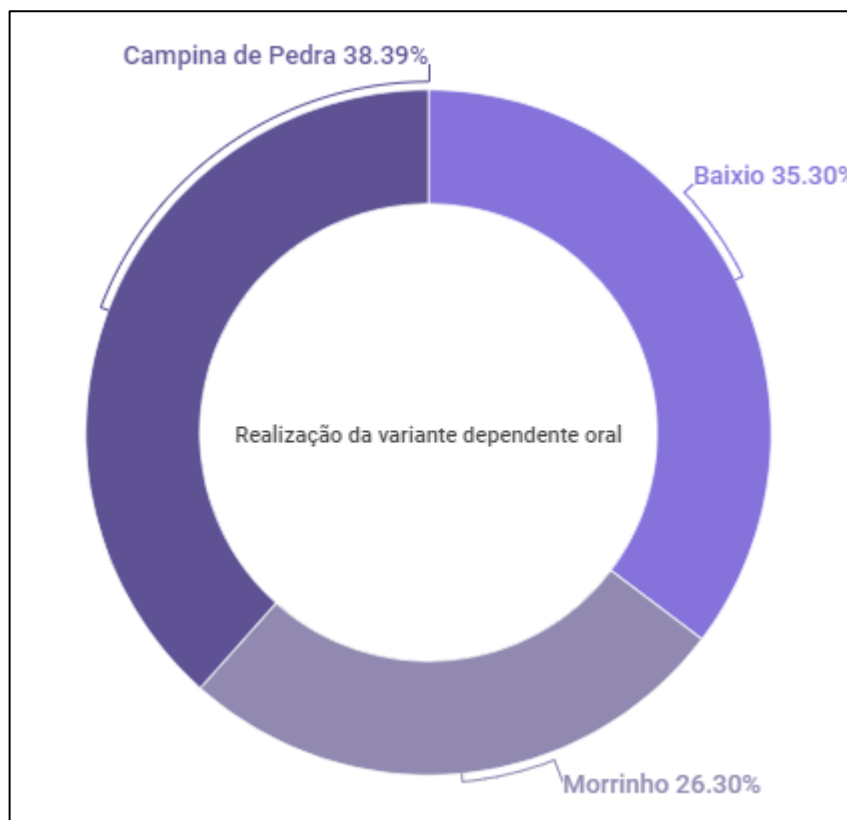
Campina	Nasal	22	12,2%
Morrinho	Oral	435	80,7%
Morrinho	Nasal	104	19,3%

Dias (2021)

Observa-se que, em todas as comunidades, a variável dependente oral sobressaiu-se em relação à variável dependente nasal. Na comunidade São José do Baixio a proporção é de 85,5% de realizações orais contra 14,2% de realizações nasais. Na comunidade Campina de Pedra, o resultado foi bem semelhante, em que os participantes realizaram o processo oral em 87,8% dos casos e o processo nasal em apenas 12,2% das ocorrências. A diferença é um pouco maior na comunidade Morrinho, em que, das ocorrências das variáveis dependentes, 80,7% foram realizadas como orais e 19,3% como nasais.

Vejamos, abaixo, o gráfico que representa as frequências com que a variante oral foi realizada em cada uma das comunidades.

Gráfico 1 - Frequência de realização da variante oral nas comunidades quilombolas.



Conforme é possível perceber, por meio do gráfico, do total de realizações que privilegiam a variante oral, a comunidade que, em números percentuais, mais realizou esta variante foi a comunidade Campina de Pedra, com 38,39% que representa 435 ocorrências. Em segundo, a comunidade São José do Baixio com uma porcentagem de 35,30% que representa

400 ocorrências e, por último a comunidade Morrinho com 26,3% de realizações que favorecem a oro-nasalidade vocálica, o que representa 159 realizações.

O que é possível inferir, com esses resultados, é que houve mudanças significativas para o uso da variedade local em detrimento da variedade padrão. Todas as três comunidades mostraram-se favorecedoras à aplicação da oro-nasalidade da vogal [a] em ambiente nasal, ou seja, optaram pelo uso da variante oral e isso comprova uma das hipóteses que sugerimos no início de que as comunidades optam, com maior frequência, pela utilização da variante oral.

Labov (1972) em seu estudo, na Ilha de Martha's Veneyard, percebeu que o uso de determinada variedade local estava relacionado a uma marca identitária frente aos turistas que frequentam a região. Segundo Labov (1972), a motivação social é responsável pela mudança sonora, de modo que a língua é marcada como elemento constituinte da identidade de uma comunidade. “O estudo dos dados mostra que a alta centralização de (ay) e (aw) está intimamente correlacionada a expressões de grande resistência as incursões dos veranistas”. (LABOV, 1972, p. 48).

A língua carrega a cultura, e a cultura carrega, particularmente através da oratória e da literatura, todo o corpo de valores pelos quais vimos a perceber a nós mesmos e nosso lugar no mundo. Como as pessoas percebem a si mesmas afeta como elas vêm a sua cultura, suas políticas, sua produção social de riqueza e toda a sua relação com a natureza e os outros seres. A língua é, portanto, inseparável de nós mesmos como uma comunidade de seres humanos com uma forma e um caráter específicos, uma história específica, uma relação específica com o mundo (NGUGI WA THIONG'O, 1997, p. 16 apud LOTT, 2013, p. 125).

Acreditamos que a preferências das comunidades em utilizar a variedade local esteja relacionada à motivação social de afirmação da identidade. Essas comunidades são bastante visitadas por turistas, principalmente no período das festas de santo e, com isso, uma forma de evidenciar que é morador local, pertencente àquela comunidade, é através da língua. Segundo Rajagopalan (2001, p. 21), “the stranger/foreigner or rather his symbolic presence is a sine qua non for the formation of language identity”. O autor ainda completa que nenhuma identidade de grupo poderia ter se consolidado sem a presença constitutiva do outro.

A presença de turistas que visitam as comunidades e mesmo os garimpos que têm se apropriado das terras quilombolas pode ser o motivo dos indivíduos preferirem o uso da variedade oral, que representa a variedade local, como um meio de marcarem seu território.

Dentre as comunidades, destaca-se a comunidade Morrinho que apresentou um índice um pouco maior de ocorrências da variante dependente nasal, o que pode ser explicado pelo motivo de que, nesta comunidade, foi entrevistado um participante com escolaridade de nível superior e profissão de pastor.

O grande número de dados, com característica nasal, apresentados por esse participante, possivelmente, já evidencia a interferência na fala, advinda de atividade em instituição normatizadora como a universidade e/ou ambiente formal, como a igreja. “Com efeito, seja direta seja indiretamente, a participação da escola acaba sendo decisiva na modificação do comportamento linguístico” (OLIVEIRA e SILVA & PAIVA, 1996, p. 350).

Labov (2001), ao observar um estudo pesquisou variedades linguísticas na Filadélfia (EUA), concluiu que o efeito que a educação proporciona aos falantes se constitui por acumulação, que é influenciada mais pelo tempo que uma pessoa frequenta as instituições educacionais do que pela origem educacional familiar. Isso quer dizer que, quanto maior a escolaridade de um falante, maior também será a chance desse falante optar pela forma linguística de prestígio.

O autor ainda considera que as frequências com que certas variantes de menor prestígio ocorrem podem estar relacionadas ao papel social assumido pelo falante, de modo que não signifique que elas só utilizem a variante padrão, mas sim que os falantes podem ficar atentos a seu uso linguístico, e evitar as variantes de menos prestígio em uma situação mais formal.

Bortoni-Ricardo (2004, p. 22) afirma que as pessoas interagem umas com as outras de acordo com seus papéis sociais. A autora declara que “os papéis sociais são um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais. Os papéis sociais são construídos no próprio processo da interação humana.”

Nesse sentido, o fato de o falante assumir o papel social de pastor, no caso da comunidade de Morrinho, indica sua maior relação de domínio da língua, fator que é comumente associado com a utilização da norma padrão, e isso faz com ele opte por esta variante. Segundo Bortoni-Ricardo (2004, p. 25),

[...] em todos os domínios sociais, há regras que determinam as ações que ali são realizadas. Essas regras podem estar documentadas e registradas, como nos casos de um tribunal do júri ou de um culto religioso [...]. O grau dessa variação será maior em alguns domínios do que em outros. Por exemplo, no domínio do lar ou das atividades de lazer, observamos mais variação linguística do que na escola (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 25).

Ainda que o ambiente em que o informante concedeu a entrevista seja um ambiente familiar, seu papel social de atuação no domínio da igreja faz com que o grau de sua variação seja menor.

No tópico seguinte, analisaremos os contextos precedentes em que as variantes estão ocorrendo, para entendermos qual ambiente favorece a oro-nasalidade da vogal [a] em ambiente nasal.

### **6.3.2 Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo seu contexto fônico precedente**

Nesse processo de análise, buscamos identificar qual era o contexto fônico presente imediatamente antes da realização de ambas as variáveis dependentes. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de entender em quais contextos a variante oral estaria ocorrendo com maior frequência.

Nos estudos de Bisol (1981), Schwindt (1995), sobre a elevação vocálica em posição pretônica com falantes do Rio Grande do Sul, o contexto precedente demonstrou-se importante para o tratamento da variação. Além disso, Vieira (1994) e Mallmann (2001) em seus estudos acerca das elevações das postônicas final e não final também utilizaram o contexto precedente para organização de seus fatores de análises, o que os levou a resultados consistentes acerca da dos princípios que influenciam na variação. Também, Oushiro (2014) mostrou, em seu estudo com falantes de São Paulo, que o contexto fônico precedente quanto à altura da vogal se mostrou relevante para o apagamento do (-r) em coda.

O parâmetro de contexto precedente utilizado nesta análise foi identificar se as variantes estavam ocorrendo com mais frequência após um elemento vozeado ou desvozeado, pois na maioria das línguas do mundo, essa propriedade é utilizada por sua característica distintiva, a qual possibilita que as consoantes entre si. De acordo com Seara et al (2019, p. 79) uma possível classificação das consoantes é estabelecida conforme o vozeamento, podendo ser:

- Surdas ou não vozeadas: consoantes produzidas sem a vibração das pregas vocais, por exemplo: ‘pata’ ([‘patə]), ‘faca’ ([‘fakə]).
- Sonoras ou vozeadas: consoantes produzidas com a vibração das pregas vocais, por exemplo: ‘bolo’ ([‘bolɔ]), ‘zona’ ([‘zonə]) (SEARA et al, 2019, p. 79).

Segundo Barbosa e Madureira (2019, p. 42), “os sons vozeados produzidos com algum modo de vibração das pregas vocais contrastam com os não vozeados, os quais são produzidos com ausência de qualquer modo de vibração das pregas vocais”. Os autores ponderam ainda que “a laringe não é a única responsável em modular o fluxo de ar e produzir som. A região

supraglotal pode modular o som produzido na glote ou ser a principal fonte de som, no caso de fricativas e oclusivas não vozeadas” (BARBOSA; MADUREIRA, 2019, p. 45).

Para Jakobson, Fant e Halle (1952), Jakobson e Halle (1980), Chomsky e Halle (1968) *apud* Veloso (1997, p. 63), “vozeado corresponde a uma formalização linguística binária, da presença/ ausência das vibrações glóticas, sugerindo uma relação estável e simplificada, de natureza binária, quântica, entre essa propriedade articulatória e o traço em causa”.

Vejamos, na tabela a seguir, a frequência e proporção da variável independente contexto fônico precedente na fala dos entrevistados das comunidades quilombolas de Poconé e Barra do Bugres:

Tabela 3 - Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo seu contexto fônico precedente.

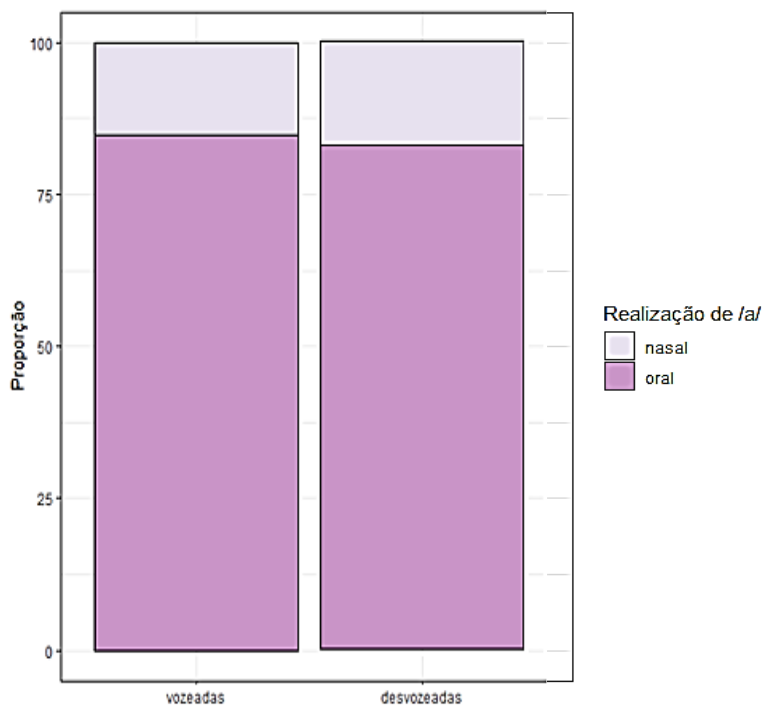
<b>Cont. Fon. Prec.</b>	<b>Variável dependente</b>	<b>Frequência</b>	<b>Proporção</b>
<b>Vozeadas</b>	Oral	638	84,7%
<b>Vozeadas</b>	Nasal	115	15,3%
<b>Desvozeadas</b>	Oral	359	82,9%
<b>Desvozeadas</b>	Nasal	74	17,1%

Fonte: Dias (2021)

Conforme aponta a tabela, os fatores de contexto fônico precedente que, proporcionalmente, mais influenciaram no processo de alternância para a variante dependente oral foram as vozeadas, como em “bandeira – [ba<sup>n</sup>ˈdera]/ yamos – [va<sup>n</sup>ˈmoj]”. Da porcentagem de ocorrência do processo com um contexto precedente de vozeadas, a proporção foi de 84,7% de ocorrência de orais e 15,3% de nasais. Já para no contexto precedente com as desvozeadas, como em “câmera – [ˈka<sup>n</sup>ˈmera]”/ “importante [ĩpoiˈta<sup>n</sup>ˈti]”, foram 82,9% de orais e 17,1% para nasais.

Observemos a descrição da tabela no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Realização da vogal [a] segundo o contexto precedente



Fonte: Dias (2021)

Por meio do gráfico, podemos identificar que tanto em contexto de vozeadas, quanto em contexto de desvozeadas, a variante de mais ocorrências entre os falantes foi a oral. Isso significa que nas comunidades quilombolas, tanto o fator de vozeamento quanto o desvozeamento, são fatores determinantes para o uso da variedade regional, visto que ela ocorre em ambas situações. No entanto, o fator de vozeamento mostrou-se mais produtivo na realização do processo, com 638 ocorrências para variedade oral e 115 para a variedade nasal.

Guy (2000) faz referência às normas compartilhadas pelas comunidades de fala. O autor as considera como atitudes em comum acerca do uso da língua, além disso, afirma que tais atitudes são determinadas pelas avaliações sociais com relação ao modo de falar. Nas comunidades quilombolas, foi possível notar que há uma preferência para a realização da oronasalidade em contexto fônico precedente constituído elementos vozeados. Vejamos agora como se dá esse comportamento com relação ao contexto fônico seguinte.

### 6.3.3 Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo seu contexto fônico seguinte

Nessa parte da análise a intenção é identificar qual é o contexto fônico seguinte imediatamente após à realização de ambas as variáveis dependentes. Esse procedimento foi

realizado com o objetivo de entender em quais contextos a variante oral estaria ocorrendo com maior frequência.

Oushiro (2014), em seu estudo sobre o falar paulistano também analisou o contexto fônico seguinte e verificou que ele não é selecionado quando organizado por Ponto de C nem por sonoridade, mas é relevante para o apagamento de (-r) quanto ao traço [ $\pm$ contínuo].

Ainda Kailer e Pontes (2001), em investigação sobre o alçamento do [e] pretônico na região oeste-sudoeste do Paraná, apontaram que a vibrante em travamento de sílaba é um contexto fônico que inibe categoricamente o alçamento do [e].

O critério de contexto seguinte utilizado nesta parte da análise foi identificar se as variantes estavam ocorrendo com mais frequência antes de um elemento vozeado ou desvozeado. Vejamos, na tabela a seguir, as porcentagens de proporção e os números de realização da variável independente contexto fônico seguinte:

Tabela 4 - Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo seu contexto fônico seguinte.

<b>Cont. Fon. Seg.</b>	<b>Variável dependente</b>	<b>Frequência</b>	<b>Proporção</b>
<b>Vozeadas</b>	Oral	763	86,7%
<b>Vozeadas</b>	Nasal	117	13,3%
<b>Desvozeadas</b>	Oral	9	90%
<b>Desvozeadas</b>	Nasal	1	10%
<b>Semivogal</b>	Oral	222	75,3%
<b>Semivogal</b>	Nasal	73	24,7%
<b>Vogal</b>	Nasal	1	x

Fonte: Dias (2021)

Conforme aponta a tabela, os fatores de contexto fônico seguinte que, proporcionalmente, mais estão influenciando no processo de alternância para a variante dependente oral foram, em primeiro lugar, as consoantes desvozeadas, como em “irmã fez – [i.ɪm‘a ‘feʃ] – manhã cedo [ma<sup>n</sup>‘pa<sup>n</sup> sedU]”.

Em segundo lugar, a influência para a realização da variante oral recai sobre às consoantes vozeadas, como em: “irmã **de**le – [i.ɪm‘a ‘deli]/ amanhã **be**m cedo [ama<sup>n</sup>‘pa be<sup>i</sup> sedU]”.

E em terceiro lugar, houve influência para realização da variante oral das ocorrências em contexto fônico seguinte das semivogais como em: “mão [‘ma<sup>n</sup>w]/ mamãe [ma<sup>n</sup>‘ma<sup>n</sup>i].

Da porcentagem de ocorrência do processo em contexto seguinte de consoantes desvozeadas, a proporção foi de 90% para realização da variante oral e 10% para a nasal. Isso significa que, embora a ocorrência de palavras nesse contexto seja de apenas 10 realizações, a cada dez vezes em que palavras com contexto fônico seguinte de consoantes desvozeadas forem produzidas pelos falantes das comunidades quilombolas, nove delas serão realizadas privilegiando a variante oral. “[...] denominamos o estado da glote de desvozeado (ou surdo) quando não houver vibração das cordas ou pregas vocais, nem ocorre ruído durante a produção de um segmento desvozeado” (SILVA, 2017, p. 27).

Com relação às consoantes vozeadas em contexto seguinte, a proporção foi de 87,7% para a realização da variante oral e 13,3% da nasal. O universo de dados que compreende a esse contexto corresponde à maior parte dos dados, uma vez que se realizaram 880 vezes, das quais 763 ocorreram para a variante oral e 117 para a variante nasal. “Diremos que o estado da glote é vozeado (ou sonoro) quando as pregas vocais estiverem vibrando durante a produção de um determinado som” (SILVA, 2017, p. 27).

Já no contexto de uma semivogal seguinte, 75,3% se realizou como oral, enquanto que 24,7% como nasal. A totalidade dos dados somam 295 em contexto seguinte de semivogal, desse número, 222 ocorreu para a variante oral, enquanto que 73 ocorreu para a variante nasal.

De acordo com Seara et al (2019, p. 66), “os ditongos são formados por dois segmentos vocálicos. Há, no entanto, duas possibilidades de sequência em uma mesma sílaba: vogal-semivogal ou semivogal-vogal”. No caso das ocorrências de ditongo nos dados, observamos que são realizados apenas na estrutura de vogal-semivogal, como por exemplo: “mãe – [‘ma<sup>n</sup>j]/ região – [Reji‘a<sup>n</sup>w]”.

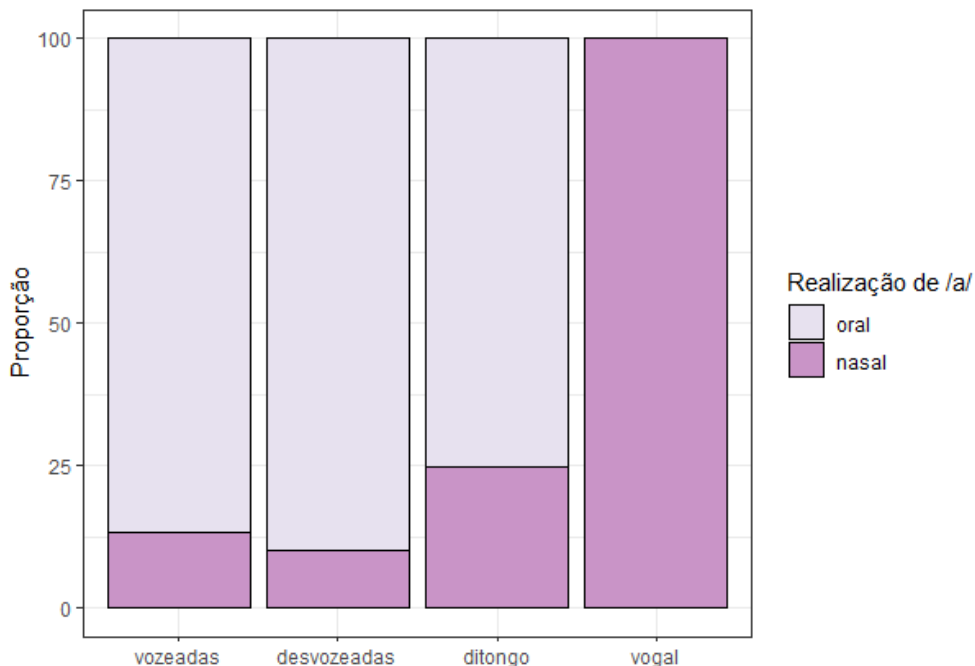
Sobre a ocorrência dos ditongos [ão] no final das palavras, alguns estudos (MACEDO-KARIM, 2012; MENDES 2015; SILVA, 2016; e LIMA, 2018) têm mostrado que a região do Alto Pantanal é marcada pela alternância da forma padrão do ditongo [ãw] pela forma não padrão [õw], como em “pão – [‘põw]/ mão [‘mõw]/ criação [kria‘sõw]”. No entanto, nos dados coletados nas comunidades quilombolas, percebemos que esse processo não ocorre desta maneira. O que ocorre é uma alternância entre a nasalização [ãw] e oralização vocálica [a<sup>n</sup>w].

É interessante notarmos como as consoantes desvozeadas estão interferindo nesse cenário de oro-nasalidade vocálica, uma vez que sua ocorrência em contexto seguinte representa, numa escala proporcional, a maior chance de o falante optar pela realização da variante oral.

Vejamos o gráfico a seguir que reflete melhor visualmente a proporção com que cada uma das variáveis de contexto fônico seguinte ocorre.



Gráfico 3 - Proporção de realização da vogal [a] segundo o contexto fônico seguinte



Advertimos, contudo, acerca da realização da vogal em contexto fônico seguinte, uma vez que, nos dados, houve apenas uma única ocorrência de realização de vogal, a vogal posterior média alta [o], imediatamente após ao processo de oro-nasalidade da vogal [a], que foi o caso de uma participante da comunidade São José do Baixio que produziu a seguinte construção: “*não obtive resposta* – [‘na<sup>w</sup> ob’tivi]”. Essa participante é uma professora, portanto, possui ensino superior, fato que pode explicar a ocorrência da palavra “obtive”, posto que é uma palavra de realização mais formal.

Os dados presentes na tabela e nos gráficos, portanto, confirmam que os indivíduos optam pela variante oral, com maior frequência, quando em contexto fônico precedente de vozeamento e contexto fônico seguinte de desvozeamento.

De tal modo, considera-se que o ambiente “*vozeamento + oro-nasalidade vocálica + desvozeamento*” é uma característica que influencia para a oralidade vocálica de [a] em contexto nasal.

No tópico seguinte, analisaremos a variável tonicidade e o modo em que as variantes estão ocorrendo, para entendermos qual contexto, tônico ou átono, favorece a oro-nasalidade da vogal [a] em ambiente nasal.

### 6.3.4 Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo a tonicidade.

Nessa parte da análise, a intenção é identificar qual é a tonicidade da sílaba em que há a realização de ambas as variáveis dependentes. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de observar se a variante oral ocorreria em maior proporção nas situações de sílabas átonas ou sílabas tônicas.

Segundo Cristóvão Silva (2017, p. 77), “uma sílaba tônica ou acentuada é produzida com um pulso torácico reforçado. Portanto, na produção de uma sílaba acentuada temos um jato de ar mais forte (em relação às sílabas não acentuadas ou átonas”.

Câmara Jr. (1977 *apud* Seara *et al*, 2019, p. 129) conceitua vocábulo segundo a questão do acento, ou seja, a relação entre sílabas tônicas e átonas. “[...] cada vocábulo tem a sua pauta acentual e as sílabas pós-tônicas localizadas após a sílaba tônica são mais fracas do que as pré-tônicas (localizadas antes da sílaba tônica)”.

Paladino Neto (1990) e Paiva (1986) consideram, em seus estudos, que o fator tonicidade é relevante na supressão do elemento marginal dos ditongos.

Consoni e Ferreira Netto (2001), em pesquisa sobre a tonicidade como influenciadora da variação entre surdas e sonoras, observaram que a posição tônica influenciou a variação de consoantes sonoras para surdas, enquanto que de surdas para sonoras foi influenciada pela posição pretônica.

Vejamos, na tabela a seguir, a frequência e proporção da variável independente tonicidade.

Tabela 5 - Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo a tonicidade da sílaba.

<b>Tonicidade</b>	<b>Variável dependente</b>	<b>Frequência</b>	<b>Proporção</b>
<b>Átona</b>	Oral	199	79,6%
<b>Átona</b>	Nasal	51	20,4%
<b>Tônica</b>	Oral	795	84,9%
<b>Tônica</b>	Nasal	141	15,1%

Fonte: Dias (2021)

Conforme aponta a tabela, os fatores que, proporcionalmente, mais influenciaram no processo de alternância para a variante dependente oral foram as sílabas tônicas, nas quais houve a realização da variante oral preferencialmente, ou seja, 795 das 936 ocorrências, o que equivale a 84,9%.

Sobre a vogal tônica diante de consoante nasal, no português brasileiro, Câmara Jr. (1970, p. 32) afirma que, “a posição da vogal tônica diante de consoante nasal na sílaba seguinte (ex.: amo, lenha, sono) elimina as vogais médias de 1º grau e torna a vogal baixa central levemente posterior, em vez de anterior, o que auditivamente lhe imprime um som abafado”.

Neste caso, na variedade das comunidades quilombolas de Poconé e Barra do Bugres, a vogal central baixa, no contexto de consoante nasal, não possui essa característica de posterioridade explicada por Câmara Jr. Embora a vogal receba uma influência do ambiente nasal, ela não produz um som totalmente abafado, o som demonstra-se soar mais aberto. Como por exemplo, em “lambe – [la<sup>n</sup>bi]” e “bastante - [ba<sup>ʃ</sup>ta<sup>n</sup>ti]”. Numa transcrição como se os falantes realizassem as palavras desta forma: “lám<sup>n</sup>bi” e “bastánti”.

Além disso, também é possível perceber que as frequências relacionadas às ocorrências da variante oral em sílabas átonas são de 199 realizações, já para as ocorrências da variante nasal em sílabas átonas houve 51 realizações. Numa escala de proporção, essas frequências representam 79,6% para a realização da variante oral e 20,4% da nasal.

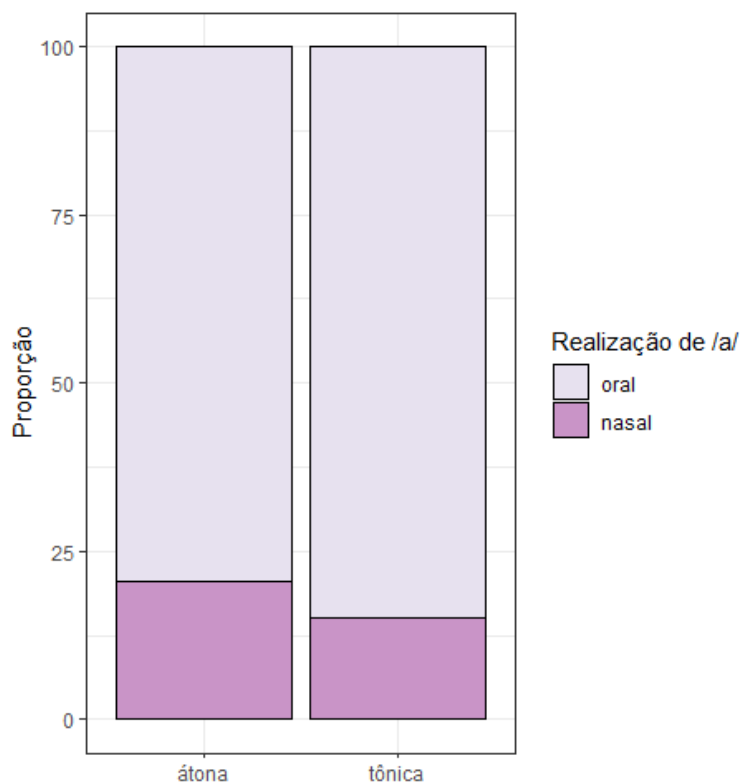
A condição de maior ocorrência das variantes, orais e nasais, em sílabas tônicas já era esperada visto que a nasalização é comum ao português brasileiro em contexto de tonicidade. No entanto, como evidencia a tabela, nas comunidades quilombolas de Poconé e Barra do Bugres, nas sílabas tônicas, ocorre a preferência pela oro-nasalidade vocálica de [a] em contexto nasal.

Além das vogais nasais, que ocorrem com o abaixamento do véu do palato, deixando o fluxo de ar sair por duas cavidades (a oral e a nasal), temos vogais que são nasalizadas em função dos contextos vizinhos. É o que ocorre em palavras como ‘cama’, ‘ninho’, ‘tenho’, nas quais o abaixamento do véu do palato para a articulação da consoante nasal adjacente é realizado antes da completa articulação da vogal que antecede esse segmento nasal; isso faz com que tais vogais sejam percebidas como nasalizadas. Em contextoônico, essa nasalização é mais perceptível do que em contexto átono. (SEARA *et al*, 2019, p.63)

Percebemos que o processo de oro-nasalidade da vogal [a] em contexto nasal, além de ocorrer como o esperado, em sílabas tônicas, realiza-se também em sílabas átonas, formando uma sílaba subtônica, o que nos leva a inferir que não há um completo abaixamento do véu palatino, neste caso, o que leva à articulação da consoante nasal fazer com que a vogal seja sim percebida como nasal, porém permanecendo com seu traço oral.

Observemos o gráfico a seguir para uma melhor visualização dessa distribuição proporcional das ocorrências das variantes segundo a tonicidade:

Gráfico 4 - Realização da vogal [a] segundo a tonicidade da sílaba.



Fonte: Dias (2021)

Nesse sentido, acerca da variável tonicidade, é possível inferir que, em um ambiente de concorrência, o contexto de sílaba tônica é a preferência para os falantes das comunidades quilombolas de Poconé e Barra do Bugres optarem pelo uso da variante oral.

Ainda, sobre a variável tonicidade, buscamos entender qual era o contexto da variante oral enquanto sílaba átona, se pretônica ou postônica.

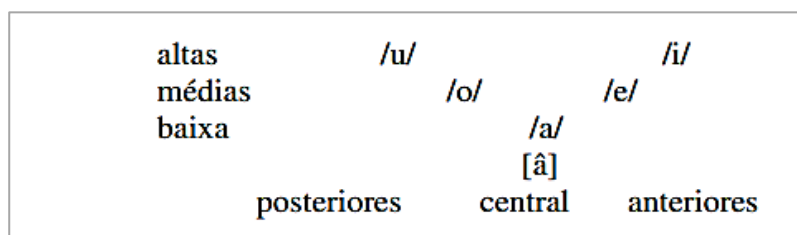
De acordo com Cristófaros Silva (2017, p. 81),

A pronúncia típica do **a** ortográfico pretônico é [a]: **abacaxi**. Em alguns dialetos – como por exemplo o carioca – ocorre uma vogal central média-baixa que transcrevemos por [ə]: [əbəkə'ʃi] “abacaxi”. A vogal [ə] ocorre por exemplo em alguns dialetos paulistas quando o **a** ortográfico é seguido de consoante nasal: **cama**, **cana**. A vogal [ə] pode ainda marcar variação de idioleto em fala informal.

Cristófaros Silva (2017, p. 84) ainda destaca que todos os dialetos do português brasileiro apresentam [i, e, a, o, u] em posição pretônica.

Câmara Jr. (1970) propõe a seguinte distribuição para as vogais em posição tônica diante de nasal em sílaba seguinte:

Figura 22 Vogais em posição tônica diante de nasal em sílaba seguinte

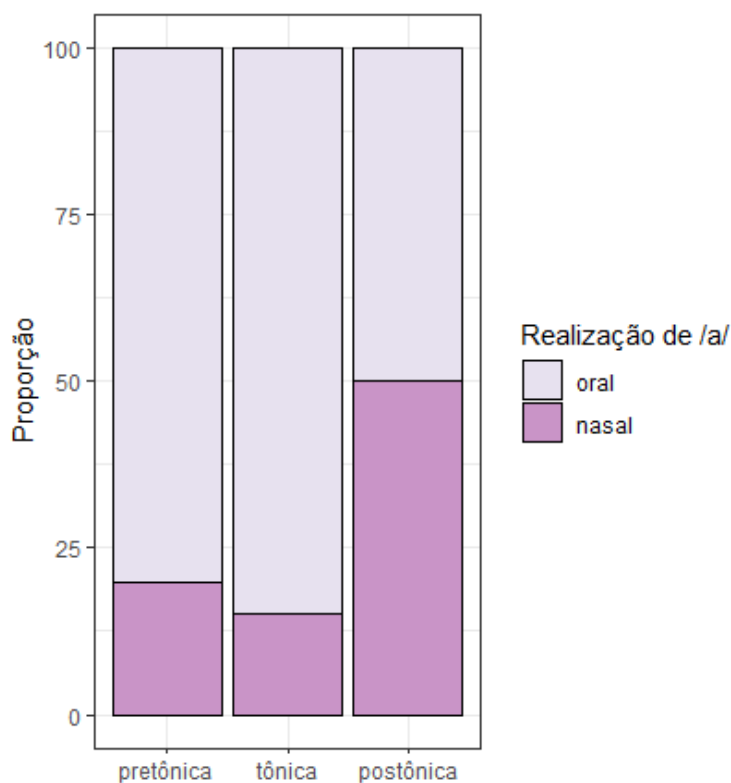


Fonte: Câmara Jr. (1970, p. 43)

Para o processo em que se elimina a distinção entre dois elementos, Câmara Jr. (1970) propõe o conceito de neutralização, a qual ocorre em posições átonas, pretônica, postônica final e não final.

Observemos o gráfico a seguir para uma melhor visualização da distribuição proporcional das realizações das variantes enquanto pretônica, tônica e postônica:

Gráfico 5 -: Realização da vogal [a] enquanto pretônica, tônica e postônica.



Fonte: Dias (2021)

Com relação a este gráfico, é possível afirmar que as variantes orais e nasais que ocorrem em situação de sílaba postônica estão ocorrendo na mesma proporção para oral e nasal,

pois ambas foram realizadas em uma porcentagem de 50%. Já para as variantes orais e nasais que ocorreram em situação de sílaba pretônica, houve uma maior diferença, na qual 80% realizou-se como oral e 20% como nasal. Essa porcentagem e frequência pode ser melhor visualizada na tabela a seguir:

Tabela 6 - Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo sua intensidade enquanto sílaba átona.

<b>Intensidade</b>	<b>Variável dependente</b>	<b>Frequência</b>	<b>Proporção</b>
<b>Pretônica</b>	Oral	197	80,1%
<b>Pretônica</b>	Nasal	49	19,9%
<b>Postônica</b>	Oral	2	50%
<b>Postônica</b>	Nasal	2	50%

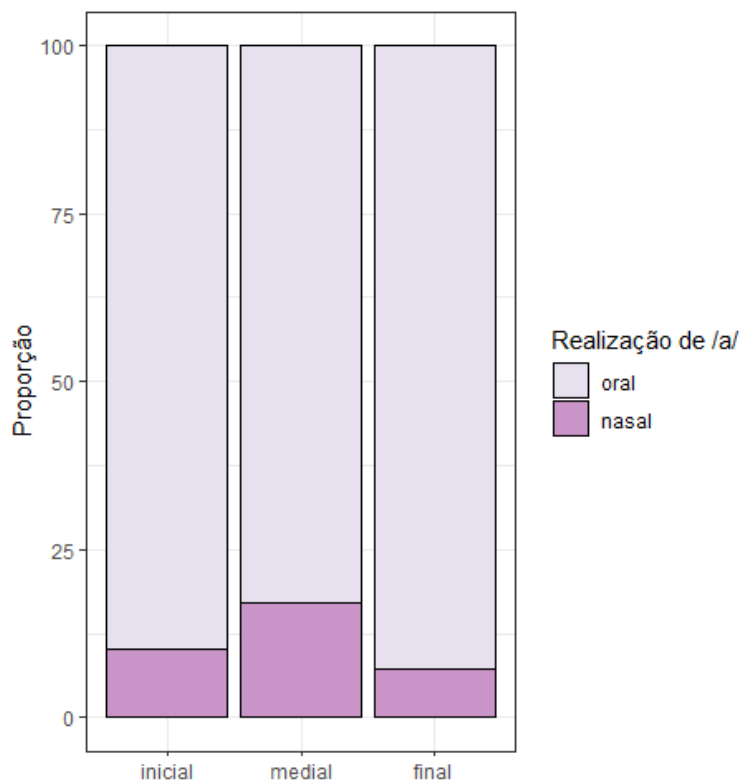
Fonte: Dias (2021)

Considera-se, portanto, que o cenário favorecedor para realização da oro-nasalidade vocálica de [a], em sílabas átonas, é o contexto de sílaba pretônica, uma vez que, nesta situação, a variante oral ocorreu 197 vezes, enquanto que a variante nasal ocorreu apenas 49 vezes.

O cenário de sílaba postônica não se mostrou favorecedor para realização da oro-nasalidade vocálica, uma vez que foi realizado apenas 2 vezes para variante oral e 2 vezes para variante nasal.

Examinamos ainda, com relação à sílaba, em qual posição a vogal [a] encontrava-se, se inicial como em “antes [ˈaːnti] – ano [ˈaːnU]”, medial como em “não [ˈnaːw]– mão [ˈmaːw]” ou final como em “irmã – [imˈa] - amanhã – [amaːˈpa] e manhã – [maːˈpa]”. O resultado é possível observar no próximo gráfico:

Gráfico 6 - Proporção da realização da vogal [a] segundo sua posição na sílaba



Fonte: Dias (2021)

Ao observarmos o gráfico, é possível notar que em posição inicial, a vogal [a] como oral ocorreu 89,9%, o que significa uma frequência de 107 realizações, enquanto que como nasal ocorreu 10,1% representando 12 realizações. Em posição medial, a vogal [a] como oral ocorreu em uma proporção de 83%, o que representou 874 realizações, já como nasal ocorreu 17%, representando 179 realizações. Na posição final, a vogal [a] ocorreu em uma proporção de 92,9% como oral e 7,1% como nasal, essa porcentagem representa 13 realizações para variante oral e 1 realização para a variante nasal.

Com maior detalhe, podemos ver, na tabela abaixo, a representação da frequência e proporção da posição da vogal [a] na sílaba.

Tabela 7 - Posição da vogal [a] na sílaba.

<b>Posição</b>	<b>Variável dependente</b>	<b>Frequência</b>	<b>Proporção</b>
<b>Inicial</b>	Oral	107	89,9%
<b>Inicial</b>	Nasal	12	10,1%
<b>Medial</b>	Oral	874	83%
<b>Medial</b>	Nasal	179	17%
<b>Final</b>	Oral	13	92,9%
<b>Final</b>	Nasal	1	7,1%

Fonte: Dias (2021)

É possível perceber que, em posição medial, a frequência de realizações da variante oral foi maior, com 874 ocorrências. No entanto, numa escala proporcional, o falante das comunidades quilombolas de Poconé e Barra do Bugres tendem a optar pelo uso da variante oral em posição final, pois das 14 ocorrências da variável dependente, 13 foram realizadas como oral.

Deste modo, consideramos que, com relação à posição do [a] na sílaba, em primeiro lugar, o contexto de posição final é o que mais influencia para a realização da variante oral, em segundo lugar, o contexto de posição inicial e, por último, o contexto de posição medial.

De acordo com Naro (1992 *apud* MONTEIRO, 2002, p. 96), “quando existem duas formas alternantes em competição e uma delas possui alguma vantagem sobre a outra, tal fato deve resultar em seu favorecimento durante o processo de mudança”. Logo, apreende-se que em determinado momento o emprego da forma favorecida tende a ser realizado com maior probabilidade que o emprego da forma concorrente.

Nos resultados obtidos, a variante padrão tem alcançado baixos níveis de realização, isso significa que seu processo de substituição, caso ocorra, será lento. Com o tempo a tendência é que os falantes optem pela forma de prestígio e então a forma desfavorecida deixa de ser usada, mas a mudança ainda será morosa no caso dos dados apresentados, visto que a variante desfavorecida ainda ocorre com maior frequência que à de prestígio.

No tópico seguinte veremos como ocorre a realização do [a] em ambiente nasal segundo a classificação morfológica dos itens lexicais.



### 6.3.5 Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo a classificação morfológica dos itens lexicais.

Nessa parte da análise, a intenção é identificar qual é a classificação morfológica em que há a realização de ambas as variantes dependentes. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de observar em qual classe de palavra a variante oral ocorreria com maior frequência e proporção. Vejamos, na tabela a seguir, a frequência e proporção da variável independente classe morfológica.

Tabela 8 - Classificação morfológica do item lexical em que ocorre o processo.

<b>Classe morfológica</b>	<b>Variável dependente</b>	<b>Frequência</b>	<b>Proporção</b>
<b>Substantivo</b>	Oral	508	81,8%
<b>Substantivo</b>	Nasal	113	18,2%
<b>Verbo</b>	Oral	298	83,5%
<b>Verbo</b>	Nasal	59	16,5%
<b>Adverbo</b>	Oral	147	89,6%
<b>Adverbo</b>	Nasal	17	10,4%
<b>Adjetivo</b>	Oral	40	95,2%
<b>Adjetivo</b>	Nasal	2	4,8%
<b>Conjunção</b>	Oral	1	50%
<b>Conjunção</b>	Nasal	1	50%

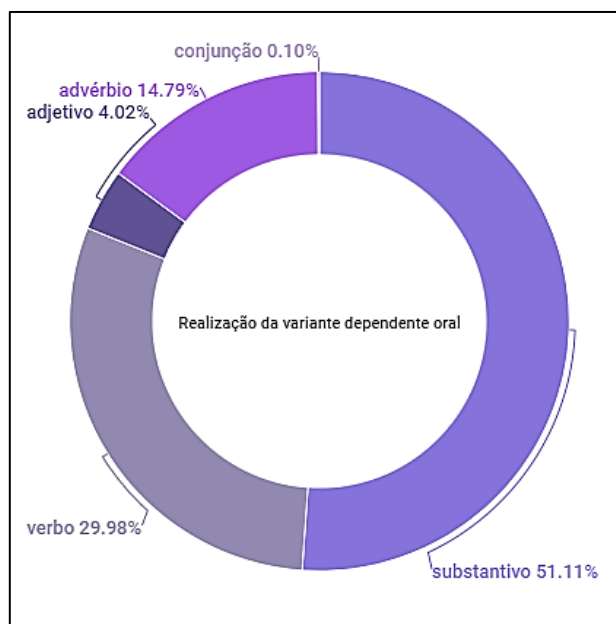
Conforme aponta a tabela, a classe de palavra que obteve maior frequência na distribuição dos dados foi o substantivo, com 621 ocorrências. Foram 508 realizações de substantivos para a variante oral e 113 para a nasal, o que representa proporcionalmente 81,8% de realizações orais e 18,2% de nasais.

Ainda, considerando a frequência, os verbos somaram 357 realizações, sendo 298 para a variante oral e 59 para a nasal, que representam 83,5% de realização na qualidade de oral e 16,5% na de nasal. Com relação aos advérbios, foram 164 realizações do processo. Desse número, proporcionalmente, 89,6% ocorreu em oral e 10,4% em nasal.

Os adjetivos somaram uma ocorrência de 42 realizações, de modo que 95,2% realizaram-se como oral e 4,8% como nasal. E, por fim, as conjunções, que obtiveram 2 realizações, uma para cada variante.

Observemos o gráfico abaixo para visualizar a frequência com que cada uma das classes morfológicas ocorreu, nos dados, privilegiando a variante oral.

Gráfico 7 - Frequência de realização da variante oral para cada classe morfológica

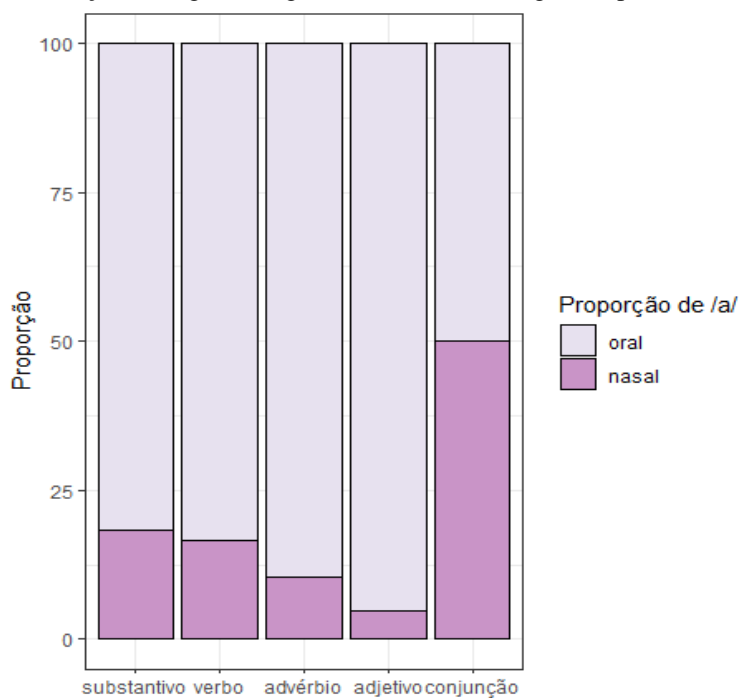


Fonte: Dias (2021)

Com base no gráfico, para as ocorrências de variante oral, a realização de substantivos totalizou 51,11%, as de verbo 29,98%, as de advérbio 14,79%, de adjetivo 4,02% e conjunções 0,1%. Esse fato ocorreu devido à construção da Língua Portuguesa em que há maior utilização de substantivos e verbos.

Para visualizar melhor a proporção entre as variáveis, observemos o gráfico abaixo:

Gráfico 8 - Proporção da realização da vogal [a] segundo a classe morfológica da palavra.



Fonte: Dias (2021)

Nos resultados obtidos, a classe de palavra que, proporcionalmente, gera maior influência na utilização da variante oral é o adjetivo, visto que, da totalidade de adjetivos que foram realizados pelos falantes das comunidades, 95,2% dos casos foram produzidos privilegiando a variante oral e 4,8% dos casos privilegiou-se a variante nasal. De acordo com Labov (2008, p. 221) “diz-se que as variantes pertencem a dois sistemas diferentes, e que a alternância é um exemplo de “mistura dialetal” ou “alternância de código” [code-switching]”.

Notamos que nos casos obtidos pelos dados os falantes movem-se consistentemente de uma variante para a outra, o que é possível presumir graças à análise proporcional de cada uma das variáveis independentes pela variável dependente, bem como suas frequências.

De modo geral, a preferência, dos falantes das comunidades quilombolas entrevistados, está na realização da oro-nasalidade vocálica de [a] em ambiente nasal nos adjetivos, que apresentou uma proporção para a ocorrência da variante oral expressivamente maior em relação à variante nasal.

No tópico seguinte veremos como ocorre a realização do [a] em ambiente nasal segundo o fator extralinguístico sexo/gênero.

### 6.3.6 Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo o sexo/gênero.

Nesta parte da análise, a intenção é identificar em qual sexo/gênero que há maior realização de uma ou outra variante dependente. Esse procedimento foi realizado com o

objetivo de observar em qual sexo/gênero a variante oral ocorreria com maior frequência e proporção. Vejamos, na tabela a seguir, a frequência e proporção da variável independente sexo/gênero.

Tabela 9 - Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo o sexo/ gênero.

<b>Sexo/ gênero</b>	<b>Variável dependente</b>	<b>Frequência</b>	<b>Proporção</b>
<b>Feminino</b>	oral	289	78,1%
<b>Feminino</b>	nasal	81	21,9%
<b>Masculino</b>	oral	705	86,4%
<b>Masculino</b>	nasal	111	13,6%

Fonte: Dias (2021)

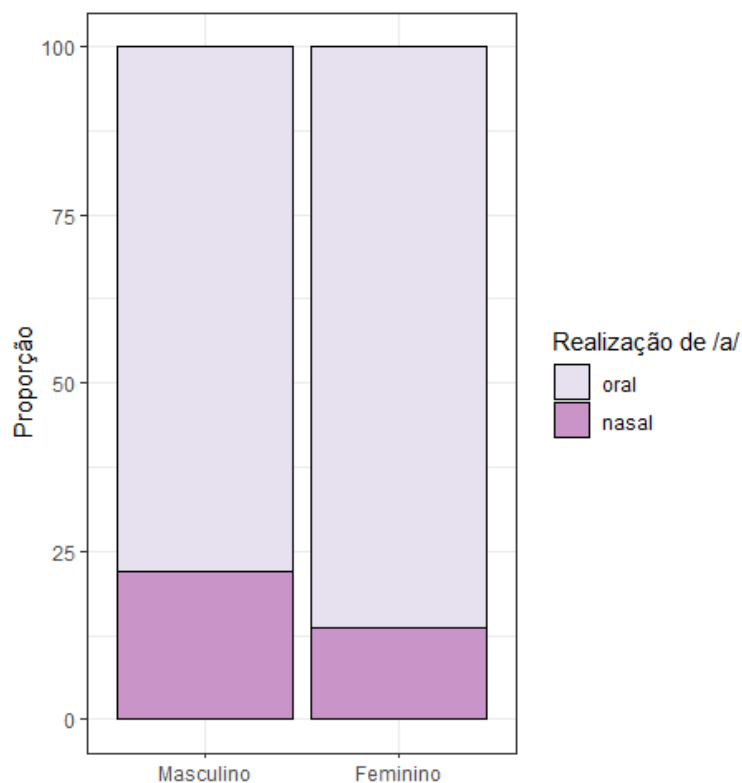
Conforme aponta a tabela, o sexo/gênero que obteve maior frequência na distribuição dos dados foi o masculino, com 816 ocorrências. Foram 705 realizações para a variante oral e 111 para a nasal, o que representa proporcionalmente 86,4% de realizações orais e 13,6% de nasais. O motivo para que o número de ocorrência da variável dependente tenha sido maior entre os homens justifica-se, pois, na comunidade Campina de Pedra, dos quatro participantes da pesquisa, três entrevistados são homens e apenas uma mulher.

O sexo/gênero feminino realizou 370 no total. Desses casos, 289 ocorrências privilegiaram a variante oral, o que representa 78,1%, e 81 privilegiaram a variante nasal, o que representa 21,9%.

De acordo com Labov (2008, p. 152), “O estudo da variação social na língua é simplesmente um dos muitos aspectos do estudo das estruturas linguísticas variantes”. Além disso, o estudo sociolinguístico fornece meios para que as estruturas estudadas possam ser comprovadas empiricamente em análises de nível funcional, com soluções que pareçam improváveis e/ou insolúveis. Ainda, o pesquisador define as estruturas das variantes através de métodos quantitativos que levam a uma análise cuidadosa e detalhada do processo e da mudança que pode estar em andamento.

Vejamos a seguir o gráfico que representa a proporção com que cada variante ocorreu na variável sexo/gênero.

Gráfico 9 - Proporção da realização da vogal [a] segundo o sexo/ gênero.



De acordo com o exposto pelo gráfico, vemos que o sexo/gênero feminino, numa análise proporcional, está optando com maior frequência pela variante desfavorecida. “As mulheres, de acordo com inúmeros estudos sociolinguísticos, usam de preferência as variantes socialmente prestigiadas e evitam as que transgridam a língua-padrão”. (MONTEIRO, 2002, p. 99).

De acordo com Labov (2008, p. 347),

Na medida em que os pais influenciam a língua inicial das crianças, as mulheres influenciam mais ainda; as mulheres certamente conversam mais do que os homens com as crianças e têm uma influência mais direta durante os anos em que as crianças estão formando regras linguísticas com maior rapidez e eficiência. Parece provável que o ritmo do progresso e a direção da mudança linguística devem muito à especial sensibilidade das mulheres a todo o processo.

Labov (2008) inicialmente faz a afirmação de que as mulheres tendem a utilizar a forma padrão da língua, o que levaria à mudança, sendo a forma favorecida vencedora nessa concorrência. No entanto, nos dados em análise, observamos que as mulheres estão mais propensas a utilizar a forma menos favorecida, de menor prestígio. O que reforça a ideia de Labov quando o autor explica que esta afirmação, da citação acima, não passa de especulação

e “seria um grave erro formular o princípio geral de que as mulheres sempre lideram o curso da mudança linguística”. (LABOV, 2008, p. 347)

Sabemos que “na Sociolinguística a diferença entre falas de homens e mulheres é objeto de permanente discussão” (CALLOU; LEITE, 2002, p. 36). Em vista disso, concordamos com a afirmação das autoras de que as identidades masculinas e femininas interagem com outras identidades, fato que leva a não vermos a linguagem do homem ou da mulher de forma isolada, mas “sim em conjunto com outros fatores”. (CALLOU; LEITE, 2002).

Ao comentar estudos de diversos pesquisadores variacionistas, Trudgill (1991, p. 78) explica que:

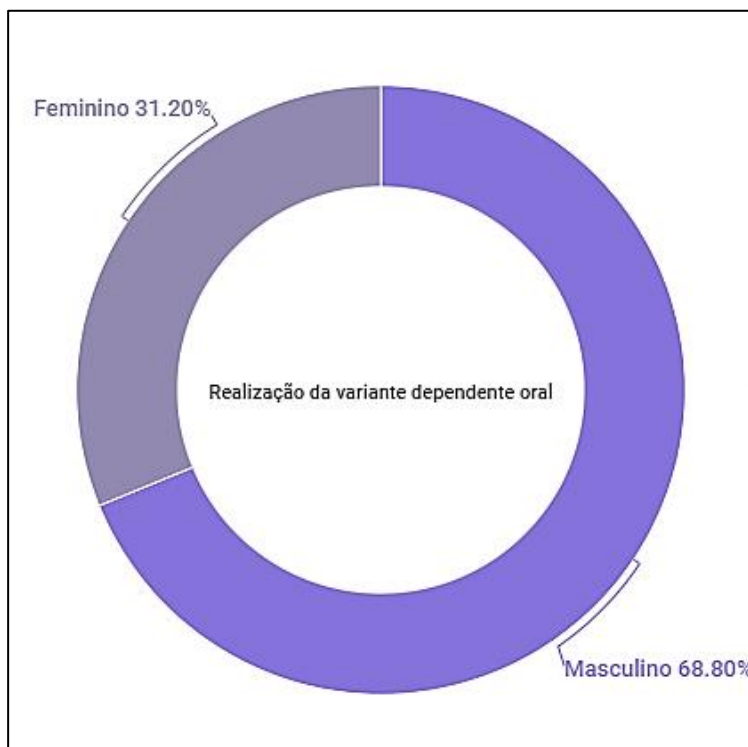
Todos os pesquisadores chegaram à conclusão de que, mesmo levando em conta outras variáveis, [...] as mulheres produzem de modo consistente formas linguísticas mais próximas da linguagem padrão (norma padrão) ou mais prestigiosa que as dos homens, ou então que elas produzem com mais frequência formas desse tipo (TRUDGILL, 1991, p. 78).

A oro-nasalidade vocálica de [a] em ambiente nasal, na variável sexo/gênero, foi encontrado em maior proporção na fala das mulheres; os homens mostraram uma tendência um pouco menor a esse uso. Labov (2008, p. 348) afirma que “a diferenciação sexual da fala frequentemente desempenha um papel importante no mecanismo da evolução linguística”.

Nesse sentido, é importante que o pesquisador fique atento às características de interação social, ambos na variável sexo/ gênero, o quanto homens falaram mais que as mulheres, e até às diferenças físicas do trato vocal.

Vejamos o gráfico a seguir para termos uma melhor noção da frequência com que masculino e feminino produziram formas que privilegiam a variante oral.

Gráfico 10 - Frequência de realização da variante oral segundo o sexo/gênero



Fonte: Dias (2021)

Ao observarmos o gráfico é possível notar que os homens realizaram mais palavras que favoreciam a variante oral que as mulheres, mas ainda assim, isso não é o suficiente para afirmar que são eles quem praticam mais a variável de menor prestígio. O que afirmamos é que, com base nas proporções, as mulheres tendem a optar por essa forma desfavorecida mais recorrentemente que os homens.

No tópico seguinte, veremos como ocorre a realização do [a] em ambiente nasal segundo o fator extralinguístico faixa etária.

### 6.3.7 Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo a faixa etária.

Nesta parte da análise a intenção é identificar em qual faixa etária há maior realização de uma ou outra variante dependente. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de observar em qual faixa etária a variante oral ocorreria com maior frequência e proporção. Vejamos, na tabela a seguir, a frequência e proporção da variável independente faixa etária.

Tabela 10 - Realização da vogal [a] em ambiente nasal segundo a faixa etária.

Faixa etária	Variável dependente	Frequência	Proporção
1 <sup>a</sup>	Oral	421	79,7%

1 <sup>a</sup>	Nasal	107	20,3%
2 <sup>a</sup>	Oral	573	87,1%
2 <sup>a</sup>	nasal	85	12,9%

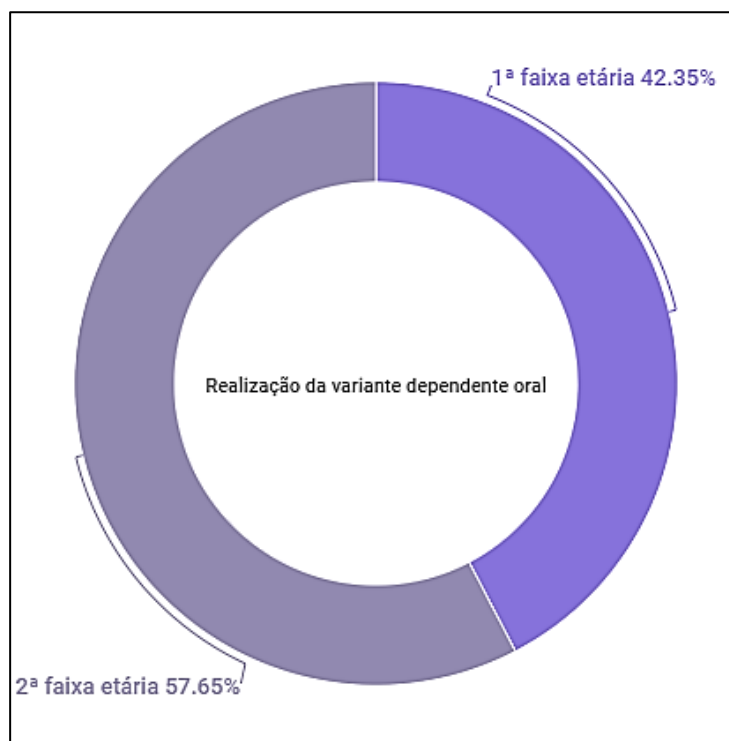
Fonte: Dias (2021)

Conforme aponta a tabela, a faixa etária que obteve maior frequência na distribuição dos dados foi a 2<sup>a</sup> faixa etária, com 658 ocorrências. Foram 573 realizações para a variante oral e 85 para a nasal, o que representa proporcionalmente 87,1% de realizações orais e 12,9% de nasais.

A 1<sup>a</sup> faixa etária produziu 528 palavras no total. Dessas, 421 realizações para a variante oral e 107 para a nasal. Isso representa, proporcionalmente, 79,7% de realizações para a variante oral e 20,3% para a variante nasal.

Vejamos o gráfico a seguir para termos uma melhor noção da frequência com que 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> faixa etária produziram formas que privilegiam a variante oral.

Gráfico 11 - Frequência da realização da variante oral segundo a faixa etária



Fonte: Dias (2021)

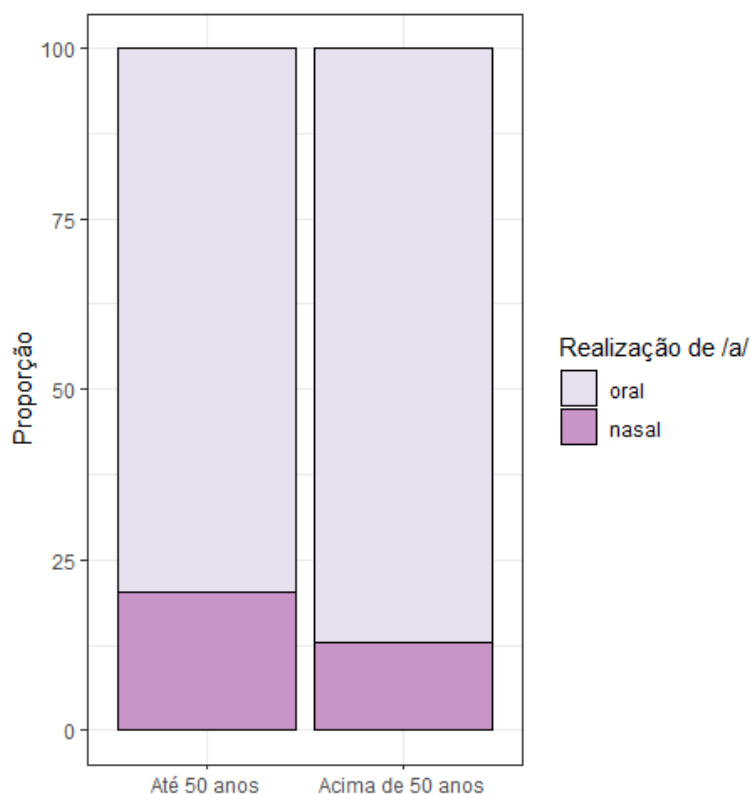
Esse gráfico representa a porcentagem para cada faixa etária segundo a frequência com que produziram itens lexicais que favoreceram a variante oral nos dados. Podemos inferir, então que, dos dados em que ocorreram variantes orais, 57,65% foram produzidos pela 2<sup>a</sup> faixa etária, enquanto que 42,35% foram produzidos pela 1<sup>a</sup> faixa etária.



A faixa etária foi um fator extralinguístico escolhido para que pudéssemos analisar se há diferenças no falar conforme a geração do participante, ou seja, queremos saber, numa medida proporcional, se os informantes da primeira faixa etária estão mantendo ou não os aspectos do falar utilizado pelos informantes da segunda faixa etária.

Vejamos a seguir o gráfico que representa a proporção com que cada variante ocorreu na variável faixa etária.

Gráfico 12 - Proporção da realização da vogal [a] segundo a faixa etária.



Fonte: Dias (2021)

Com base no gráfico é possível afirmar que a segunda faixa etária, acima dos 50 anos, tem a maior tendência em produzir palavras que favoreçam a variante oral. Embora a primeira faixa etária, até os 50 anos, tenha uma menor tendência para a forma de menor prestígio, em relação à segunda faixa etária, percebemos que a proporção para a produção de item que favoreça a variante oral é também expressiva.

De acordo com Freitag (2011, p. 46), “a idade é uma das três supercategorias sociais nas sociedades industrializadas modernas, junto com a classe e o sexo, e seu atributo social é a correlação primária com a mudança linguística”.

Freitag (2011, p. 46) considera ainda que percebemos intuitivamente a influência da idade no uso da língua e nos processos de variação e mudança “uso de uma expressão “fora de moda”, gírias desatualizadas, enfim, percebemos que o tempo passou e ainda guardamos traços daquela época em nosso repertório linguístico”.

A distribuição por faixa etária, de acordo com Labov (2008), não representa apenas mudanças na comunidade, mas também um padrão de gradação etária, que se repete com o passar das gerações. Essa escolha vai envolver inúmeros outros fatores extralinguísticos, como a própria atitude linguística do informante frente à sua língua.

Neste caso, também o fator extralinguístico faixa etária é um aspecto que pode justificar o uso mais frequente da variante estigmatizada, no entanto, como já explicitado antes, não é apenas o fator condicionador extralinguístico faixa etária que explicará esse uso, mas sim a faixa etária combinada aos processos nos quais o sistema linguístico interaja, conforme propôs Labov (2008).

Conforme explicam Silva e Scherre (1996, p. 35):

A linguagem é adquirida em sua grande parte até aproximadamente 14 anos (puberdade) e, teoricamente, observando-se uma pessoa de 50 anos, por exemplo, teríamos um reflexo do que se falava há 36 anos atrás. Assim, as diferenças resultantes da comparação das diferentes faixas etárias poderiam indicar mudanças em processo de implementação no sistema. (SILVA E SCHERRE, 1996, p. 35)

Para Chambers e Trudgill (1980), no que diz respeito à faixa etária, a caracterização da variação estável se dá por um padrão curvilíneo, de modo que as faixas etárias intermediárias, ou segunda faixa etária, apresentariam maior frequência de uso das formas linguísticas conservadoras e os mais jovens apresentariam maior frequência no uso das formas inovadoras. Conforme aponta Gorski (2009, p. 5), “as diferenças entre as faixas etárias podem ser indícios de que está ocorrendo uma mudança linguística em tempo aparente”.

Nas comunidades quilombolas pesquisadas, de acordo com os dados, os mais jovens estão usando com maior frequência a variante nasal, enquanto os mais velhos, da segunda faixa etária optam pela variante oral com maior frequência. Então, a estratificação social, o reconhecimento social, as instituições normativas e a tendência à correção são fatores extralinguísticos que podem fazer com que os falantes mais jovens sigam em direção à variante conservadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociolinguística, a hipótese da heterogeneidade linguística é comum. Como uma entidade servindo a uma comunidade complexa. Como outras organizações sociais, a heterogeneidade ordenada da linguagem é a base de sua função. Este objeto se cruza com os processos a ele associados e, ao mesmo tempo, constitui produtos e processos culturais. Ou seja, na mesma medida em que a linguagem é fruto dos processos históricos que a rodeiam é também um fator que intervém nesta realidade.

Como resultado dessa nova perspectiva, Labov propôs que a linguagem fosse percebida como estruturada e sistemática, questionando a mudança e a variabilidade da linguagem no centro da análise. Para o autor, os aspectos sociais da linguagem são estudados por meio da observação pessoal, mas os aspectos individuais são estudados apenas pela observação da linguagem nesse contexto social (LABOV).

Considerando os valores sociais que resultam de formas linguísticas conservadoras e inovadoras, Labov (2008) argumenta que essas duas formas linguísticas muitas vezes representam um conflito entre valores sociais. Portanto, esses valores sociais se tornam estereotipados ou permanecem em um nível inconsciente. Portanto, seja inovadora ou não, surgiu uma das formas que provoca o que Labov (2008) chama de mudança recursiva em relação à forma de linguagem conservadora dominante, e progressiva no caso da inovação. Levando essas informações em consideração, entendemos que as comunidades quilombolas de Poconé e Barra do Bugres têm optado por uma evolução progressiva em relação ao uso da linguagem.

Estruturalmente, há transbordamentos em todo o sistema de linguagem, e o uso de formas conservadoras ou inovadoras começa com um contexto mais limitado e atinge um contexto mais amplo ao longo do tempo. Há uma luta evolutiva entre a nova forma e a velha forma, e a nova forma se estende de falante a falante e de um contexto linguístico a outro. (RONCARATI, 2008)

Para a investigação desta Tese, consideramos a variável dependente como a realização ou não realização do processo de oro-nasalidade da vogal [a] em ambiente nasal, ou seja, se os falantes realizavam a vogal em ambiente nasal como oral ou se foi mantida a variedade padrão de nasalização da vogal oral em ambiente nasal. Desta forma, trabalhamos com uma variedade binária que foi decodificada nos dados como oral ou nasal.

Estratificamos ainda as variedades linguísticas independentes, que foram organizadas em item lexical, contexto fônico precedente, contexto fônico seguinte, tonicidade da sílaba em que ocorre o processo, intensidade dos processos que ocorreram em sílabas átonas, posição na sílaba e classe morfológica do item lexical. Os fatores condicionadores extralinguísticos foram organizados em sexo/ gênero, faixa etária e comunidade quilombola em que reside.

A frequência com que uma variante ocorre na comunidade é um fator de análise muito importante para a Sociolinguística. Nas comunidades em evidência nesse estudo, constatamos que 994 ocorrências da variante ocorreram como oral, enquanto que 192 ocorreram como nasal.

Inicialmente, acerca de nossa primeira hipótese, foi possível perceber que ela se concluiu como verdadeira. Com base nos resultados, notamos que houve mudanças significativas para o favorecimento do uso da variedade local. As três comunidades mostraram-se favorecedoras à realização da oro-nasalidade vocálica de [a] em contexto nasal, uma vez que, optaram pelo uso da variante oral.

Sobre a Realização da vogal [a] em ambiente nasal, segundo seu contexto fônico precedente, os elementos vozeados, têm a maior chance de ocorrer em contexto precedente nas realizações da variante oral, uma vez que obteve uma proporção de realização de 84,7% orais contra 15,3% de nasal. E em segundo lugar, com relação ao contexto precedente, os elementos desvozeados também favorecem a realização da variante oral, uma vez que a proporção foi de 82,9% de ocorrência de orais e 17,1% de nasais. Nesse sentido, consideramos que as formas que mais favorecem a ocorrência da variante oral, são os contextos precedentes de desvozeadas.

Com relação à realização da vogal [a] em ambiente nasal, segundo seu contexto fônico seguinte, percebemos que o fator favorável para a ocorrência da variante oral são as consoantes desvozeadas, ainda que os dados não sejam tão expressivos. No entanto, outro fator que propicia a realização da variante oral com bastante frequência são as consoantes vozeadas.

Além disso, o contexto fônico seguinte de semivogal foi uma surpresa aparecer realizando-se em favor da variante oral, pois estudos (MACEDO-KARIM, 2012; MENDES 2015; SILVA, 2016; e LIMA, 2018), realizados nas áreas urbanas de regiões do Alto Pantanal, apontaram que esse processo tem por característica alternar-se de [ãw] para [õn], contudo, nas comunidades quilombolas que foram pesquisadas o que ocorre é uma alternância entre a nasalização vocálica [ãw] e oralização vocálica [a<sup>w</sup>].

Concluimos ainda, que o processo de oro-nasalidade vocálica [a] em ambiente nasal, além de ocorrer conforme previsto, em contexto de sílabas tônicas, ocorreu também em contexto de sílabas átonas, de maneira que formou o que denominamos de sílaba subtônica,

nesse sentido percebemos que o que pode estar ocorrendo é o abaixamento parcial do véu palatino, de modo que a vogal não apresenta somente o traço nasal, mas também o traço oral.

Atestamos também neste estudo que, com relação à variável classe morfológica, a classe de palavra que, em medida proporcional, proporcionou maior influência para que a variante oral fosse realizada foi o adjetivo, uma vez que 95,2% dos casos foram produzidos privilegiando a variante oral e 4,8% dos casos privilegiou-se a variante nasal.

Além disso, foi possível observar que o sexo/gênero feminino, proporcionalmente, opta com maior frequência pela variante oral. Isso significa que as mulheres das comunidades quilombolas tendem a realizar a oro-nasalidade vocálica de [a] em contexto nasal, mais vezes que os homens, ainda que nos dados tenham aparecido mais itens lexicais produzidos pelos do sexo/gênero masculino.

Concluimos, sobre a variedade faixa etária, que a segunda faixa etária, acima dos 50 anos, tende mais frequentemente em produzir palavras que favoreçam a oro-nasalidade vocálica de [a] em ambiente nasal. Apesar de a primeira faixa etária, até os 50 anos, ter obtido uma menor tendência para realizações da variante oral, se comparada à segunda faixa etária, compreendemos que a proporção para a produção de lexia que favoreça a variante oral é expressiva. Pois dos dados em que ocorreram variantes orais, 57,65% foram realizados pela 2ª faixa etária e 42,35% foram realizados pela 1ª faixa etária. Com base nos resultados obtidos no estudo, percebemos que a variante considerada de menor prestígio têm alcançado elevados níveis de realização, fundamentado nisso, entendemos que o processo de substituição pela variante prestigiada, caso aconteça, será lento.

Labov (2008) aponta que com o tempo, a tendência é seguir em direção à variante de maior prestígio que, no caso deste estudo é a nasalização de [a] em ambiente nasal. Nos casos das comunidades quilombolas, a mudança será um processo de demora, pois os falantes optam pela realização da variante oral em todos os ambientes de análise. Ainda que os participantes da faixa etária mais jovem possuam uma diferença menor entre uso da variante oral e variante nasal, eles ainda preferem a oral, pois segundo as análises dos dados, a 1ª faixa etária produziu 528 palavras no total. Dessas, 421 realizações privilegiaram a variante oral e apenas 107 a variante nasal.

Pensando nas atitudes linguísticas dos quilombolas de Poconé e Barra do Bugres, consideramos que, em geral, sentem orgulho de sua identidade enquanto quilombola, pois percebemos que seu modo de falar reflete seu sentimento de pertencimento à sua comunidade.

Nos deparamos com um processo linguístico até então pouco conhecido nos estudos do português popular de Mato Grosso, que é a oro-nasalidade vocálica [a] em ambiente nasal que ao invés de realizar-se como nasal, devido à influência do contexto, realiza-se como oral.

O estudo buscou contribuir para os estudos Sociolinguísticos do Brasil, de modo especial, para os estudos acerca das variedades linguísticas das comunidades quilombolas de Mato Grosso. Para isso, identificamos e analisamos as variáveis linguísticas e extralinguísticas que pudessem explicar a ocorrência do processo de oro-nasalidade vocálica [a] em contexto nasal.

Acreditamos que, a partir deste trabalho, outros estudos possam ser realizados a fim de descrever, analisar e preservar os falares quilombolas sob a perspectiva da Sociolinguística, bem como de outras áreas da Linguística.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. **Comunicação e cultura: práticas cotidianas e construção da cidadania na comunidade quilombola Campina de Pedra, município de Poconé, MT.** 2012.
- ALTENHOFEN, Cléo V. et al. O “território de uma língua”: ocupação do espaço pluridimensional por variedades em contato na Bacia do Prata. **Línguas em contato: onde estão as fronteiras**, p. 69-103, 2014.
- ALVES, Diocles Igor Castro Pires. O PROCESSO DE NASALIZAÇÃO NO DIALETO QUILOMBOLA GURUTUBANO. Dissertação de Mestrado. PUCMinas, 2014.
- AMADO, Rosane de Sá. **O português étnico dos povos Timbira.** *Papia* 25/1: 103-119.
- ARINI, Juliana. **Mineração espalha medo nas terras quilombolas de Mato Grosso.** 2019. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2019/10/mineracao-espalha-medo-nas-terras-quilombolas-do-mato-grosso/>. Acesso em: 12 maio 2021.
- BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de Sociolinguística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BARBOSA, Plínio A. MADUREIRA, Sandra. **Manual de fonética acústica experimental: aplicações a dados do português.** São Paulo: Cortez, 2015.
- BLOOMFIELD, Leonard. **Language History: From Language** (1933 Ed.). Holt, Rinehart and Winston, 1965.
- BONIFÁCIO, Ligiane Pessoa dos Santos. 2019. **Contato linguístico Tikuna-Português no Alto Solimões- Amazonas: um estudo sobre a variedade de Português falada por professores Tikuna.** Tese (Doutorado em Linguística) - UFRJ
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em Língua Materna: a Sociolinguística em sala de aula.** São Paulo: Parábola, 2004.
- BOTELHO, José Mario. A nasalidade das vogais em português. **Soletras**, n. 14, p. 55-63, 2007.
- BRIGHT, William. **Dialeto social e história da linguagem.** In FONSECA, Maria Stella Vieira da;
- CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. **Iniciação a fonética e fonologia.** Zahar, 1995.
- NEVES, Moema Facure (Orgs.). **Sociolinguística.** Rio de Janeiro: Eldorado, 1974
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística.** São Paulo: Scipione, 1999.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Análise fonológica.** São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. MARCIONILO, Marcos. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CAMPOS, Jocimar Jesus de. **As narrativas míticas da comunidade quilombola de Morrinhos/Poconé/MT e os fazeres escolares**. Dissertação de Mestrado, UFMT. Cuiabá/MT, 2017.
- CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter (1980). *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHRISTINO, Beatriz. 2015. **Gender Agreement in Huni-Kuin Portuguese Noun**. *Papia*. Volume 25(1), p. 77-102, Jan/Jun.
- EMMERICH, Charlotte. 1984. **A língua de contato no alto Xingu. Origem, forma e função**. Tese de Doutorado, UFRJ.
- FERREIRA, Marília. 2005. **Descrição de aspectos da variante étnica usada pelos Parkateje**. *DELTA* 21/1; 1-21.
- FREITAS, Adriana Coelho; VASCONCELOS, Tayane; ARAÚJO, Jussara. ASSIMILAÇÃO DA NASALIDADE NA FALA ANORIENSE. **Travessias Interativas**, n. 15, p. 57-67. 2018
- GOFFMAN, Erving. **A situação negligenciada**. In RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M. (org). **Sociolinguística Interacional**. 2 ed. Edições Loyola, São Paulo: 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 2, p. 24-28, 2005.
- GUY, Gregory (2005). **A questão da crioulização no português do Brasil**. In: ZILLES, A. M. S. (Org.). *Estudos de variação lingüística e no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 15-38.
- GUY, Gregory (1981). **Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax and language history**. Dissertation. PH.D., Philadelphia.
- HELD, Thaisa Maira Rodrigues. Racismo institucional e ordens de despejos nos quilombos Mata Cavalo e Jacaré dos Pretos, Mato Grosso. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 12, n. 1, p. 303-329, 2020.
- HOLM, John (1992). **Popular Brazilian Portuguese: a semi-creole**. In: ANDRADE, E.; KIHM, A. (Orgs.). *Actas do Colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa*. Lisboa: Colibri. p. 37-66.
- HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1975 [1943]. 147 p.
- LABOV, William. **The Social Stratification of English in New York City**: Center for Applied Linguistics, 1966.



\_\_\_\_\_. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania, Press, 1972.

\_\_\_\_\_. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LEITE, Y. FRANCHETTO, B. **Quinhentos anos de línguas indígenas no Brasil**. In: MATTOS E SILVA, R. V. et al (orgs.). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da cultura e turismo do estado da Bahia, 2006.

LIMA, José Leonildo. A alternância entre as fricativas e africadas, a alternância de [ãw] e [õ] final e o gênero gramatical: marcas do português arcaico no falar cuiabano. **Diversidade e variação linguística em Mato Grosso. Cáceres, MT: Editora UNEMAT**, p. 25-42, 2018.

LUCCHESI, Dante. **As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000)** (The two great trends of Brazilian Sociolinguistic history (1500-2000). *Revista D. E. L. T. A.*, n. 17, p. 97-130, jan. 2001.

DIAS, Ludquellen Braga. **O rotacismo em comunidades rurais afro-brasileiras do estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado, UFBA. 2019.

MACEDO-KARIM, Jocineide et al. **A comunidade São Lourenço em Cáceres-MT: aspectos linguísticos e culturais**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/268985>> 2012.

MAHER, Terezinha de Jesus Machado. 1994. **O ensino da Língua Portuguesa nas escolas indígenas**. In: Em abeto, Brasília, ano 14, n 63: 69-77.

MATOS e SILVA, Rosa Virgínia. 1988. **Sete estudos sobre o português Kamayurá**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UGBa.

MELEU, Suélen Martins. **O português da escravidão**. 2018. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2018.

MENDES, Simone Carvalho; MACEDO-KARIM, Jocineide. A VARIAÇÃO REGIONAL NO FALAR DOS JOVENS CACERENSES. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**, v. 8, n. 1, p. 186-197, 2015.

MICHAELIS, **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramento. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/creditos/>> Acesso em 22 de junho de 2021.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender LABOV**. Ed. Vozes, 2002.

OLVIERA, Sandra Ramos de. **“Léxico, Cultura, Tradição E Modernidade- Um Retrato Sociolinguístico Do Congado Montes- Clarense”**. Dissertação de mestrado, UFU. 2014

OLIVEIRA e SILVA, G. M.; PAIVA, M. C. A. **Visão de conjunto das variáveis sociais**. In: OLIVEIRA e SILVA, G. M.; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). **Padrões sociolinguísticos: análise**

de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Linguística e Filologia, UFRJ, 1996. cap. 16, p. 335- 378.

OUSHIRO, Livia. "**TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTAS SOCIOLINGUÍSTICAS COM O ELAN**", p.117-132. In Raquel Meister Ko. Freitag (Organizadora). Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014. <http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-MCMDS-9cap>

OUSHIRO, Livia. **Tratamento de dados com o r para análises sociolinguísticas. Metodologia de coleta e manipulação de dados em Sociolinguística**, p. 129, 2014.

PARKVALL, Mikael; ÁLVAREZ LÓPEZ, Laura. **Português vernáculo brasileiro e a hipótese da semi-crioulização**. Revista da ABRALIN, v. 2, n. 1, p. 111-152, 2003.

PEIXOTO, Jaqueline dos Santos 2017. **A Ordem de Constituintes no Português Mbyá Guarani**. In **As Línguas Tupi: do Vale do Guaporé À Bacia Platina** / Marci Fileti Martins, Organizadora. ISBN 978-85-7427-069-2. Formato Ebook: PDF.

PEREIRA, Marli Alves. **Quilombo de Morrinho: espaços sociais e estratégias para o reconhecimento do território e a apropriação das políticas públicas de saúde**. 2013.

PRETTI, Dino. Sociolinguística – os níveis da fala. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

ROJAS-BERSCIA, Luis Miguel; PEREIRA, Douglas William; MEHINAKU KUIKURO, Makulan. 2020. **O português dos jovens da aldeia Afukuri: notas sobre o contato linguístico no Alto Xingu**. Revista Brasileira de Linguística Antropológica 12: 21-39.

SANTOS, Lanuza Lima. **A ordem verbo-sujeito: uma análise sociolinguística da fala popular do interior do estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado, UFBA. 2010.

SANTOS, Lilian Abram dos. 2018. **A remissão à memória coletiva na escrita Wajãpi em Português segunda língua**. Articulando e construindo saberes. 3/1: 516-540.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916]

SEARA, Izabel Christine; NUNES, Vanessa Gonzaga; VOLCÃO, Cristiane Lazzarotto. **Fonética e fonologia do português brasileiro: 2º período**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

SILVA, Daniel Marra da; MILANI, Sebastião Elias. **Whitney, Saussure, Meillet e Labov: a língua como um fato social**. 2013.

SILVA, Fernando Moreno da. **Processos Fonológicos Segmentais na Língua Portuguesa**. Littera on line, v. 2, n. 4, 2011.

- SILVA, Rosa Virginia Mattos e; SILVA, Myrian Barbosa da. 1985. **Um Traço do Português Kamayurá**. Universitas. Ciência. Salvador, (34): 93-107, out./dez.
- SOARES, Eliane Pereira Machado. **As palatais lateral e nasal no falar paraense: uma análise variacionista e fonológica**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, 2008.
- SOUZA, Antonio Carlos Santana de. **Africanidade e contemporaneidade do Português de comunidades Afro-Brasileiras no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado, UFRGS, 2015.
- SOUZA, Jurgen Alves de. **As estruturas reflexivas no português afro-brasileiro**. Dissertação de mestrado. UFBA. 2011.
- VAGONES, Elvira Wanda. **A fonética e seus precursores**. ALFA: Revista de Linguística, v. 24, 1980.
- VANDRESEN, Paulino. Introdução. In FONSECA, Maria Stella Vieira da; NEVES, Moema Facure (Orgs.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974
- VENÂNCIO, Renato Pinto. **Por uma história social do português no Brasil**. Para a história do português brasileiro. Vol. 05. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007.
- WEINREICH, Uriel. 1953. **Languages in Contact**. Nova York: Linguistics Circle of New York.